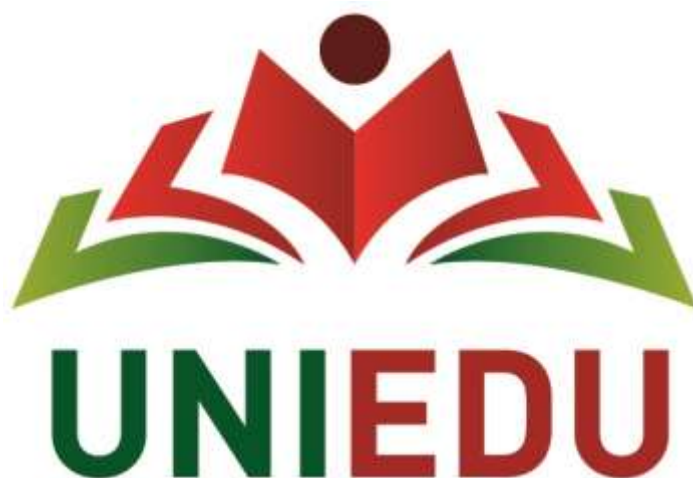




ESTADO DE SANTA CATARINA
Secretaria de Estado da Educação
Diretoria de Políticas e Planejamento Educacional



**Programa de Bolsas Universitárias de
Santa Catarina - UNIEDU**

**BNCC da Educação Infantil e
Ensino Fundamental segundo a
análise dos profissionais da
educação pública de Santa
Catarina**



2018

EDUARDO PINHO MOREIRA¹

Governador do Estado

SIMONE SCHRAMM

Secretária de Estado da Educação

GILDO VOLPATO

Secretário Adjunto de Educação

JULIA SIQUEIRA DA ROCHA

Diretora de Educação Superior

DAIANE DE OLIVEIRA CENSI MARCOS

Gerente de Políticas e Programas de Educação Superior

MARGARETE DA ROSA VIEIRA

Gerente de Políticas e Programas de Educação Básica e Profissional

COMITÊ GESTOR DO PROESDE

Charles Roberto Hasse – UNIDAVI

Daiane de Oliveira Censi Marcos – SED

Julia Siqueira da Rocha – SED

Karina Bernardes de Oliveira e Silva – SED

Margarete da Rosa Vieira – SED

Marilene Teresinha Stroka - UnC

Raquel Terezinha Todeschini – SED

Ricardo Marcelo de Menezes – UNOESC

Simone Leal Schwertl – FURB

Suzy de Castro Alves – SED

Veronica Gesser – UNIVALI

Organização: Raquel Terezinha Todeschini

¹ Todos os nomes citados se referem à Gestão de 2018, ano de execução do presente trabalho.

SUMÁRIO

Base Nacional Comum Curricular e Proposta Curricular de Santa Catarina: Percursos dos Municípios da Região de Blumenau/FURB	5
Base Nacional Comum Curricular: Conhecer e Implementar/UnC.....	18
Proposta Curricular de Santa Catarina e a Base Nacional Comum Curricular: Implantação e Compreensão nas Escolas do Extremo Sul Catarinense/UNESC.....	29
BNCC e a Organização Curricular da Educação Básica Catarinense/UNIARP.....	42
Programa de Educação Superior para Desenvolvimento Regional/Licenciatura – PROESDE/Licenciatura 2018/UNIBAVE.....	56
Base Nacional Comum Curricular e Pospostas Curriculares sob a Óptica dos Professores/UNIDAVI.....	72
Formação dos Professores das Redes de Ensino Municipais e Estaduais de Santa Catarina em Relação à Base Nacional Comum Curricular (BNCC)/UNIFEBE.....	84
PROESDE Licenciatura – UNIPLAC 2018/UNIPLAC	95
Relatório do curso de extensão Organização Curricular da Educação Básica Catarinense/2018, com foco na Base Nacional Comum Curricular/UNISUL	106
A Experiência da UNIVALI no PROESDE/Licenciatura 2018/UNIVALI	120
Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional/Licenciatura – PROESDE/Licenciatura/UNIVILLE.....	131
BNCC e PCSC: Relatório do PROESDE Licenciatura 2018/UNOCHAPECO.....	143
Relatório de monitoramento da implementação da Base Nacional Comum Curricular e sua articulação com a Proposta Curricular de Santa Catarina/UNOESC.....	157

APRESENTAÇÃO

Esta publicação é o resultado da produção dos estudantes de Licenciatura e dos professores do curso Organização Curricular da Educação Básica Catarinense de 13 Instituições de Educação Superior – IES, do sistema ACAFE, que aderiram ao Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina – UNIEDU.

O PROESDE Licenciatura, como parte do Programa UNIEDU, tem como objetivo promover a qualificação dos estudantes das licenciaturas para intervir e contribuir na qualidade da educação básica, mediante a articulação entre os cursos de licenciatura, e atividades desenvolvidas nas unidades escolares (UEs) públicas de educação básica. No ano de 2018, o foco central do curso foi a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da Educação Infantil e Ensino Fundamental, a Proposta Curricular de SC (PCSC) e o Currículo.

A BNCC se expressa como um suporte para a estruturação curricular das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e Unidades Escolares. O estudo e a pesquisa tiveram como objetivo analisar a percepção dos docentes sobre a BNCC, identificar e caracterizar o conhecimento prévio dos professores em relação à Base, coletar sugestões para sua aplicabilidade, identificar os desafios que proporcionam à escola e sua relação com PCSC, e prospectar estratégias de ação para a formação continuada dos professores visando uma educação de qualidade.

Para ouvir os profissionais da educação foi estruturada uma pesquisa de abordagem qualitativa e exploratória, cuja metodologia proposta foi a aplicação de questionários. Este procedimento metodológico teve como objetivo identificar os processos de implantação da BNCC.

Os questionários foram aplicados por 396 bolsistas do PROESDE Licenciatura e respondidos por 1.652 profissionais da educação, professores da educação infantil e ensino fundamental, gestores e especialistas que atuam em municípios da região de abrangência de cada IES. Os dados coletados serviram de subsídio para a reflexão da educação e do currículo, de acordo com a realidade educacional de Santa Catarina.

Além da produção realizada, destaca-se a dinâmica dos seminários regionais do PROESDE Licenciatura, que também proporcionaram debates com diversos atores da área educacional, sobre a temática em todas as regiões do estado, culminando com o seminário estadual realizado na cidade de Tubarão/SC, em 24 de novembro de 2018.

Obs.: O conteúdo e as análises descritas nos textos são de responsabilidade de cada IES.

Boa leitura!

Comitê Gestor do PROESDE

Professora Tutora:

Luciane Schulz

Coordenadora:

Carla Carvalho

Estudantes Bolsistas:

Alexandre Vieira dos Santos
Ana Carolina Rodrigues
Ana Luiza Sprotte Mira
Ana Paula Sothe Winkler
Bruna Stefanie Schreiber
Bruno Cordeiro da Rocha
Christian da Silveira
Daiane Stephanie Vieira
Daniel Cesar Tecila
Daniel Schiochet
Eduardo Augusto Lunkes
Eduardo Petri Ferreira
Fernanda Favero Fraga
Gabriele da Silva Farias
Giovani Cândido
Ícaro William Valler
Jefferson Klabunde Dos Santos
Jennifer Alessandra Ferretti
Jessica Coelho
Jessica Silva De Lima
João Lucas de Souza Raiol
Kathlen Mayara dos Santos
Letícia Glatz
Lucas Henrique Junges
Lucas Luandry Lopes
Luiz Felipe Duarte Henkes
Maria de Fátima da Silva
Maria Eduarda Soares
Mariana Francine Fronza
Mery Carolina Andrade De Paula
Nathã Luiz Schug
Nubia Nara Slomp
Odaisa Locks Rohden
Paula Fernanda Straubel
Paulo Gabriel Correa
Rafael Oliveira Roque
Rodrigo Cardoso
Ronan Althoff de Oliveira
Stella Marina Buse
Tainara Berkenbrock
Thalia Baumann Loterio
Thalita Michelson Pitz
Thiago da Silva Souza
Thiago Simões Ferreira Satin
Viviane Machado

Base Nacional Comum Curricular e Proposta Curricular de Santa Catarina: Percursos dos Municípios da Região de Blumenau

1. Palavras iniciais: o contexto e o percurso

Os cursos de extensão realizados pelo Programa de Educação Superior para Desenvolvimento Regional - PROESDE são destinados a estudantes bolsistas da graduação, nesse caso, das licenciaturas de Santa Catarina. No seu contexto geral, o curso é composto por atividades acadêmicas de pesquisa e extensão que visam complementar e ampliar os conhecimentos sobre temas relativos ao campo de estudo ou área de atuação das licenciaturas. No ano de 2018, com enfoque em estudos acerca da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, da Educação Infantil e Ensino Fundamental, homologadas pelo Ministério da Educação no dia 20 de dezembro de 2017, e com a Proposta Curricular de Santa Catarina – PCSC, buscou compreender como os municípios catarinenses vêm discutindo o documento acima referenciado.

Mais especificamente, na Universidade Regional de Blumenau – FURB, o curso voltou-se para

compreender as aproximações e distanciamentos entre as duas propostas curriculares, a Nacional e a Estadual, bem como os percursos realizados por redes municipais de ensino.

Por fim, como alguns professores entendem esse documento e suas relações com seus contextos educacionais.

No curso de extensão PROESDE – Licenciaturas FURB, em 2018, contamos com 45 estudantes de licenciatura e 01 acadêmico ouvinte acadêmicos matriculados, das mais diversas licenciaturas presenciais da FURB. Dos cursos que atendemos no PROESDE Licenciatura, 03 acadêmicos são do curso de Dança; 09 de Educação Física; 07 de Artes Visuais; 11 de Biologia; 06 de Pedagogia; 04 de Ciências Sociais; 03 de História 01 de Música: 01 de Teatro e 01 de Matemática.

Sistematizamos nesse ano um conjunto de atividades presenciais, com encontros que permearam as temáticas relacionadas à BNCC e a PCSC; ainda os acadêmicos participaram de acordo com suas disponibilidades de atividades em outras universidades e na própria FURB que envolvessem discussões sobre as propostas e sobre políticas públicas em educação; foram mobilizados a participarem das atividades da Secretaria Municipal de Blumenau e de Gaspar envolvendo a BNCC e as propostas Municipais. Desses percursos diversas questões problemas foram levantadas de acordo com a vivência específica de cada grupo de estudante e de suas áreas de conhecimento. Foram realizados relatos autobiográficos advindos dos encontros presenciais que compuseram um diário virtual reflexivo. Ainda como produto do percurso final um artigo advindo da problemática levantada em pequenos grupos por áreas de conhecimento. Dessa maneira, discorreu-se ao longo dos encontros, sobre:

- Apresentação da BNCC, seu histórico, características, objetivos para os licenciandos da Universidade Regional de Blumenau.
- A BNCC e a interdisciplinaridade por meio da Educação Ambiental e da Arte Contemporânea;
- Políticas Curriculares e os Fluxos da BNCC;
- Acompanhamento das discussões sobre os encaminhamentos referentes à BNCC dos municípios de Blumenau, Gaspar e Indaial e a Proposta Curricular de Santa Catarina;

- Discussões da BNCC e da Proposta Curricular de Santa Catarina com suas aproximações e distanciamentos em várias áreas de conhecimento tais como Língua Inglesa, Corpo e Movimento, Ciências Naturais, Língua Portuguesa, Artes, Matemática, Sociologia.
- Aplicação de 109 questionários formulados pela Secretaria Estadual de Educação – PROESDE, durante o segundo semestre de 2018, nas Escolas Estaduais e Municipais de Blumenau, Gaspar, Laurentino e Pomerode.

Ainda na relação com os professores nos cursos e encontros sobre a BNCC levantamos o seguinte questionamento coletivo que norteia este artigo:

Como está a receptividade dos professores com relação a Proposta da BNCC em seus contextos educativos?

Apresentamos nesse artigo o resultado geral dos dados gerados com 109 professores em quatro municípios nos quais os acadêmicos vinculados ao PROESDE – Licenciaturas - FURB residem.

Temos como objetivo geral desse artigo **compreender como está a receptividade desses professores em relação à BNCC em seus contextos educativos.**

2. O que sustentou nossa discussão

A BNCC (Base Nacional Comum Curricular) é um documento que oferecerá os parâmetros para o currículo da Educação Básica Brasileira, seja na educação infantil, nos anos iniciais ou nos anos finais. É um documento de caráter normativo que define o conjunto das aprendizagens essenciais que todos os alunos da Educação Básica devem desenvolver. Este documento propõe unificar os objetos de ensino e as competências a serem adquiridas pelas crianças e adolescentes em percurso escolar. Observamos em nossos estudos que a estrutura atual da BNCC pouco considera o sujeito histórico, cultural e de direitos que são antes mesmo de entrarem no berçário, ainda na Educação Infantil.

Prevista na Constituição de 1988, na LDB de 1996 (BRASIL, 1996) e no Plano Nacional de Educação de 2014 (BRASIL, 2014), a BNCC foi preparada por especialistas de cada área do conhecimento, com a participação crítica e propositiva de profissionais de ensino e da sociedade civil. Em abril de 2017, considerando as versões anteriores do documento, o Ministério da Educação (MEC) concluiu a sistematização e encaminhou a terceira e última versão ao Conselho Nacional de Educação (CNE). A BNCC pôde então receber novas sugestões para seu aprimoramento, por meio das audiências públicas realizadas nas cinco regiões do País, com participação ampla da sociedade.

A primeira versão do documento foi disponibilizada para consulta pública entre o mês de outubro de 2015 e março de 2016, foi elaborado pelo Ministério da Educação (MEC) com apoio do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), a União de Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e 35 universidades.

Segundo o documento, seus pressupostos educativos se fundamentam nas diretrizes nacionais para a educação básica e para o ensino de nove anos (BRASIL, 2010a; 2010b), em atendimento ao que já se encontrava previsto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, e em conformidade com o Plano Nacional de Educação (PNE), com vigência de 2014-2024. Estes documentos legais indicam a necessidade de uma base curricular norteadora da educação básica brasileira em nível nacional, respeitando-se a manutenção de uma parte diversificada do currículo.

A estrutura desta primeira versão parte da premissa de que é preciso definir componentes curriculares básicos, para todas as áreas, a partir da afirmação dos chamados direitos de aprendizagem, considerados relevantes para todos os estudantes brasileiros. Estes direitos possibilitariam definir os chamados objetivos de aprendizagem, que são “conhecimentos fundamentais aos quais todo/toda estudante brasileiro deve ter acesso para que seus Direitos de Aprendizagem e do Desenvolvimento sejam assegurados” (BRASIL, 2015, p. 13).

A segunda versão da BNCC, publicada em março de 2016, em meio ao processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, após um período de seis meses de debate e reelaboração, evidencia outra proposta, na qual podemos identificar uma multiplicidade de vozes que puderam argumentar a favor de seus

princípios e que exigiram a consideração de conquistas que já constavam em outras regulamentações curriculares no país. Publicada em maio de 2016, passou por Consulta pública de junho a agosto de 2016, por meio de 27 seminários, organizados pela CONSED E UNDIME. O resultado foi encaminhado ao MEC por meio de um relatório. Sendo assim, a segunda versão da BNCC se apresenta como um documento curricular com modificações significativas, em diversos aspectos, entre os quais destacamos: uma definição em relação aos seus princípios pedagógicos; a consideração das peculiaridades das etapas da educação básica e de seus sujeitos; a incorporação das modalidades da educação básica e de suas temáticas sociais.

O documento da terceira versão, publicado em abril de 2017, diferentemente da versão anterior, é bastante sucinto e descritivo. Com o intuito de constituir uma versão final para consulta, é apresentada de maneira direta seus propósitos e princípios pedagógicos. A 3ª versão, em abril de 2017, foi entregue ao CNE, pelo Comitê Gestor, para parecer. Nesta versão o Ensino Médio já não foi contemplado em virtude da MP 746/2016 – publicada em setembro de 2016. O CNE, de junho a setembro de 2017, por meio da Comissão Bicameral, realizou 05 audiências públicas e emitiu parecer, em outubro de 2017. A BNCC para a Ed. Infantil e Ens. Fundamental foi homologada pelo MEC no dia 20/12/2017.

A introdução recupera a justificativa legal da BNCC, citando documentos e resoluções curriculares em vigor, o que já se fazia presente nas versões anteriores. Em seguida, explicita e justifica a adoção das competências a partir de dois grandes argumentos: o fato de que esta escolha se faz presente em inúmeros documentos curriculares de estados e municípios brasileiros e ainda que este é o enfoque adotado pelas avaliações internacionais que, por sua vez, seguem os princípios da OCDE, que coordena o PISA e a UNESCO.

Já na versão final, bastante diferente da segunda, nota-se a afirmação das competências, acompanhada por uma mudança significativa de linguagem, dos objetivos de aprendizagem para as habilidades, numa perspectiva curricular bastante pragmática, na qual tudo que é estudado (os objetos de conhecimento) deve ser apresentado como resultado por meio de uma ação (as habilidades).

Segundo a LDB, no artigo 12, “os estabelecimentos de ensino deverão elaborar e executar” em articulação com as suas comunidades escolares, as suas próprias propostas pedagógicas (BRASIL, 1996).

Com isso, se a escola deve organizar, de forma autônoma, seu próprio projeto, isso implica que os profissionais envolvidos devem conhecer muito bem a realidade e, a partir dela, estabelecer as diretrizes de trabalho, seguindo um projeto que seja ao mesmo tempo político e pedagógico. Mesmo assim, a questão da autonomia da escola ainda é objeto de discussões, na medida em que as escolas fazem parte de sistemas de ensino que são regidos por normas padronizadas.

Vale ressaltar que a BNCC define as competências e as habilidades essenciais que devem ser garantidas e há enorme esforço por parte do governo e no próprio documento em reafirmar de que não se trata do currículo. Para tal, é fundamental que Estados e Municípios elaborem currículos e propostas pedagógicas que, considerando as realidades locais possam assegurar a todos os estudantes as aprendizagens previamente delimitadas na base.

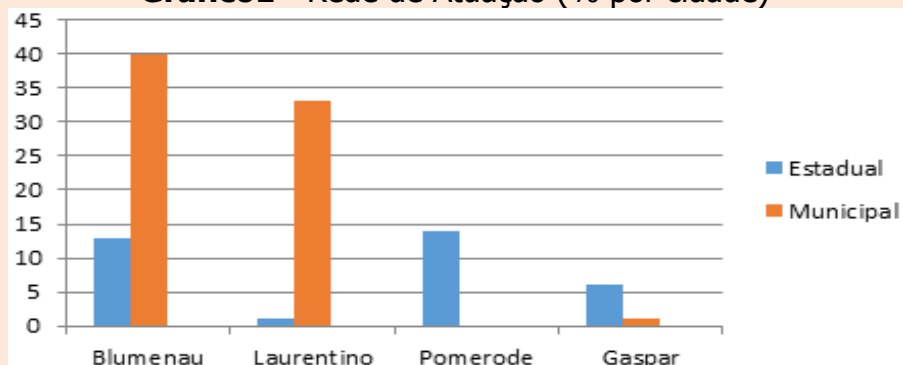
Diante do exposto, enquanto percurso histórico percebemos a relevância de observarmos como os professores das mais diversas redes de ensino percebem e compreendem este documento e suas implicações para um processo de diálogo crítico para sua implantação.

3. Dados e Análise

Atendendo nossa problemática “**Como está a receptividade dos professores com relação a Proposta da BNCC em seus contextos educativos?**”, após a aplicação dos questionários, foram gerados gráficos que são apresentados na sequência, de acordo com o questionário formulado pelo SED/PROESDE.

Foram 109 questionários aplicados durante o segundo semestre de 2018, nas Escolas Estaduais e Municipais de Blumenau, Gaspar, Laurentino e Pomerode, prevalecendo escolas municipais em função de um maior acompanhamento por nossos licenciandos, das discussões sobre os encaminhamentos referentes à BNCC e da Proposta Curricular de Santa Catarina como observado no gráfico1.

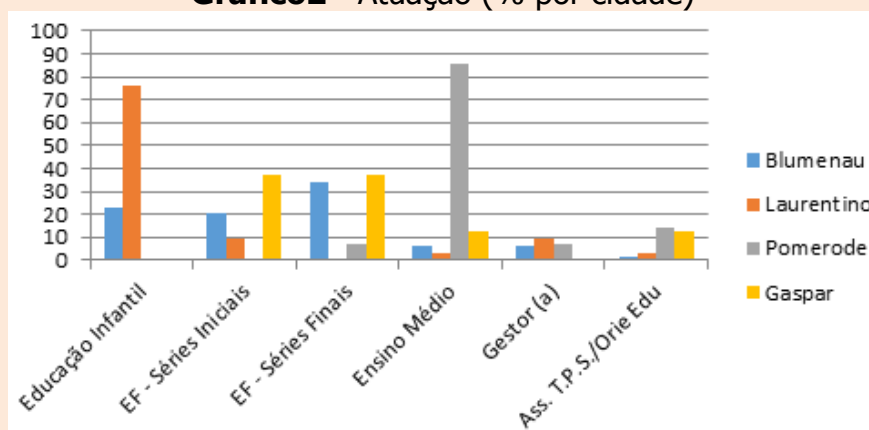
Gráfico1 - Rede de Atuação (% por cidade)



Fonte: Dados da Pesquisa

Com relação a atuação do profissionais entrevistados, prevalece na Educação Infantil e no Ensino Médio, seguindo das séries iniciais e finais do Ensino Fundamental (Gráfico 2)

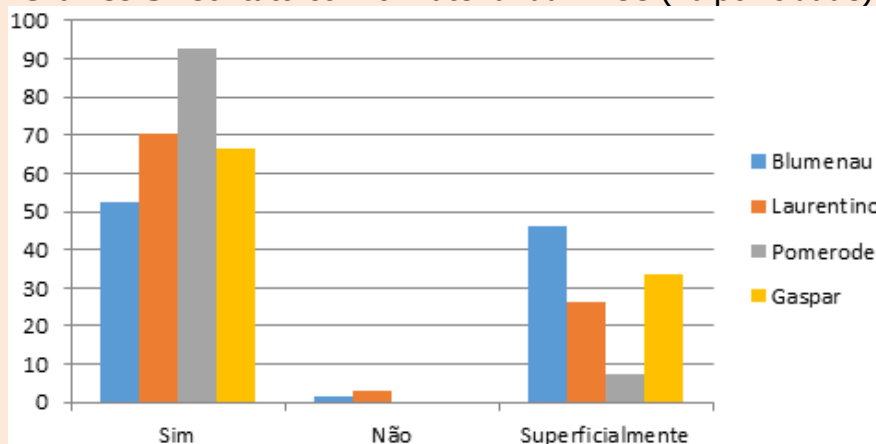
Gráfico2 - Atuação (% por cidade)



Fonte: Dados da Pesquisa

Ao serem questionados se haviam tomado conhecimento sobre a BNCC e seu material, em torno de 70% afirmaram que sim, seguido de 28% que responderam que foi um contato superficial e 2% que não haviam tido contato, como pode ser observado no gráfico 3.

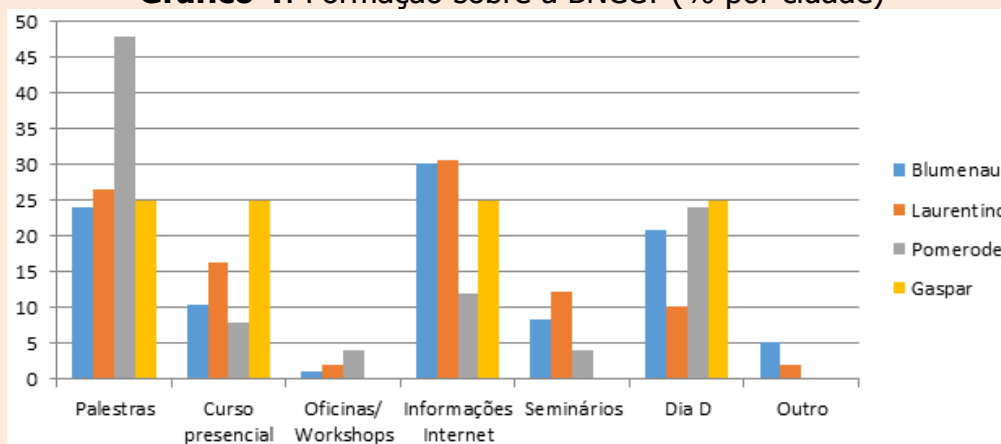
Gráfico 3: Contato com o material da BNCC (% por cidade)



Fonte: Dados da Pesquisa

Com relação à forma pela qual os profissionais tomaram conhecimento do material contido na BNCC, a maioria aponta que se deu por meio de palestras (31%) seguido de acesso às informações da internet (25%), o Dia D (20%), curso presencial (15%) e seminários (7%). Percebemos nesses dados que são diversas as fontes, ainda que a informação direcionada em palestras e outras somam o maior número de professores. Por conseguinte, destacamos a necessidade da formação continuada para os profissionais, momentos específicos para a discussão e reflexão dos objetos de estudo a serem aprofundados, no caso a BNCC.

Gráfico 4: Formação sobre a BNCC? (% por cidade)

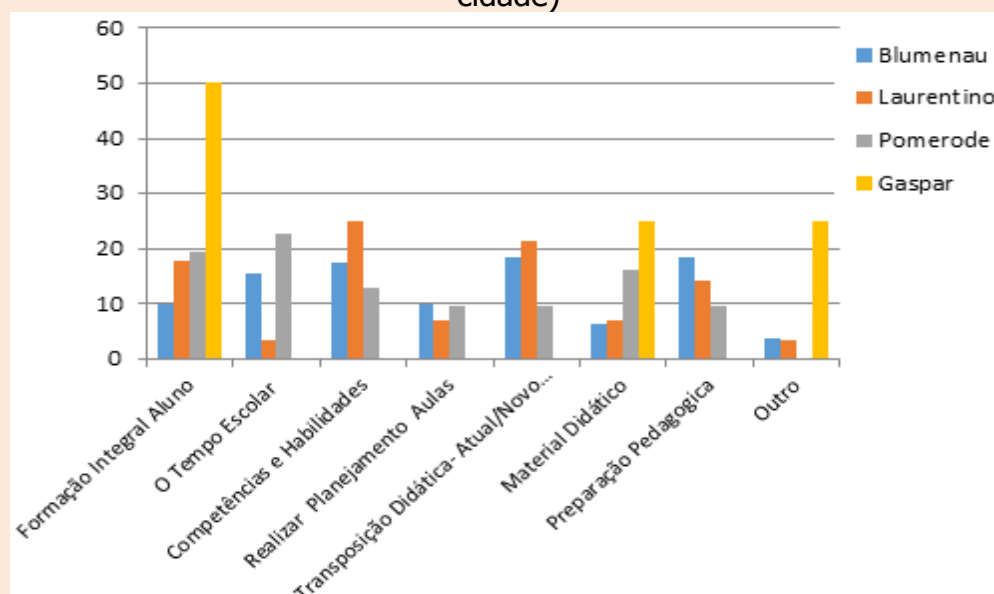


Fonte: Dados da Pesquisa

Referente aos maiores desafios a serem enfrentados pelos profissionais entrevistados para a implantação do novo currículo com base na BNCC, 25%

apontaram que seria possibilitar a Formação Integral do Estudante, 14% indicaram ser as Competências e Habilidades assim como do Material Didático, 13% que seria a Transposição Didática do atual Currículo para o novo, 11% disseram ser o Tempo Escolar assim como a preparação pedagógica do profissional para tal transição (Gráfico 5). Esse dado é muito interessante considerando o cotidiano escolar e a intencionalidade de formação integral que é diferente de tempo integral na escola, que se relaciona ao indicador do tempo escolar. Compreendemos que na realidade atual, ambas são desafios para nossos contextos educativos. Os municípios têm realidades bem diferentes, o que é possível observar nos dados. O município de Gaspar vem nesse ano de 2018 realizando encontros sistematizados com todos os professores para discutir a BNCC.

Gráfico 5: Maiores desafios para a implantação do novo currículo - BNCC (% por cidade)

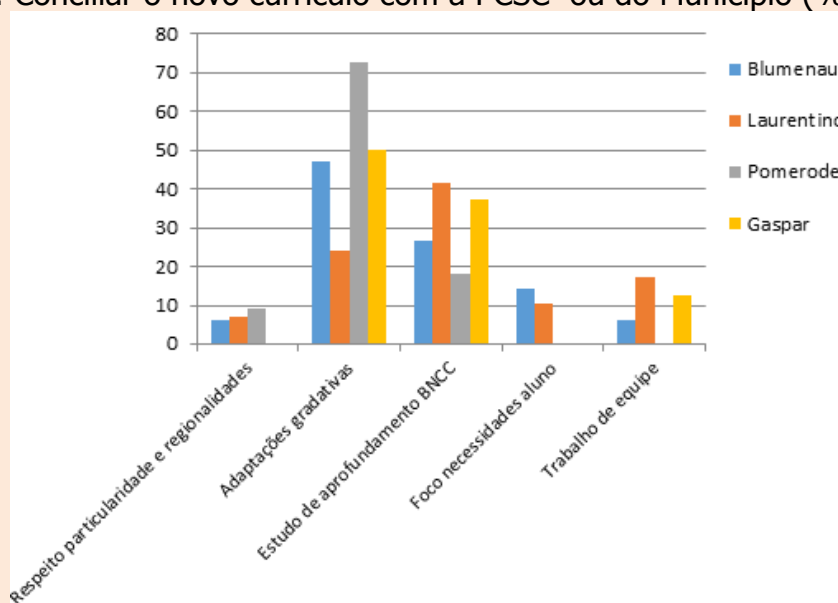


Fonte: Dados da Pesquisa

Quando questionados sobre como poderiam conciliar o novo currículo com a PCSC ou com a proposta do seu Município, a maioria destacou que esse processo deve ser gradativo e constante (49%), mas que para tal, há necessidade de horas destinadas para estudos de aprofundamento (31%), sendo feito de forma coletiva, trabalho de equipe (10%), respeitando as particularidades da instituição e a regionalidade, assim como o foco no desenvolvimento integral do estudante (6%).

Esses resultados vêm ao encontro do artigo 12, a LDB 9394/96, quando aponta que os estabelecimentos de ensino deverão elaborar e executar em articulação com as suas comunidades escolares, as suas próprias propostas pedagógicas (BRASIL, 1996). Como podemos perceber, há convergência entre o que normatiza a LDB e o entendimento de uma considerável amostragem dos profissionais entrevistados, ao apontarem que para conciliar o novo currículo com a PCSC ou do seu Município são necessárias adaptações gradativas. Ou seja, a escola deve organizar, de forma autônoma, seu próprio projeto, implicando nos profissionais envolvidos o conhecimento da sua realidade e, a partir dela, o estabelecimento das diretrizes de trabalho, seguindo um projeto que seja ao mesmo tempo político e pedagógico. Mas para tal, ainda em consonância com os profissionais entrevistados, há a necessidade organização de tempo para reuniões de estudos e aprofundamento do documento, assim como o respeito às particularidades e da regionalidade de cada instituição, como indicados no Gráfico 6.

Gráfico 6: Conciliar o novo currículo com a PCSC ou do Município (% por cidade)

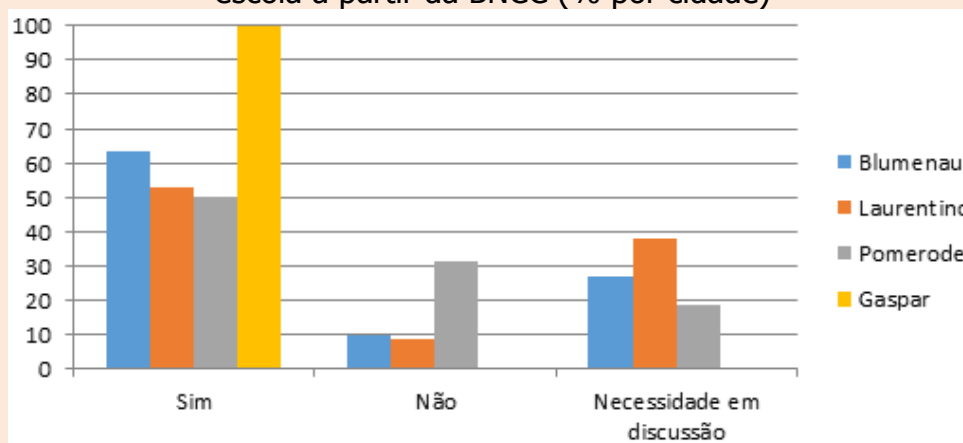


Fonte: Dados da Pesquisa

Com relação às ações de formação continuada promovidas na escola pela equipe gestora para os profissionais entrevistados, tendo como objeto de estudo a BNCC, 67% apontaram que sim, está ocorrendo, 21% responderam que a equipe de

profissionais está discutindo sobre a necessidade e 12% indicaram que ainda não está havendo como pode ser observado no gráfico 7.

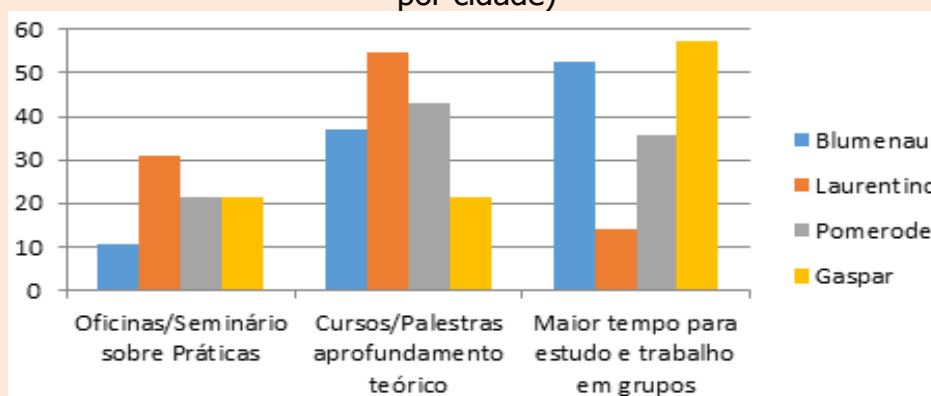
Gráfico 7: Promoção de ações para a formação continuada dos professores na escola a partir da BNCC (% por cidade)



Fonte: Dados da Pesquisa

No último questionamento foi solicitado aos profissionais que dessem sugestões de ações para as formações continuadas tendo como objeto de estudo a implementação da BNCC. Entre os resultados temos: 40% apontaram para a necessidade de formação de grupos de estudo com tempo previsto para tal; 38% indicaram que era preciso a implementação de cursos e palestras com embasamento teórico, apontando assim o viés epistemológico da formação; 22% ressaltaram a importância de oficinas, seminários para a discussão e troca de experiências, denotando-se assim o viés metodológico da formação (Gráfico 8).

Gráfico 8: Sugestões de ações para formação continuada em relação à BNCC (% por cidade)



Fonte: Dados da Pesquisa

Esses resultados vêm ao encontro ao que acreditamos como característica primordial do percurso formativo dos profissionais da educação, ou seja, a capacidade reflexiva em grupo, fazendo a formação assumir um papel, por um lado que supere as atualizações científicas, pedagógicas e didáticas, nas perspectivas tecnicistas de um grupo de formadores especialistas para os professores. Por outro, que propicie uma formação com criação de espaços de participação e reflexão coletiva dessas dimensões, envolvendo formadores com professores. Ou seja, o desenvolvimento da perspectiva profissional do profissional da educação, pois “é natural que os momentos-fortes de produção de um discurso científico em educação sejam, também, momentos-fortes de afirmação profissional dos professores” (NÓVOA, 1999, p. 6).

4. Considerações desse processo

O PROESDE Licenciatura FURB nesse ano de 2018 fez um percurso bastante interessante, buscando integrar os acadêmicos nas atividades na comunidade acadêmica que discutiram a BNCC e propostas curriculares na própria universidade e em outras. Provocamos os acadêmicos a acompanharem em especial os percursos das redes dos municípios de Gaspar e de Blumenau. A Secretaria Municipal de Gaspar realizou diversos encontros durante o ano e alguns acadêmicos conseguiram acompanhar esse percurso, participar dos debates e oficinas e com isso realizar registros importantes. A Rede Municipal de ensino de Blumenau abriu-nos a possibilidade para o acompanhamento com os professores durante uma semana e meia em todas as áreas de conhecimento, no qual discutiram com os professores da rede os conteúdos propostos pela BNCC para serem encaminhados à discussão nacional. Essas experiências foram singulares e corroboram o que percebemos nos questionários. Apesar de não termos participado *in loco* dos encontros com os professores do município de Indaial, a Secretaria veio em nosso seminário e apresentou-nos com detalhes seu percurso e como vem realizando as atividades de diálogo a partir da BNCC e aproximações com sua proposta curricular. Esta rede vem desenvolvendo uma proposta de cadernos metodológicos para esse fim.

Os questionários, apesar de terem sido aplicados na última etapa do curso, possibilitaram aos acadêmicos o encontro presencial com professores. Primeiramente essa experiência de conversa e encontro sistematizado para pesquisa já é enriquecedora. Ainda, trouxe-nos dados que se relacionam com o que percebemos durante o curso: que a BNCC foi um documento inicialmente amplamente discutido e que poucos a reconheceram na versão final; que em meio às discussões ainda existem professores que pouco conhecem da BNCC e sua relação com outras propostas curriculares seja estadual ou municipal; a relevância de formação continuada e em serviço para os professores que já atuam, bem como para nossos estudantes licenciandos, a preocupação dos professores com o tempo integral e a educação integral no contexto escolar e no documento curricular, que estes processos devem ser gradativos e requer muito, muito estudo e formação. Neste sentido afirmamos a importância de ações sistematizadas entre as redes de ensino e a universidade relacionando pesquisa e extensão, pois nesses percursos ambos reafirmam seus papéis e parcerias no processo.

Referências

BRASIL. LDB – Leis de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso em nov. de 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução no 4, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Diário Oficial da União, DF, 14 jul. 2010a.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução no 7, de 14 de dezembro de 2010. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Diário Oficial da União, DF, 15 dez. 2010b.

BRASIL. Ministério da Educação. Planejando a Próxima Década. Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. Ministério da Educação/Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/Sase): Brasília, DF, 2014.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Consulta Pública. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2015. Disponível em: <http://historiadabncc.mec.gov.br/documentos/BNCC-APRESENTACAO.pdf>. Acesso em: 09/09/2018.

NÓVOA, António. Os professores na virada do milênio: do excesso dos discursos à pobreza das práticas. **Revista Educação e Pesquisa**, v.25, n.1, p.11-20, São Paulo, 1999.

Professora Tutora:

Clarice Gaudêncio

Coordenadora:

Marilene Stroka

Estudantes Bolsistas:

Aline Paitra

Bruna Worell

Eduardo Gonçalves de Assis

Eniale Reichwald

Ernani Antônio Domingues Ribas Junior

Gustavo Sampaio de Almeida

Juliana Belarmino

Karine Borges de Andrade

Larissa de Freitas Froegel

Larissa Maria Stock

Leriane Maria Stock

Lucas Felipe Vicznevski

Maria Eduardo Miranda

Maria Eloisa Woyceicohousky

Suiane Juli de Jesus

Base Nacional Comum Curricular: Conhecer e Implementar

1. Introdução

A construção da Base Nacional Comum Curricular – BNCC teve como motivação, determinações legais entre as quais podemos destacar a Constituição Federal de 1988, Lei nº 9.394/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 2012), além do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, através das Metas 1, 2, 3 e 4. Sua formulação, contou com profissionais de Universidades públicas, Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed), União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação (Undime), entre outros segmentos da sociedade (BRASIL, 2017). A Base Nacional Comum Curricular tem o objetivo de garantir o direito de aprendizagens de comuns em todo o território nacional nas escolas públicas e privadas, urbanas e rurais de todo o país. O propósito é de reduzir as desigualdades educacionais existentes, elevando a qualidade do ensino. (BRASIL, 2017) Outro objetivo da BNCC é de propor um processo educativo que promova o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos considerados essenciais para o século

XXI Além disso, propõe a modernização de recursos e práticas pedagógicas, além da atualização do corpo docente das instituições de ensino.

Nesse sentido, podemos considerar que a base neste momento, se expressa como um suporte para a estruturação curricular das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e unidades escolares. Assim, o desafio instalado é para o entendimento da lógica e da estruturação da BNCC, com a finalidade de, adequar o currículo escolar determinado, mas também, garantir que a autonomia escolar seja preservada com a construção de uma parte diversificada que de conta do cultivo das raízes e características regionais e de suas demandas.

Com isso, consideramos entre as demandas educacionais da atualidade, o processo de apropriação dos conhecimentos relacionados à implementação da BNCC, seus desafios e processos de mudança. Para isso cabe indagar: **Como vem ocorrendo a capacitação dos profissionais da educação para conhecer a BNCC e com isso contribuir com a construção de um currículo capaz de inculir qualidade na educação.**

Desse modo, esta pesquisa buscou **obter dados sobre a implantação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC**. Para possibilitar esta análise foram traçados como caminhos para a reflexão proposta: Conhecer o nível de conhecimento dos profissionais da Educação Básica com o documento da BNCC; Analisar as principais atividades propostas aos profissionais da Educação Básica para conhecer a estrutura proposta na BNCC; Conhecer como os professores estão tendo contato com a BNCC e Identificar os principais desafios, apresentados pelos professores para implantação do novo currículo escolar

2. Percurso Metodológico

A presente pesquisa foi realizada com base no instrumento de coleta de dados recebido da Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina – SED. O instrumento se constitui de 10 questões com o intuito de identificar o alcance de professores da Educação Básica aos documentos da Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

As questões foram apresentadas e analisadas junto aos estudantes bolsistas durante um encontro presencial do PROESDE. Ao final da análise, o documento ficou pronto para a realização da pesquisa.

Para a coleta de dados, na Universidade do Contestado foram inseridas as questões e criado um formulário eletrônico no google forms com o acesso: https://docs.google.com/forms/d/1L_E-hyw7oQc5-YptSSETiNQI3nZjKZsqIVCNtGms2-k/edit. O *link* foi enviado para professores que atuam na Educação Básica abrangendo cidades do Planalto Norte e Serrano Catarinense.

O *link* foi encaminhado para 640 profissionais da educação, compreendendo professores, equipe pedagógica e gestores. Muitos *e-mails* enviados retornaram, por não alcançar destinatários 157 e obtivemos resposta de 131 profissionais. Em alguns casos, em virtude das dificuldades de acesso a internet, alguns profissionais receberam o formulário impresso pelos estudantes bolsistas do PROESDE, e estes, em posse dos instrumentos, lançaram as respostas no formulário eletrônico.

3. Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Implementação da Base com a adequação dos Currículos

A Base Nacional Comum Curricular aprovada no ano de 2017, através da Resolução do Conselho Nacional de Educação – Conselho Pleno - CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro resulta de um período de reflexões entre profissionais da educação, com o intuito de estabelecer os conhecimentos necessários para todos os estudantes no percurso de escolaridade da Educação Básica.

O documento da BNCC estabelece o conjunto de competências (gerais e específicas), habilidades e aprendizagens essenciais que os alunos devem desenvolver durante o percurso formativo da Educação Básica. Com a aprovação da BNCC e atualização curricular, o que se espera é que as competências, habilidades e conteúdos trabalhados devem ser os mesmos, independentemente da localidade onde os estudantes estejam matriculados.

A Base não é currículo, mas sim, um conjunto de orientações para nortear o processo de elaboração dos currículos locais e deve ser seguido por

BNCC da Educação Infantil e Ensino Fundamental segundo a análise dos profissionais da educação pública de SC

escolas públicas e particulares. Nela estão os direitos de aprendizagem que devem ser assegurados na Educação Básica e sua estruturação se dá por competências, que de acordo com o documento “é a mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver questões do cotidiano, do mundo do trabalho e para exercer a cidadania”. (BRASIL, 2017)

As competências estão presentes no conjunto de aprendizagens essenciais estabelecidas pela Base. Mas além dos conhecimentos definidos como essenciais, foi estabelecido um conjunto de 10 competências gerais para a etapa da Educação Básica. As 10 competências gerais atuam como um fio condutor, e devem ser desenvolvidas ao longo da Educação Básica.

De acordo com o documento da BNCC (2017)

As Competências Gerais não devem ser interpretadas como um componente curricular, mas tratadas de forma **transdisciplinar**, presentes em todas as áreas de conhecimento e etapas da educação. Elas “foram definidas a partir dos direitos éticos, estéticos e políticos assegurados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores essenciais para a vida no século 21”. (BRASIL, 2017)

Cabe destacar que a BNCC compreende 60% do currículo escolar e deve ser complementada por uma parte diversificada que tem o objetivo de enriquecer e complementar a parte comum, com a inserção de novos conteúdos trazendo para o currículo escolar a realidade local e adoção de temas de interesse local e regional. A parte diversificada do currículo pode representar a autonomia da escola e assim, poderá ser uma destacada possibilidade de inovação.

A construção de um currículo estruturado a partir da BNCC e parte diversificada está estabelecida na LDB nº 9.394/96

... os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996).

Com a aprovação do documento da BNCC, cabe aos sistemas de ensino, Secretarias de Educação e Escolas fazer a reelaboração curricular e revisão dos

Projetos Políticos Pedagógicos – PPPs. Para isso o momento é de estudos, debates e reflexões em todas as unidades escolares com a finalidade de compreensão do documento, para isso promover formação continuada dos profissionais da escola e a comunicação clara com os pais e a comunidade escolar é fundamental.

Considerando a expectativa de colocar a BNCC em prática até o início do ano de 2010, o processo de implementação já deve estar iniciado para atualização dos currículos estaduais e municipais.

Nesse sentido, é importante considerar a importância deste momento de reestrutura curricular. Para isso cabe mobilizar a comunidade acadêmica para que este processo se efetive em maior qualidade ao processo educativo.

O primeiro passo para a implementação da Base Nacional Curricular é a reformulação dos currículos das escolas, para que estes contemplem as aprendizagens previstas na BNCC e nos documentos oficiais locais. Além de compreender tudo aquilo que é Base comum, os novos currículos escolares podem incluir práticas e conteúdos que estejam alinhados à realidade local da instituição. (BRASIL, 2017)

Além da reestruturação curricular, é importante considerar neste momento, a atualização do PPP das escolas, formação continuada de professores, atualização dos materiais didáticos e aproximação com pais e alunos.

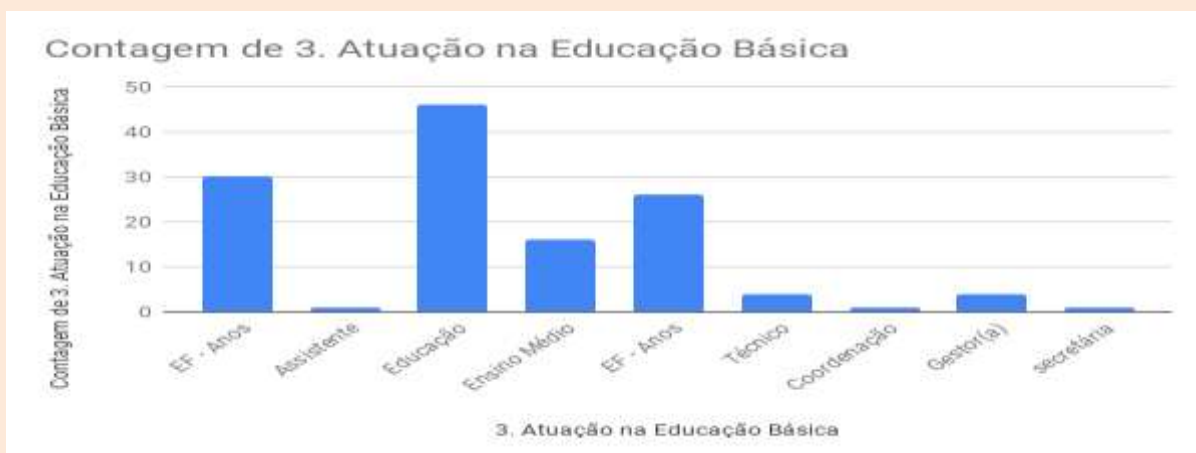
De acordo com o Ministério da Educação, a implementação dos novos currículos deve ter início no ano de 2020. Isso implica em estudos intensos considerando as proposições que vão implicar em significativas mudanças no campo pedagógico e de gestão escolar. Entre elas podemos destacar a compreensão sobre educação integral, o tempo de dois anos para alfabetização, a estruturação dos componentes curriculares, as ações pedagógicas para o desenvolvimento de competências gerais. Tudo implica em um conjunto de ações efetivas, de pactos entre diferentes esferas da administração pública para que assim possamos vislumbrar um encaminhamento para a educação do século XXI.

4. Apresentação dos Resultados da Pesquisa

A pesquisa realizada contou com a participação de profissionais da educação que atuam nas redes públicas municipal e estadual, com alguma incidência de professores que atuam em escolas privadas. O número superior de professores municipais se dá em virtude do número de escolas desta rede ser maior.

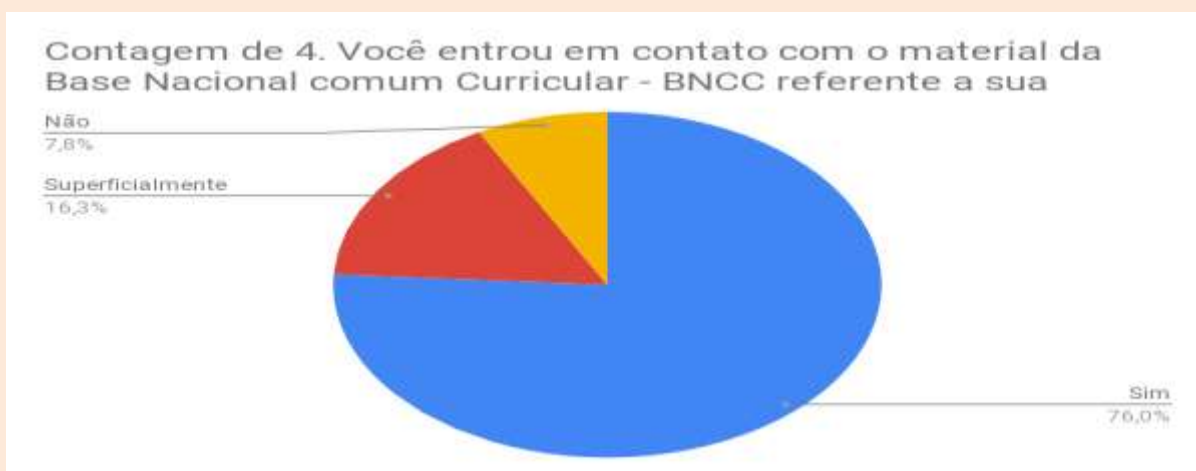


A pesquisa questionou o nível de atuação dos profissionais que participaram da pesquisa. O resultado desta questão está representado no gráfico que segue.



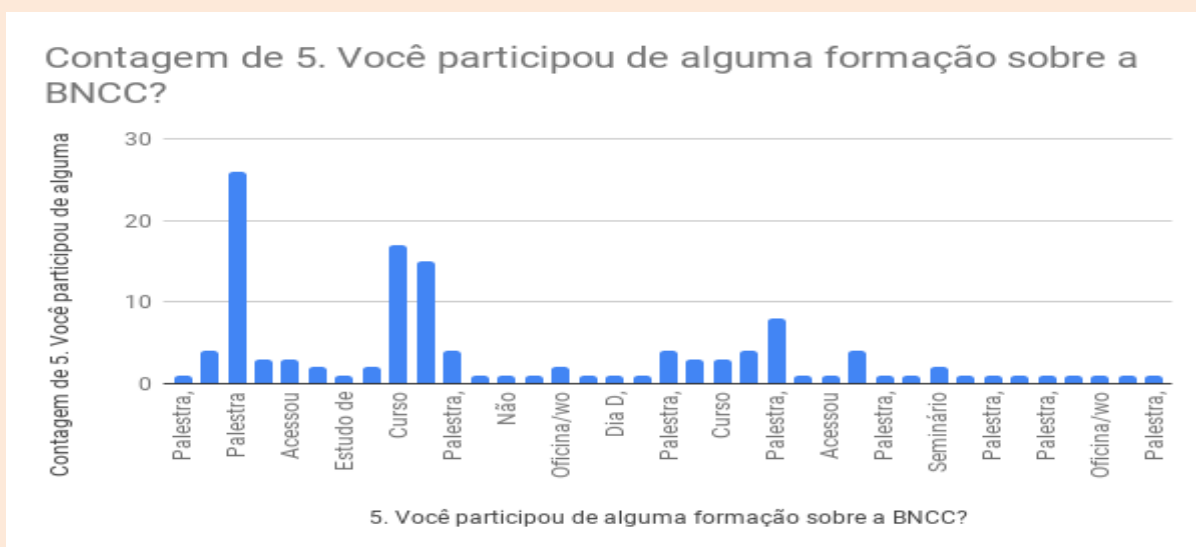
Dos profissionais da educação que participaram da pesquisa foi registrado número superior aos professores que atuam na Educação Infantil, seguido por professores do Ensino Fundamental Anos Iniciais e professores que atuam no Ensino Fundamental Anos Finais.

Com relação ao contato dos profissionais da educação com o documento da BNCC, a pesquisa resultou nos seguintes dados.



Podemos observar pela imagem que a grande maioria dos profissionais da educação estão em contato com o documento da BNCC, porém, ainda recebemos pela pesquisa manifestação de contato superficial com um percentual de 16,3% e 7,8% profissionais que dizem não ter tido contato algum com o documento.

Foi questionado aos profissionais de educação sobre participação em formação referente a BNCC. Para esta questão as respostas obtidas estão representadas no gráfico que segue.



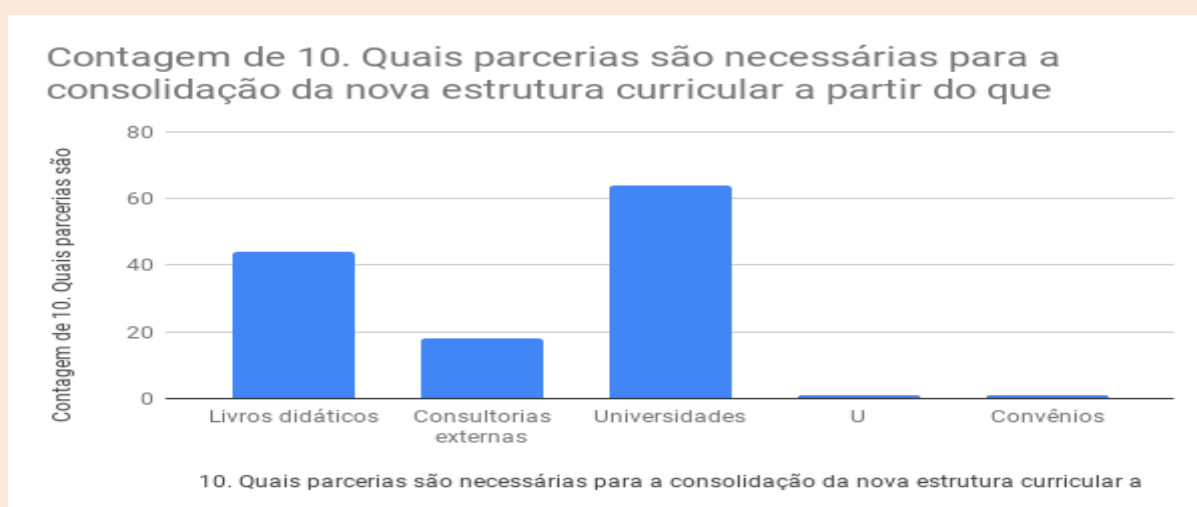
De acordo com as respostas obtidas os profissionais de educação, para os estudos relacionados a BNCC, os mesmos estão participando de palestras e cursos. Também houve incidências de respostas relatando acesso ao site e participação no dia "D".

Os profissionais foram perguntados se a equipe gestora da escola vem promovendo ações para formação continuada dos professores. Neste item as respostas obtidas foram:



De acordo com as respostas obtidas a maioria dos professores vem recebendo capacitação sobre a BNCC nas escolas em que atuam. Porém, em 25% das respostas obtidas os profissionais declaram não ter ocorrência de estudos referentes ao documento da Base.

No questionário encaminhado aos profissionais da educação foi solicitado contribuições sobre parcerias que os mesmos entendem que sejam necessárias para a implementação da BNCC. As respostas obtidas estão representadas a seguir.



Os profissionais da educação que participaram da pesquisa entendem a necessidade de parcerias para o trabalho de implementação da BNCC. Para isso

citam com principal parceria as Universidades, seguidas de capacitação com base em livros didáticos e consultorias externas.

Foi solicitado aos profissionais da educação sugestões de ações para a formação continuada em relação a BNCC. Para esta questão as respostas obtidas estão representadas no gráfico que segue:



Para os professores, as principais ações para formação continuada em relação a BNCC são palestras e grupos de estudos, seguidos por oficinas e reuniões pedagógicas.

Foi perguntado aos professores sobre os maiores desafios para a implantação da BNCC. As respostas estão apresentadas no gráfico que segue.



De acordo com os professores que participaram da pesquisa, os maiores desafios são o tempo escolar, formação integral e material didático, com incidência a transposição didática.

O questionário apresentou também uma questão aberta, questionando aos professores sobre como conciliar o novo currículo com a proposta curricular

do estado ou do município. Para esta questão as principais respostas foram: estudar profundamente a BNCC, promoção de estudos, palestras e oficinas com maior frequência. Muitos professores relataram que não há apoio por parte das unidades escolares e secretarias de educação, porém esta foi a questão em que obtivemos o menor número de respostas. Muitos profissionais não responderam a questão.

5. Análise Crítica dos Resultados frente à realidade da Escola Pública

Analisando as respostas obtidas através desta pesquisa foi possível constatar que a BNCC, na região do Planalto Norte e Serrano do estado de Santa Catarina, vem se inserindo ao contexto educacional. Muitos professores apresentaram, através de suas respostas, participação em estudos referentes aos documentos, e proposições para que os estudos se efetivem.

Há que se considerar ainda que, há incidência de profissionais da educação que manifestaram não ter conhecimentos mínimos sobre o documento, e que algumas unidades de ensino não se engajaram ainda nos estudos necessários sobre a base para a reestruturação curricular que é necessária.

Porém, a maior preocupação que restou ao final da pesquisa é o grande número de professores que não participaram da pesquisa, e a falta de apoio de muitos gestores escolares. Nosso número pode representar ainda um grande vácuo na formação continuada de profissionais da educação, no que se refere a dimensão das ações que estão por vir para a implementação da BNCC, bem como na construção curricular e atualização dos PPPs das escolas.

6. Considerações Finais

O desenvolvimento desta pesquisa foi fundamental para a Universidade do Contestado e estudantes dos cursos de licenciatura que tiveram a oportunidade de participar do PROESDE. A aproximação junto às unidades escolares permite analisar que atualmente temos uma longa caminhada para que a qualidade da educação se consolide.

Ao analisar os dados apresentados através das respostas dos profissionais da educação restam interrogações e muitas reflexões dentre elas destacamos o grande número de profissionais que não se dispõem de participar de uma pesquisa cujo tema é o grande desafio do momento, se desejamos estruturar uma escola para o século XXI.

Nas entrelinhas de algumas respostas identificamos que muitos professores se sentem desamparados. Sentem falta de apoio na gestão escolar. Porém, é positivo analisar que dos participantes muitos trouxeram contribuições para a continuidade de sua formação.

Os professores em suas manifestações solicitaram mais capacitação, fortalecimentos dos seus conhecimentos sobre o novo que está por vir e destacou a credibilidade que as universidades possuem quando a expectativa é a formação continuada e fortalecimento do desenvolvimento profissional.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base.** Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2017.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 7.ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

Professor Tutor:

Lucas Sid Moneretto Búrigo

Coordenadora:

Bruna Carolini de Bona

Estudantes Bolsistas:

AldairTeixiera Costa; Alícia de Brida Andrade; Aline de Mattia Bif; Amanda Caroline dos Santos Gonçalves; Amanda de Jesus Galdina; Ana Beatriz Rocha Beirão; Ana Paula Correa Antônio; Beatriz Almeida de Oliveira; Brenda da Silva; Bruno Martins Rabelo; Chaiani Nava Cologni; Danielle Cardoso Rozeng; Diandra Costa Correa; Douglas Alexandre de Melo; Eduardo de Souza Rosa; Fabrícia Medeiros Nunes; Fernanda Joaquim; Gabriely Joaquim Pereira; Gianni Ramos Antunes; Guilherme da Luz Camilo; Ingrid Marques da Rosa; Jaqueline Kammer; Jhandrielly de Resende Porto; João Victor Kuhn; João Vitor Bueno Zipolato; Joice Spindola da Silva; Jonata Cardoso Henfrain; Juliana Dal Pont Graciano Becker; Júlio Cesar Gonçalves Soares; Leonardo da Rocha Dambrowski; Letícia HéricaBuratto; Luana Fernandes Alves; Luana PiacentiniBrunel; Maiara dos Santos Pereira; Maíra Silva de Sousa; Marciano Michels Gava; Maria Eduarda Mariano; Marina Rita Serafim Gabriel; Maurício Correia Garcia; Matheus Eugênio Neto; Mirela Vieira Modolon; Nathália Florêncio; NatieleIdalino Vicente; Osiel Mendes Medeiros; Paulo Cesar Antunes Loureiro Inácio; Renata Ribeiro Costa Machado; Richard Tschoseck de Oliveira; Suelen de Souza; Suelen Godinho Vieira; Talita Ruzza; Tatiane Dagostin Menegali; Wagner da Silva Zeferino; e Wesley da Silva do Amaral.

Proposta Curricular de Santa Catarina e a Base Nacional Comum Curricular: Implantação e Compreensão nas Escolas do Extremo Sul Catarinense

1. Introdução

O Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional com foco nas Licenciaturas – PROESDE/Licenciatura, iniciou suas ações na Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC e nas demais instituições de ensino superior (IES) participantes do Programa, no segundo semestre de 2015. Segundo seu regulamento, o Programa consiste em um grupo de ações que relacionam ensino, pesquisa e extensão voltados à formação de professores capazes de intervir e contribuir na melhoria da qualidade da Educação Básica estadual por meio da organização curricular. O Programa busca articular a formação acadêmica desenvolvida nas universidades e as ações nas unidades escolares públicas de Santa Catarina.

Sendo assim, para possibilitar o ensino, a pesquisa e a extensão, o Programa está organizado em um Curso de Extensão intitulado Organização Curricular da Educação Básica Catarinense. O curso, composto

de atividades relacionadas aos eixos estruturantes da universidade, apresenta como ponto central de análise a Proposta Curricular de Santa Catarina (Santa Catarina, 2014) e a perspectiva que a fundamenta, a teoria histórico-cultural. No ano de 2018, de maneira específica, também nos colocamos a dialogar e aprofundar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), dado sua relevância e seu processo de implementação no contexto atual.

Por isso, esse texto se apresenta como um monitoramento/acompanhamento do processo de implementação da BNCC em 17 escolas públicas do extremo sul catarinense: EEB Professor Pedro da Ré; EEB Professor Padre Schuler; EEB. João dos Santos Areao; EEB Timbe do Sul; EEB NatalioVassoler; EEB João Frassetto; EEB Antônio Guglielmi Sobrinho; EEB Ministro Jarbas Passarinho; EEB Marcos Rováris; EEB Irmã Edviges; EEB São Cristovão; EEB Luiz Tramontin; EEB Juliana Goncalves; EEB Princesa Izabel; EEB Professor Lapagesse; EEB IgnacioStakowski; EMEF Lucia de Lucca; EMEIEF Professora Lili Coelho; EMEB FioravanteMinatto; EMEF Eliza Sampaio Rovaris; EMEF São Rafael; EMEIEF Pascoal Meller; EMEF Professora Maria Brogni; EMEF Leonardo Pedro Thomaz; CEIM Maria da Rosa Cunha; E.E.B. Francisco Hoepers; EMEIEF Caetano Ronchi; EEBM Pato Donald; EMEI Antônio Mangili; CEIM Thereza Dario Milanezi; EMEIEF Vilson Lalau; EM Jairo Luiz Thomasi; CEI Criança Cidadã.

Portanto, delimitamos o seguinte problema na elaboração dos dados: Qual a compreensão dos professores que atuam no extremo sul catarinense em relação à implementação da BNCC nas escolas públicas da região? Do problema, elencamos como objetivo geral: analisar a compreensão dos professores que atuam no extremo sul catarinense em relação à implementação da BNCC nas escolas públicas da região. Como objetivos específicos, elencamos:

- analisar aproximações e afastamentos entre a BNCC e a PCSC, base curricular do estado;
- compreender a relação dos professores atuantes na escola com a BNCC;
- indicar considerações sobre a implementação da BNCC e as implicações para a organização didático pedagógica das

escolas (desafios, perspectivas, ações, formação continuada, etc).

A seguir, apresentamos o percurso metodológico desenvolvido para o alcance dos objetivos propostos, assim como o número de escolas e professores envolvidos na coleta de dados. Na sequência, traçamos considerações sobre a BNCC e a adequação do currículo catarinense e, apresentamos as análises desenvolvidas pelos bolsistas do PROESDE Licenciatura UNESC, no ano de 2018.

2. Percurso Metodológico

A coleta de dados para a realização da pesquisa ocorreu em outubro de 2018. Caracteriza-se como pesquisa de campo, de caráter qualitativo, com o desenvolvimento de questionários com professores da rede pública municipal e estadual. O questionário utilizado foi desenvolvido de forma coletiva a partir da contribuição de diferentes grupos relacionados ao programa e, encaminhado via coordenação geral do PROESDE Licenciatura para todos os grupos participantes. O questionário conta com nove perguntas, mesclando perguntas abertas e fechadas. As perguntas iniciais contribuem para a identificação das escolas e professores participantes e as demais discorrem sobre a aproximação dos professores com a BNCC, das formações continuadas disponibilizadas sobre o documento e da relação do mesmo com a PCSC (2014).

O questionário foi aplicado pelos bolsistas do PROESDE Licenciatura. A escolha das escolas deu-se pela proximidade e disponibilidade das mesmas, desenvolvendo com professores que se mostraram disponíveis em participar durante a hora atividade. Assim chegamos a um total de 33 escolas e 133 professores questionados. A tabela a seguir apresenta de forma organizada os dados de coleta por rede, segmento e número de professores.

Rede	Municipal	17 escolas	Segmento	Infantil	28 professores
	Estadual	16 escolas		Fund. e Médio	105 professores

Com o questionário, carta de apresentação e ficha de aceite, os acadêmicos se apresentaram nas escolas da região, divididos em grupos. Após o aceite das escolas e registro em ficha elaborada pelo programa, os mesmos agendaram um momento de conversa com quatro professores de cada escola. Com o horário agendado, os estudantes aplicaram o questionário com os professores que se dispuseram a participar da pesquisa.

Depois de coletados, os acadêmicos entregaram aos professores tutores do Programa cópia das fichas com as devidas assinaturas e cópia dos questionários desenvolvidos, documentos arquivados e disponíveis para o programa. Na sequência, a partir de uma organização coletiva, organizamos nove grupos de acadêmicos para início das análises. Cada grupo ficou responsável pela análise de uma das questões desenvolvidas, sendo que, um primeiro diálogo sobre os resultados, se deu em forma de roda de conversa em um de nossos encontros. Após o debate e exposição inicial dos dados, os acadêmicos se debruçaram na organização escrita da análise iniciada, contrapondo agora com os documentos que orientam a organização curricular de Santa Catarina, de forma mais específica, a BNCC (BRASIL, 2017) e a PCSC (SANTA CATARINA, 2014). A partir dessa orientação, os estudantes realizaram a entrega impressa do material, que será apresentada nesse texto, no item que se debruça sobre as análises.

3. Base Nacional Comum Curricular e a Adequação aos Currículos

Importante mencionar a importância da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017), como referência no âmbito do currículo nacional, compreendendo seu impacto nas diversas esferas das políticas educacionais do país. Impactos que também se colocam ao pensar a Proposta Curricular de Santa Catarina (2014). Sobre isso, o “novo” currículo afirma.

[...] a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para oferta de infraestrutura adequada para o **pleno desenvolvimento da educação**. (BRASIL, 2017, p. 8, grifo nosso).

Pelas considerações que descreveremos na sequência, nos colocamos a pensar os princípios que orientam o documento e que, por seu caráter de base comum, influenciará a política educacional catarinense. Em muitos aspectos, se evidenciam distanciamentos evidentes. Em outros, aspectos de proximidade entre os documentos. Partimos da introdução da BNCC que destaca pontos essenciais de análise para o “novo” currículo do país.

O documento, considerado de caráter normativo, define um conjunto orgânico e progressivo de **aprendizagens essenciais** que asseguram aos alunos, o direito de aprendizagem e desenvolvimento, assim como proclamado no Plano Nacional de Educação – PNE (BRASIL, 2014). Orientam-se pelos princípios **éticos, políticos e estéticos**, “que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica”. (BRASIL, 2017). O documento é afirmado como possibilidade de superar a fragmentação das políticas educacionais, fortalecendo o regime de colaboração entre as três esferas do governo, balizando a qualidade da educação.

O conceito central afirmado pelo documento é o de *competências*. O mesmo é definido como “mobilização de **conhecimentos** (conceitos e procedimentos), **habilidades** (práticas cognitivas e socioemocionais), **atitudes e valores** para resolver demandas complexas da vida, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho”. (BRASIL, 2017, p. 8). Segundo o documento, o conceito de competências marca a discussão pedagógica e social das últimas décadas, fazendo referência a LDB e as finalidades elencadas para o ensino fundamental e médio.

No quadro a seguir, apresentamos de forma resumida e condensada os 10 itens atribuídos como competências gerais para a Educação Básica pela BNCC.

Competências Gerais da Educação Básica – BNCC

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos produzidos por diferentes áreas, para entender e explicar a realidade, colaborando para uma sociedade justa, democrática e inclusiva;

2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências;
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais;
4. Utilizar diferentes linguagens para expressar e partilhar informações, experiências e ideias;
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação;
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhes possibilite entender as relações próprias do mundo do trabalho;
7. Argumentar com bases em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias;
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, desenvolvendo capacidade para lidar com suas emoções e a dos outros;
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito aos outros;
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação.

Fica evidente que a ação prática dos sujeitos evidencia-se como pano de fundo: utilizar, exercitar, valorizar, argumentar. O termo apropriação, contudo, surge como competência relacionada à apropriação de experiências que coloque o aluno a compreender as relações próprias do mundo do trabalho. Ao afirmar que exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação também se apresentam como competências a serem desenvolvidas, podemos compreender quais as relações do mundo do trabalho que estão postas aqui.

Para o documento, os conteúdos estão a serviço do desenvolvimento de competências consideradas como aprendizagens que podem fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as modalidades e etapas da Educação.

Ao adotar esse enfoque, a BNCC indica que as decisões pedagógicas devem ser orientadas para o desenvolvimento de competências. Por meio da indicação clara do que os alunos devem **"saber" (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores)** e, sobretudo, do que devem **"saber fazer" (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho)**, a explicitação das competências oferece referências para o fortalecimento de ações que assegurem as aprendizagens essenciais definidas na BNCC. (BRASIL, 2017, p. 13, grifo nosso).

O compromisso com a educação integral também é mencionado. Refere-se ao desenvolvimento global dos sujeitos, o que implica ao aluno, compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, superando visões que reduzem o ensino à dimensão intelectual ou afetiva. O conceito de educação integral, defendido pela BNCC “[...] se refere à construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea.” Nas palavras do próprio documento, a BNCC propõe a superação da fragmentação do conhecimento, à *aplicação* do mesmo na vida real, a importância do contexto para dar sentido ao que se aprende e o *protagonismo* do estudante na construção de seu projeto de vida. Busca-se a formação de um sujeito que saiba se comunicar, que seja criativo, analítico-crítico, participativo, aberto ao novo, **colaborativo, resiliente, produtivo e responsável**.

Portanto, trazemos um único ponto de contraposição entre a BNCC e a PCSC – pelo tamanho possível para o documento - pensando a adequação do currículo catarinense em relação à base. Refere-se ao termo de **formação integral**, evidenciado também pela BNCC. Para Santa Catarina (2014), “quanto mais integral a formação dos sujeitos, maiores são as possibilidades de criação e transformação da sociedade”. (SANTA CATARINA, 2014, p. 25). A luta por uma formação integral faz parte da experiência humana, onde o processo de escolarização vai ocupando um lugar central e expressando o desejo e o direito humano por essa atividade. Nesse sentido, o currículo torna-se a expressão material desse direito, o sentido e a finalidade principal da formação e a escola, o espaço e a instituição social que pode cumprir a tarefa de promovê-la.

Esse, sim, é o grande desafio educacional contemporâneo. A educação integral é, nesse sentido, uma estratégia histórica que visa desenvolver percursos formativos mais integrados, complexos e completos, que considerem a educabilidade humana em sua múltipla dimensionalidade. (SANTA CATARINA, 2014, p. 26).

Ao tomar a educação integral desde uma perspectiva histórico-cultural, torna-se evidente a busca por uma formação que considere a liberdade, a

emancipação e autonomia dos sujeitos, possibilitando o desenvolvimento humano pleno e a apropriação crítica do conhecimento e da cultura. “[...] compreende-se o conhecimento como artefato humano produto e produtor da cultura, constitutivo das relações entre os sujeitos, deles com o mundo e a natureza. É, portanto, o conjunto das apropriações necessárias.”. (SANTA CATARINA, 2014, p. 26).

Poderíamos nos perguntar: BNCC e PCSC comungam do mesmo conceito de educação/formação integral? A finalidade dessa formação é a mesma em ambos os currículos? Que tipo de ser humano está implícito em ambos os documentos? Para que tipo de sociedade? Parece-nos que as respostas a essas questões podem nos dar subsídios para a afirmação da PCSC em seu aspecto crítico e ativo, ao entender o homem enquanto sujeito da história e a apropriação como premissa e fundamento do desenvolvimento humano. Acreditamos que a adequação da PCSC à BNCC não pode deixar de lado tais fundamentos, garantindo o debate crítico da proposta curricular do estado, imanado das lutas e reivindicações do início dos anos 90.

4. Apresentação dos Resultados da Pesquisa

No decorrer da apresentação dos resultados da pesquisa, retornaremos as nove perguntas do questionário para elucidar o seu teor e, na sequência, evidenciaremos o que foi coletado. A primeira pergunta se referia apenas ao nome do pesquisado. A segunda e a terceira possuíam o caráter de identificação do tipo de atuação do professor, ou seja, se a escola é da rede municipal ou estadual e, além disso, se lecionam na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio ou se atuam como gestores ou orientadores educacionais.

Participaram da pesquisa, como relatado anteriormente, dezessete escolas municipais e dezesseis escolas estaduais da região sul de Santa Catarina. Com relação à atuação dos profissionais da Educação foi verificado que a maioria leciona no Ensino Fundamental. No entanto, vale destacar que existe também um elevado número dos mencionados profissionais na Educação

Infantil e uma quantidade mínima dos mesmos atuando no Ensino Médio ou em cargos da gestão e/ou equipe de organização pedagógica.

Diferentemente das perguntas dois e três, a quatro e a cinco foram direcionadas para a BNCC. Mais especificamente, procuraram identificar se o profissional da Educação já entrou em contato com esse documento e se participou de alguma formação sobre ele. Mais de 80% dos profissionais da Educação afirmam ter entrado em contato com a BNCC e, em relação à participação no âmbito da formação, destacamos que ela ocorreu em maior número por meio de palestras, seminários ou cursos presenciais.

A pergunta seis se preocupava em analisar quais os maiores desafios com a implementação do novo currículo fundamentado na BNCC, a partir da perspectiva dos professores. Os dados são apresentados na tabela 1:

Tabela 1: Maiores desafios com a implementação do novo currículo com base na BNCC

Fazer a transposição didática entre o atual e o novo currículo	62
Estar preparado pedagogicamente	49
Trabalhar as competências e habilidades	40
Trabalhar a formação integral do estudante	39
Material didático	37
Tempo escolar	35
Realizar o planejamento das aulas	25
Outros	7

Com base nos dados da tabela 1, verificamos que os profissionais da Educação estão preocupados com aspectos pedagógicos para que a implementação do novo currículo contemple o que é desejado pela BNCC.

A pergunta sete tratava da conciliação do novo currículo com a PCSC ou com a proposta do município. Sendo assim, os profissionais da Educação entendem que as formações continuadas, planejamentos e encontros, espaços para discussões, pesquisas e dedicação dos professores, auxiliam de maneira evidente para essa conciliação.

Vale destacar que, também houve a manifestação de articular o currículo com as competências e habilidades a serem formadas pela BNCC, além de

promover investimento em espaço físico, tecnologia e na formação de professores.

No que corresponde se a equipe gestora da escola promoveu ações para a formação com base na BNCC (pergunta oito), foi constatado que 49% disseram que sim, 23% responderam não e 28% mencionaram que há conversas para que ocorra a referida formação. Por fim apresentaremos as solicitações de sugestões de ações para a formação continuada dos professores em relação à BNCC (pergunta nove). Os profissionais da Educação indicaram a criação de grupos de estudos, cursos presenciais e online, seminários, palestras e práticas pedagógicas que elucidam o que é proposto na BNCC.

A partir dos resultados apresentados, o nosso foco agora é para a análise crítica do que foi obtido com a aplicação dos questionários.

5. Análise Crítica dos Resultados Frente à Realidade da Escola Pública

Apesar da verificação de que mais de 80% dos profissionais da Educação disseram que já tiveram contato com a BNCC, destacamos que os mesmos relatam que necessitam de ajuda para elucidar como organizar o ensino para formar as habilidades e as competências presentes na BNCC. Sendo assim, fica explícito que os profissionais da Educação carecem de auxílio para efetivar o que propõe a BNCC e as suas finalidades.

Ainda no que concerne à parte pedagógica, destacamos que para os profissionais da Educação o maior desafio seria fazer a transposição didática entre o atual e o novo currículo. Nesse contexto, enfatizamos que a “[...] BNCC e currículos têm papéis complementares para assegurar as aprendizagens essenciais definidas para cada etapa da Educação Básica, uma vez que tais aprendizagens só se materializam mediante o conjunto de decisões que caracterizam o currículo em ação.” (BRASIL, 2017, p. 16). Diante das duas constatações reveladas anteriormente, destacamos que de acordo com Brasil (2017, p. 5),

[...] o MEC será parceiro permanente dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, trabalhando em conjunto para garantir que as mudanças cheguem às salas de aula. As instituições escolares, as

redes de ensino e os professores serão os grandes protagonistas dessa transformação.

Desse modo, esperamos que o Ministério da Educação e Cultura (MEC) desenvolva políticas públicas com a finalidade da efetivação do que é proposto na BNCC, especialmente em sala de aula e, principalmente promova o desenvolvimento dos estudantes brasileiros. No contexto da criação de políticas públicas, a BNCC afirma:

A primeira tarefa de responsabilidade direta da União será a revisão da formação inicial e continuada dos professores para alinhá-las à BNCC. A ação nacional será crucial nessa iniciativa, já que se trata da esfera que responde pela regulação do ensino superior, nível no qual se prepara grande parte desses profissionais. Diante das evidências sobre a relevância dos professores e demais membros da equipe escolar para o sucesso dos alunos, essa é uma ação fundamental para a implementação eficaz da BNCC. (BRASIL, 2017,p.21)

As duas citações anteriores mencionam o papel do MEC e da União como suporte para os profissionais da Educação, visto que os mesmos demonstram preocupação em relação aos aspectos pedagógicos para a implementação do novo currículo fundamentado na BNCC e, conseqüentemente, para que a finalidade do documento seja alcançada.

Portanto, a afirmação positiva dos professores sobre o primeiro contato com o documento ou o trato do mesmo em formações atuais e futuras nas escolas, nos indicam possibilidades de um diálogo entre as bases curriculares, que é tanto possível, como necessário. No entanto, sabemos que nem tudo tem se dado em espaços de debates qualificados e formações que verdadeiramente qualifiquem e aprofundem as discussões sobre currículo, educação e formação humana. Pensar sobre essas questões também é necessário, buscando não o caráter superficial e pragmático do debate, mas principalmente sua análise profunda sobre as bases curriculares nacionais e o currículo catarinense.

6. Considerações

Nas escolas em que os bolsistas aplicaram o questionário, foi constatado que a maioria dos profissionais da Educação atua no Ensino Fundamental ou na

Educação Infantil. Essas duas etapas do ensino são essenciais para a formação do estudante brasileiro. Nesse sentido, é necessário analisar o que eles manifestaram em relação à BNCC.

Para a implantação do novo currículo com base na BNCC, verificamos que os profissionais da Educação carecem de auxílio para as questões pedagógicas, tendo por referência a formação das competências e habilidades proposta pelo documento mencionado. No que concerne à conciliação do novo currículo com a PCSC ou a proposta do município, os profissionais da Educação disseram que carecem de formação continuada e de pesquisas para promover o que foi solicitado. Desse modo, entendemos que os referidos profissionais requerem tempo para estudo da BNCC para que ela alcance a sala de aula.

Aproximadamente metade dos pesquisados disse que a equipe gestora da escola promoveu ações para a formação dos professores com base na BNCC. Nesse sentido, lembramos que fizeram parte da pesquisa escolas estaduais e municipais. Além disso, entendemos que a promoção de ações para a formação dos professores com base na BNCC não é apenas responsabilidade da equipe gestora da escola, mas das políticas educacionais em sentido amplo.

Para finalizar, destacamos que a formação continuada se mostrou essencial para os profissionais da Educação. Nesse sentido, ressaltamos as solicitações mencionadas por eles em relação a criação de grupos de estudos, cursos presenciais e online, seminários, palestras e práticas pedagógicas que elucidam o que é proposto na BNCC. Em outras palavras, esses profissionais necessitam de apoio pedagógico para o cumprimento dos objetivos e finalidades da BNCC.

A constatação de que os docentes não estão preparados para executar a BNCC, nos permitiu (bolsistas) fazer a proposição: o Estado, por meio da Secretária de Educação, deve possibilitar subsídios para que ocorram discussões com a finalidade de suprir as necessidades de entendimento da BNCC, principalmente no que concernem as questões pedagógicas referentes ao novo currículo.

Referências

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, 26 de junho de 2014.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular:** educação é a base. Brasília, 2017.

SANTA CATARINA, Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina:** Formação Integral na Educação Básica, Estado de Santa Catarina, 2014.

1 Introdução

A Escola, inserida na sociedade contemporânea, exige dos educadores um olhar inovador e inclusivo para questões inerentes ao ato de ensinar e aprender, envolvendo a comunicação, a criatividade, a participação, a produção e a responsabilidade de educar, além da acumulação de informações.

Dentro deste contexto a BNCC apresenta uma proposta de educação integral, almejando a formação e o desenvolvimento humano, além da dimensão intelectual, se comprometendo com a construção de processos educativos que formem cidadãos autônomos, capazes de gerir suas vidas com responsabilidade.

Nesta perspectiva, o objetivo deste trabalho do PROESDE Licenciatura visou o estudo e entendimento da BNCC entre os acadêmicos, conhecendo diferentes realidades das escolas da região, assim como visualizar a extensão do envolvimento dos professores e

Professores Envolvidos:

Sônia Gonçalves
Roberta Martinez
Daniel Rafaeli
Valéria Risson
Beatriz Coscodai
Ludimar Pegoraro
Marlene Zwierewicz
Cinara Gambirage
Saulo Granemann
Amador Tomazzeli
Marluci Dalpiaz
Andreia Comelli
Josete Estrowispy
Adriana Nicoletti
Pedro Paulo Baruffi

Coordenadora:

Maria Ilse Behrens

Estudantes Bolsistas:

Amanda Bombassaro
Andressa Aparecida Esperança
Camila Maboni; Dayane Damiani
Edilene Cassiane de Lima
Elaine Cristina de Oliveira
Eliane Matoso de Lima
Emanoel Silveira
Gisele Fenili de Borba
Fernanda Ferreira Hartkopf
João Carlos Furtado
Josciane Tessari
Julio Karoll Soupinski
Karolina Pelicer
Karoline Copetti Teles de Oliveira
Leonira Ribeiro
Lilian Batista Gomes de Oliveira
Luan José dos Santos Ferreira
Mayara Schmidt
Paulo Allan Boggio
Paulo Henrique Barbosa
Wesley G. de Oliveira

equipe pedagógica das escolas da região no estudo, compreensão e aplicação das competências da BNCC.

2. Percurso Metodológico

O percurso metodológico percorreu as seguintes etapas: Estudos e Discussões sobre a BNCC; Observações e Preenchimento de Fichas; Visitas a Unidades Escolares de Educação Infantil e Ensino Fundamental; Ações desenvolvidas pelos acadêmicos; Aplicação da Pesquisa; Participação nos Seminários Regionais; e Participação no Seminário Estadual.

2.1 As Atividades de Estudo

As atividades de estudo desenvolvidas durante todo o curso de extensão do Proesde Licenciatura com seus respectivos docentes listamos a seguir:

História da Educação Brasileira – Sônia Gonçalves

Proposta Curricular de Santa Catarina – Ilse Behrens

BNCC – Roberta Martinez

BNCC e a Educação Infantil – Marluci Dalpiaz

BNCC e a Educação Fundamental – Andréa Comelli

BNCC e a Educação Especial (inclusão) – Beatriz Coscodai

BNCC e as Ciências Exatas – Daniel Rafaelli

BNCC e a Educação para a Sexualidade – Ilse Behrens

BNCC e a Educação para as Artes – Valéria Risson

BNCC e a Integração com as Propostas Curriculares dos Municípios – Josete Estrowispy

BNCC e a Educação Ambiental – Amador Tomazzeli

Desenvolvimento Social e a Produção da Pobreza – Pedro Paulo Baruffi.

2.2 Observações e Preenchimento de Fichas

Com o objetivo de conhecer a realidade das escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, Os acadêmicos visitaram (individualmente) escolas de sua cidade e preencheram Fichas de Observação (ANEXO I e ANEXO II), compartilhando as análises com o grupo.

Escolas envolvidas nas Observações:

EMEB Morada do Sol - Caçador

EMEB Irmão Venâncio José - Caçador

Colégio Bom Jesus Aurora - Caçador

EEB Domingos da Costa Franco - Caçador
CEI Mundo Feliz - Caçador
EMEB Rio Doce – Lebon Régis
CMEI Victor Baptista Adami – Calmon
Colégio de Aplicação da Uniarp - Caçador
CMEI Felipe Hoffman Martiol – Timbó Grande
EEB Irmã Irene – Santa Cecília
EEB Machado de Assis – Timbó Grande
CMEI Walmor Carlin do Prado – Lebon Régis
EMEB Alto Bonito – Caçador
EMEB Esperança – Caçador
EEB Gonçalves Dias - Fraiburgo

Escolas envolvidas na Pesquisa com os Professores:

EMEB Tabajara - Caçador
CMEI Sonho Encantado - Caçador
EEB Domingos da Costa Franco - Caçador
CEI Minie - Caçador
EMEB Irmão Venâncio José - Caçador
CEI Pequena Sereia - Caçador
EEB Dom Orlando Dotti - Caçador
EEB Paulo Schieffler - Caçador
EEB Dante Mosconi - Caçador
EEB Irmão Leo - Caçador
EMEB Padre José Chamot - Caçador
EMEB Pierina Santin Perret – Caçador
CMEI Santa Clara - Caçador
CMEI Victor Baptista Adami – Calmon
EEB Calmon – Calmon
EMEB João Carneiro – Calmon
Colégio de Aplicação da Uniarp - Caçador
CMEI Felipe Hoffman Martiol- Timbó Grande
Colégio Bom Jesus Aurora - Caçador
EMEB Esperança - Caçador
EMEB Alto Bonito – Caçador
EMEB Henrique Júlio Berger - Caçador
CMEI Walmor Carlin do Prado – Lebon Régis
EEB Gonçalves Dias – Fraiburgo
CEI- Arco Íris – Caçador
CMEI Primeiros Passos – Lebon Régis

Escola envolvida na Ação Social:

EEB Thomaz Padilha – Distrito de Taquara Verde/Caçador

2.3 Visitas às Escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental

Foram realizadas duas visitas com todo o grupo de Acadêmicos, nas seguintes Unidades Escolares:

- Centro Municipal de Educação Infantil Elmar Pereira da Rosa: Município de Caçador, analisando espaço físico, projetos desenvolvidos pelos professores, Projeto Político Pedagógico e dificuldades encontradas.
- EMEB Esperança: Município de Caçador, analisando espaço físico, projetos desenvolvidos pelos professores, Projeto Político Pedagógico e dificuldades encontradas.

2.4 Ações desenvolvidas pelos acadêmicos

Contação de Histórias: Os acadêmicos passaram uma tarde no Hospital Maicé, contando histórias e realizando leituras para pacientes e uma tarde no Lar de Idosos Vô Nenê, contando histórias e realizando leituras para os residentes.

Visita ao Horto Municipal de Caçador com o objetivo de conhecer os projetos de Educação Ambiental do Município.

Ação Social na Escola: Foi realizado na Escola Thomaz Padilha, uma tarde de confraternização com os alunos, pais e professores da Escola, desenvolvendo as seguintes atividades:

- Palestra para os Pais sobre Educação Ambiental;
- Palestra para os Professores sobre Educação Ambiental;
- Contação de Histórias;
- Brincadeiras e Jogos Pedagógicos com as Crianças;
- Lanche e sorteio de brindes.

2.5 Aplicação da Pesquisa

Foram entregues 230 questionários do Proesde Licenciatura para professores de Educação Infantil e Ensino Fundamental I, sendo que foram devolvidos 150 questionários.

2.6 Seminários Regionais

Desenvolvimento Regional – Professor Doutor Ludimar Pegoraro.

Empreendedorismo – Professora Mestre Cinara Gambirage.

3. Base Nacional Comum Curricular

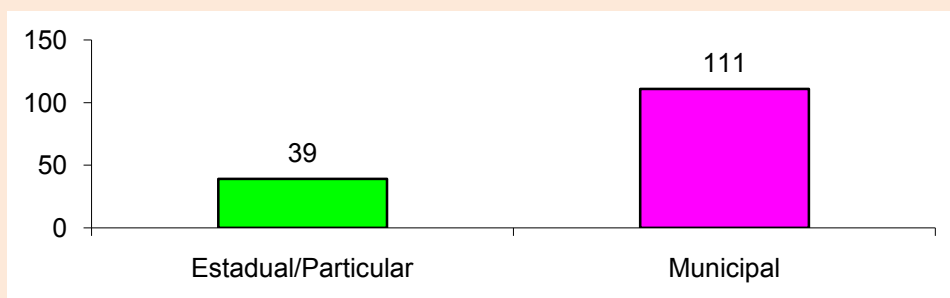
A BNCC está comprometida com a construção dos processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, possibilidade e interesses dos alunos, contemplando os desafios da sociedade, visando formar cidadãos autônomos, capazes de usar e compartilhar sua aprendizagem em sua vida. Saliente-se que a BNCC é uma política de Estado e não de um governo.

A preocupação das Escolas e Secretarias de Educação, visando a implementação da BNCC e a adequação dos currículos, deve estar centrada nas seguintes competências:

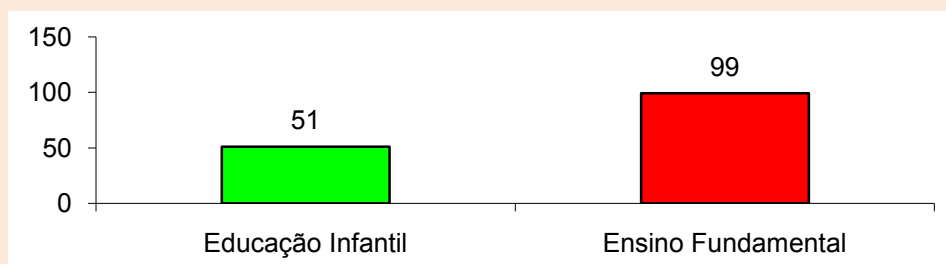
- Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos;
- Incentivar a curiosidade intelectual dos alunos;
- Desenvolver o senso estético dentro das diferentes culturas;
- Utilizar as diferentes linguagens;
- Utilizar as tecnologias digitais de forma crítica, significativa, reflexiva e ética;
- Valorizar a diversidade de saberes e vivências, apropriando-se de conhecimentos e experiências;
- Desenvolver o senso de argumentação para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões;
- Cuidar da saúde física e mental, conhecendo-se e apreciando-se;
- Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação;
- Agir com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação na tomada de decisões.

4. Apresentação dos Resultados da Pesquisa

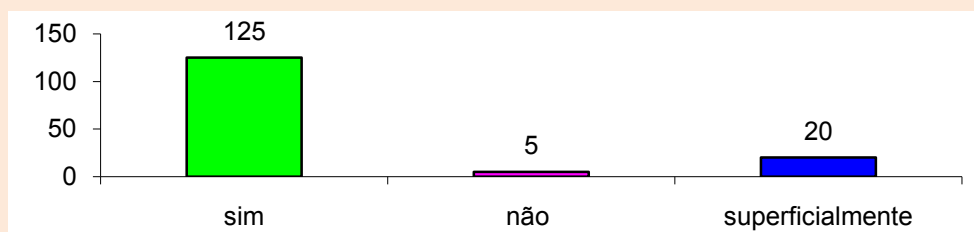
4.1 Rede Municipal ou Estadual



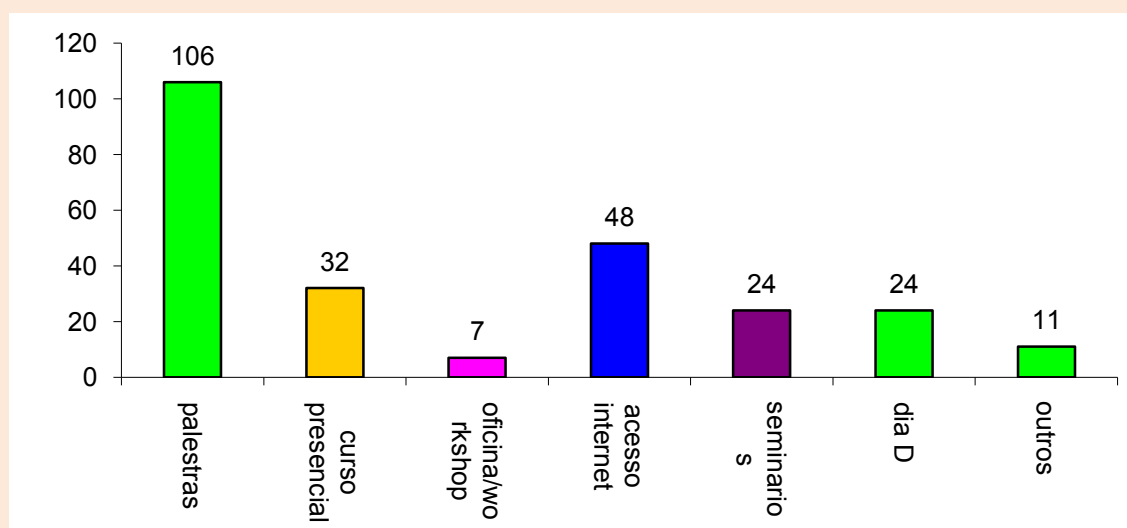
4.2 Atuação



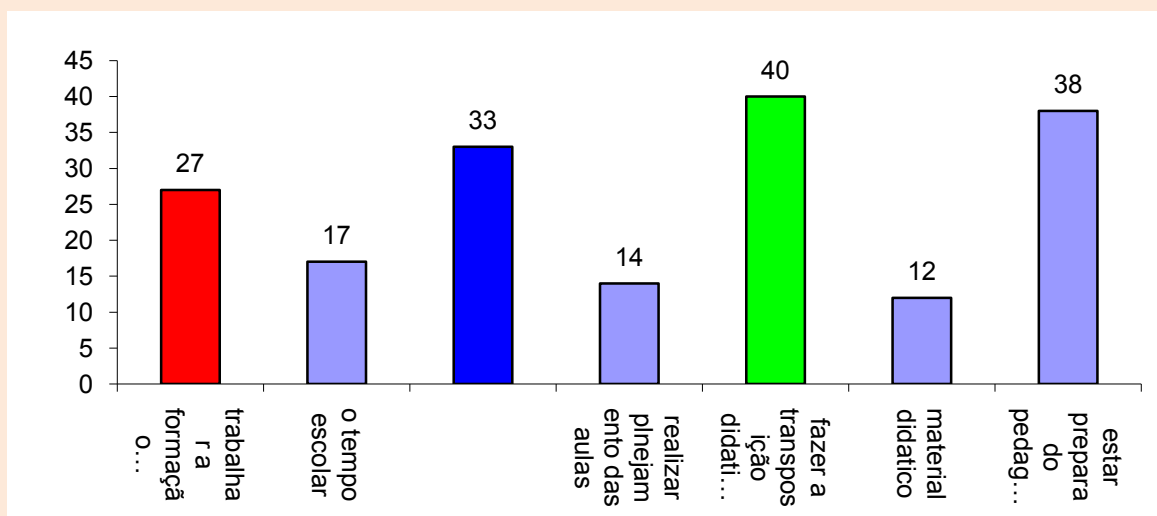
4.3 Você entrou em contato com o material da Base Nacional comum Curricular - BNCC, referente à sua formação?



4.4 Até o momento você participou de alguma formação sobre a BNCC?



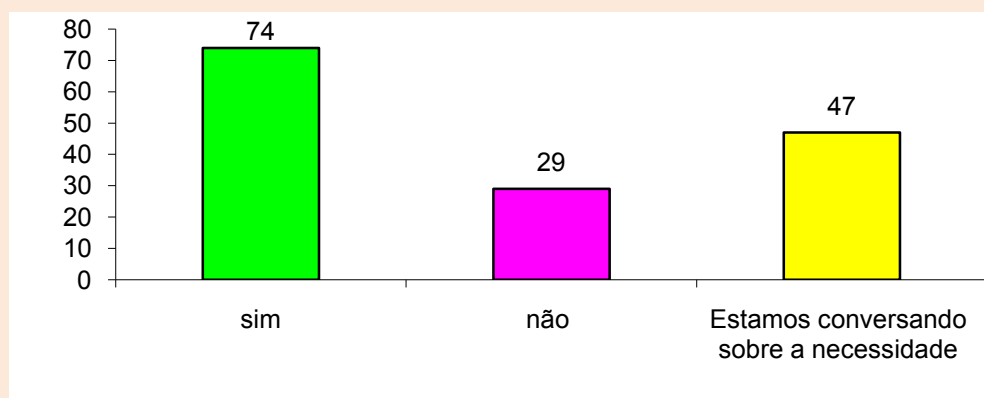
4.5 Na sua percepção, com a implantação do novo currículo com base na BNCC, quais serão seus maiores desafios:



4.6 Em um pequeno parágrafo descreva: Como conciliar o novo currículo com a proposta curricular do estado de SC ou do Município?"

- Experiências, planejamento, trabalhar a interdisciplinaridade, treinamentos, cursos de capacitação;
- Reuniões, introduzir a BNCC aos poucos, adequando a realidade de cada região, levar em consideração a realidade dos alunos;
- Incorporar a Proposta da BNCC ao planejamento escolar, propondo experiências empíricas aos alunos, valorizar o professor, elaborar um plano de carreira eficaz, orientar melhor, organizar cursos preparatórios, Participação efetiva dos professores no PPP;
- Ter um tempo efetivo para o planejamento, realizar encontros com os profissionais da educação, organizar aulas interdisciplinares, estudar mais, conciliar tudo no mesmo documento, fazer adaptações necessárias, já que o município já tem sua proposta;
- Proposta, adaptar os documentos e incorporá-los no cotidiano escolar, não existe incompatibilidade, promover uma educação de qualidade, estar receptivos ao novo; Definir objetivos de aprendizagem, não houve grandes alterações, adaptar as propostas considerando ser desafiador, adaptar da melhor maneira possível, usar a criatividade, estar aberto às mudanças.

4.7 Em sua Escola a equipe gestora está promovendo ações para a formação continuada dos professores a partir da BNCC?



4.8 Dê sugestões de ações para formação continuada dos professores em relação à BNCC:

- Seminários, palestras, atividades dinâmicas e práticas, formação início do ano para pensar em ações paramos ano todo, formas de encontros como acontece o PNAIC.
- Promover encontros para explicação sobre BNCC, mesa redonda para trocas de ideias, análise crítica em conjunto, material de apoio, cursos presenciais, web conferencias, práticas com profissionais habilitados, oficinas por área, reuniões mensais com a equipe, trabalhar mais detalhadamente as competências, mais envolvimento das Universidades com as escolas, estudo por segmentos, leituras direcionadas, reunião pedagógica para estudo e não para recados, estabelecer metas, formação continuada, contextualizar os conteúdos, tornando as estratégias significativas, construir e aplicar procedimentos de avaliação formativa, ter clareza da proposta do Ensino Médio, trabalhar a interdisciplinaridade, esclarecimentos sobre a BNCC;
- Reunião da Secretaria Municipal e Estadual para organizar os cursos, organizar ações para o ano todo, troca de experiências entre as escolas, confecção de novos materiais em oficinas pedagógicas, seguir as orientações da BNCC, contemplando as necessidades dos alunos, organizar grupos de estudo, leituras informativas;

- Considerar a inclusão social como algo sério, valorizar a história e geografia nas séries iniciais, qualificação da prática diária, paradas obrigatórias para estudar as mudanças.

4.9 Observações

Pela proposta curricular do Estado, observo que alguns conteúdos são muito complexos para a série/idade mesmo para os alunos que acompanham com êxito. Neste sentido, como serão trabalhados tantos conteúdos complexos se no 4º e 5º ano temos alunos que não sabem ler e nem realizar operações simples? Mais cursos de formação continuada com um bom conteúdo e focando no aprendizado as formações continuadas do início e metade do ano deveriam ser direcionadas por área e não tudo misturado como vem sendo repassado aos professores todos deveriam seguir a base curricular pois ela é o norte para todos os professores, para obter resultados terá que se por em pratica a formação continuada.

5. Análise Crítica dos Resultados Frente à Realidade da Escola Pública

Após a análise dos resultados da pesquisa, pudemos constatar o seguinte cenário:

- Os professores não confiam em pesquisas e não gostam de participar, sendo que isto se constatou principalmente nas escolas da Rede Estadual de Ensino;
- As Unidades Escolares ainda não assumiram o compromisso de realmente estudar e aplicar a BNCC, tendo em vista que alguns professores ainda não conheciam o teor do estudo;
- Os professores não têm segurança para aplicar a BNCC, sendo que uma das grandes dificuldades apresentadas é com relação à transposição didática e o trabalho com as competências e habilidades. Da mesma forma há a dificuldade de não estar preparado pedagogicamente;
- Os professores e equipes pedagógicas sugerem estudo, muito estudo. Participação em cursos, reuniões, debates, tendo mais orientação, planejando em conjunto, e, por parte dos professores, estando receptivo às mudanças.
- Sente-se falta na escola, de material de apoio, orientadores de estudo e envolvimento das Universidades.

6 Considerações Finais

Após desenvolvermos este trabalho junto ao grupo de Acadêmicos participantes do Proesde Licenciatura, temos as seguintes considerações para fazer:

- Os acadêmicos têm sede de participar mais da comunidade, se envolvendo em projetos e realização de ações que estimulem a cidadania;
- Os professores, tanto da rede Particular, Estadual ou Municipal demonstram certa insegurança relacionada a novas leis ou propostas apresentadas;
- Faltam muito estudo e envolvimento de todas as partes: Universidades, Equipe Pedagógica, Secretarias Municipais e Professores;
- Alguns professores não se sentem preparados ou seguros para realizar mudanças em sua prática pedagógica, optando por permanecer em sua prática tradicional;
- Em algumas escolas os acadêmicos não encontraram cópia da Proposta Curricular de SC, nem nenhum material disponível sobre a BNCC.

ANEXO I



PROGRAMA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL – PROESDE

Professora Orientadora: Ilse Behrens

Acadêmico (a): _____

FICHA DE OBSERVAÇÃO – EDUCAÇÃO INFANTIL

Centro de Educação Infantil/Escola: _____

Endereço: _____

Diretor(a) / Coordenador(a): _____

Orientador(a) Pedagógico(a): _____

Professor(a): _____

Número de alunos: _____ Turma: _____ Turno: _____

1 Projeto Político Pedagógico da Escola/Instituição:

Data da Atualização: _____

Compreende uma secção só da Educação Infantil:

() Sim () Não

Os professores conhecem/participam do PPP da Escola?

() Sim () Não

2 Planejamento da Professora:

O Planejamento da Professora é:

() Diário () Semanal () Mensal

A professora utiliza o Plano de Ensino?

() Sim () Não () Às vezes

A professora faz anotações no Plano?

() Sim () Não () Às vezes

3 A Escola prevê outro Professor, além da sala de aula?

() Sim () Não

Qual disciplina? _____

4 Sala de Aula

Organização geral: _____

Limpeza: _____

Pintura: _____

Armários: _____

Brinquedos: _____

Material Pedagógico: _____

Carteiras: _____

5 Conteúdo Programático que a Professora desenvolve.

Está de acordo com o Planejamento?

Sim Não Em parte

6 Metodologia de ensino adotada

Aula expositiva ()

Técnicas diversificadas ()

Incentiva a participação dos alunos ()

Diversifica as técnicas ()

Brincadeiras ()

Sai da sala de aula ()

Outras observações _____

7 Atendimento e relacionamento com os alunos

Incentiva a participação de todos ()

Estimula a solidariedade ()

Trabalha a diversidade ()

Conversa e brinca com os alunos ()

Atende as dificuldades individuais ()

Chama os alunos pelo nome ()

Abraça e cumprimenta os alunos na entrada e saída da aula ()

Chama a atenção quando necessário ()

Organiza os alunos para os trabalhos ()

Observações _____

8 Avaliação:

Valoriza os trabalhos dos alunos ()

Incentiva para que melhorem seu desempenho ()

Avalia todas as atividades ()

Conversa com os alunos sobre a aprendizagem ()

Expõe os trabalhos realizados ()

Utiliza notas ()

Utiliza conceitos descritivos ()

Utiliza símbolos ()

Pede para os alunos avaliarem seus trabalhos ()

Observações

9 Comentários da Professora: _____

10 Outras Observações

ANEXO II



PROGRAMA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL – PROESDE

Professora Orientadora: Ilse Behrens

Acadêmico (a): _____

FICHA DE OBSERVAÇÃO – ANOS INICIAIS

Escola: _____

Endereço: _____

Diretor (a): _____

Orientador(a) Pedagógico(a): _____

Professor(a): _____

Número de alunos: _____ Turma: _____ Turno: _____

1 Projeto Político Pedagógico da Escola:

Data da Atualização: _____

Compreende uma secção só para Anos Iniciais:

() Sim () Não

Os professores conhecem / participam do PPP da Escola?

() Sim () Não

2 Planejamento da Professora:

O Plano de Ensino é:

() Diário () Semanal () Mensal

A professora utiliza o Plano de Ensino?

() Sim () Não () Às vezes

A professora faz anotações no Plano?

() Sim () Não () Às vezes

3 Sala de aula

Organização geral: _____

Limpeza: _____

Pintura: _____
Armários: _____
Brinquedos: _____
Material Pedagógico: _____
Carteiras: _____

4. Conteúdo Programático que a Professora desenvolve

Está de acordo com o Plano de Ensino:
() Sim () Não () Em parte

5 Metodologia de Ensino Adotada

Aula expositiva ()
Técnicas diversificadas ()
Incentiva a participação dos alunos ()
Diversifica as técnicas ()
Outras observações _____

6 Atendimento e relacionamento com os alunos

Incentiva a participação de todos ()
Conversa e brinca com os alunos ()
Atende as dificuldades individuais ()
Chama os alunos pelo nome ()
Abraça e cumprimenta os alunos na entrada da aula ()
Chama a atenção quando necessário ()
Organiza os alunos para os trabalhos ()
Observações _____

7 Avaliação:

Valoriza os trabalhos dos alunos ()
Incentiva para que melhorem seu desempenho ()
Avalia todas as atividades ()
Conversa com os alunos sobre a aprendizagem ()
Expõe os trabalhos realizados ()
Utiliza notas ()
Utiliza conceitos descritivos ()
Observações

8 Comentários da Professora: _____

9 Outras Observações:

Coordenadora:

Luiza Liane Bressan

Estudantes Bolsistas:

Eloyse May Bloemer

Joana Roecker

Natália Estevão

Maria Eduarda M. Ângelo

Chaiane dos Santos Teles

Daniele Marcelino Rafe

Viviane Ribas Campos

Pricylla S. Blasius

Larissa Volpato

Lya Warmeling

Juliana Hilsmann

Andiéssica Chaiany Roques Machado

Programa de Educação Superior para Desenvolvimento Regional/Licenciatura – PROESDE/Licenciatura 2018

1. Introdução

O Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional **PROESDE** tem como objetivo a concessão de bolsas de estudo para estudantes matriculados em Cursos de Graduação em áreas estratégicas e de Licenciatura, sob a coordenação da Secretaria de Estado da Educação – SED. O Programa abrange, preferencialmente, todas as regiões de Santa Catarina, beneficiando estudantes matriculados em cursos nas Instituições de Ensino Superior – IES, mantidas por Fundações Educacionais de Ensino Superior, instituídas por Lei Municipal.

O programa corresponde a duas etapas de ensino e se iniciou em maio de 2018 e se encerra em novembro de 2018, totalizando 200 horas de curso de extensão em modalidades presencial e a distância.

O PROESDE Licenciatura é um curso de extensão, que objetiva promover a qualificação dos estudantes das licenciaturas para intervir e contribuir na qualidade

da educação básica. O curso possibilita a articulação entre os cursos de licenciatura, e atividades desenvolvidas nas unidades escolares públicas de educação básica, fundamentada na Proposta Curricular de Santa Catarina.

O PROESDE Licenciatura tem por objetivo qualificar os estudantes das licenciaturas para intervir e contribuir na qualidade da educação básica, por meio de projetos de organização curricular fundamentados na Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina – PCSC e desenvolvidos de forma articulada entre os cursos de Licenciatura das Instituições de Ensino Superior da ACAFE e das unidades escolares (UEs) públicas de educação básica.

O ano de 2018 trouxe como desafio o estudo da BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental bem como sua implementação nas redes de ensino de Santa Catarina, principalmente na rede pública. Neste sentido, as ações desenvolvidas tiveram como foco em estudos e pesquisas, procurando conhecer o que já se desenvolve na prática. A questão que norteou nossos estudos foi: que ações estão sendo desenvolvidas com os professores das redes públicas de ensino, estadual e municipal, para implementar a BNCC?

E para responder a esta pergunta, estabelecemos como objetivo geral: estudar a Base Nacional Comum Curricular e seus pressupostos teóricos, atentando para os diálogos possíveis com a Proposta Curricular de Santa Catarina. E para melhor compreender de que forma essa articulação é possível, desdobramos este objetivo geral e objetivos específicos, a saber: investigar se os professores já entraram em contato com a BNCC; pesquisar quais as ações que já foram realizadas em relação ao conhecimento do conteúdo da BNCC; descrever, de acordo com os docentes pesquisados, quais os principais desafios para implementação da BNCC.

A BNCC é um documento que demanda muitos estudos. Sua compreensão não se limita à leitura, pois são os caminhos sugeridos para a construção de um currículo e este não é isento de ideologias, não há neutralidade nas ações pedagógicas. Necessário se faz ouvir as escolas, os professores, a equipe gestora, comunidade para que todos participem da

discussão e implementação desse documento que é balizador da educação brasileira, pois como diz Oliveira, 2008, p.545):

É preciso se atentar para o fato de que o currículo não é neutro; ao ser veículo de conhecimentos selecionados, ele se liga ao poder, à homogeneização ou diferenciação da escola e por isso os educadores precisam estar alerta às suas implicações sociológicas e culturais quando de sua estruturação.

Assim, como se trata de interesses, é importante que todos possam participar ativamente, já que nem sempre os interesses daqueles que elaboram as leis são os mesmos daqueles a quem é exigido que as observem ou as cumpram.

2. Percurso Metodológico

Pesquisas são ações de buscas de conhecimentos em determinadas áreas de atuação, visando compreender, responder questões relacionadas ao objeto de pesquisa. As pesquisas visam a produção do conhecimento científico, da ciência.

Para se produzir conhecimento científico, é necessário o método científico, fundamental para validar as pesquisas e seus resultados serem aceitos. Dessa forma, a pesquisa, para ser científica, requer um procedimento formal, realizado de "(...) modo sistematizado, utilizando para isto método próprio e técnicas específicas" (RUDIO, 1980, p.9).

Do ponto de vista da abordagem do problema, foi utilizada a pesquisa quantitativa o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Também, podemos dizer que se trata de uma pesquisa de campo, pois há uma investigação empírica realizada no local em que atuam professores em exercício da docência.

Conforme Gil (2008) o questionário pode ser definido como uma técnica de investigação social composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas,

aspirações, temores, comportamento presente ou passado. É um instrumento de coleta de informação.

3. Base Nacional Comum Curricular

A construção de uma Base Comum Nacional Curricular é uma indicação da LDB- Lei 9394/96, retomada nas Diretrizes Curriculares Nacionais (1998) e, novamente, nas Diretrizes Nacionais Curriculares (2012).

Nesse momento, está também prevista e é parte integrante do Plano Nacional de Educação (PNE), em suas metas para os próximos dez anos. No entanto, seria importante esclarecer o sentido desejado para essa Base. Embora as intenções e objetivos da Base tenham sido delineados (como orientação para a elaboração de materiais, formação de professores, tentativa de padronização escolar, avaliação de sistemas educativos, etc.), não fica claro se a proposta atual de Base deve ser compreendida como um mínimo comum, ou se é uma orientação para um currículo mais amplo ou ideal.

Assim, há muitos posicionamentos favoráveis ao documento, como também àqueles que vêm com desconfiança o documento, alertando para questões político-partidárias imbricadas nas entrelinhas do documento.

Por esse viés, particularmente importante, considerando a diversidade de contextos escolares e educacionais hoje existentes no país, pontuar os problemas relacionados à formação docente, que vão desde a formação inicial à formação continuada, a questão estrutural das escolas que impõem uma condição de realidade bem concreta. Nesse sentido, há muitas barreiras que precisam ser equacionadas para que se possa implementar a BNCC.

4. Apresentação da Pesquisa

Como já dito nos procedimentos metodológicos, formamos com as doze (12) acadêmicas que participam do curso de extensão, grupos menores que fizeram a pesquisa em diferentes unidades escolares.

Grupo 1- Eloyse May Bloemer, Joana Roecker.

Escola: Escola Municipal Professor José Boeing/CEI Cantinho da Criança.

Total de Professores da escola: 33

Participantes da Pesquisa: 11

Atuação:

Educação Infantil - 2

Ensino Fundamental - Séries iniciais - 8

Ensino Fundamental - Séries finais - 0

Gestor - 1

Assistente Técnico Pedagógico Supervisor ou Orientador Educacional – 0

Você entrou em contato com o material da Base Nacional Comum Curricular - BNCC referente a sua formação?

Sim - 11

Não - 0

Superficialmente - 0

Até o momento, você participou de alguma formação sobre a BNCC?

Palestra - 3

Curso Presencial - 9

Oficina/workshop - 2

Acessou informações na internet - 3

Seminários - 1

Dia D - 4

Outro - 1

Com a implantação do novo currículo com base na BNCC, na sua percepção quais serão seus maiores desafios?

Trabalhar a formação integral do estudante - 4

O tempo escolar - 1

Trabalhar as competências e habilidades - 2

Realizar o planejamento das aulas - 0

Fazer a transposição didática entre o atual e o novo currículo - 06 Material didático - 1

Estar preparado pedagogicamente - 0

Outro - 2

Em um pequeno parágrafo descreva: como conciliar o novo currículo com a Proposta Curricular do Estado de SC ou do Município?

P1- Primeiramente temos que fazer uma análise de ambos e um estudo para poder conciliar.

P2- Para conciliar o novo currículo com a proposta curricular do município se faz necessário conhecê-la e estudá-la. Depois desse estudo, analisar as duas propostas e adequar o currículo da escola com a nova proposta, acrescentando o que não está contido com base na nova proposta.

P3- Reuniões de estudos, palestras e cursos preparatórios para conciliar as novas ideias com o antigo PPP.

P4- Penso que não será difícil, uma vez que esse "novo currículo" não está tão diferente das propostas curriculares. É mais uma questão de nomenclaturas e/ou expressões diferentes. Basta acrescentar o que não contempla em nossos currículos.

P5- Estamos analisando nosso currículo com a BNCC, a única coisa que precisamos registrar são os códigos que não tem influência pedagógica, ou relevância no planejamento. Pois o importante é alcançar todos os objetivos e habilidades da proposta.

P6- Para conciliar o novo currículo com os demais documentos deve haver formações e preparo dos profissionais, para após estudar o documento e pensar sempre além diante de seus planejamentos.

P7- Revisando o PPP da escola para atender todas as competências e habilidades previstas pela BNCC. Garantir também a não limitação a Base nas competências em que a escola pode ir além.

P8- Revisar nosso PPP para atender todas as competências e habilidades previstas pela BNCC.

P9- Devemos nós educadores fazer uma análise sobre todas as informações para formular o PPP da escola de acordo com a BNCC, mas observando a realidade de cada escola.

P10- O trabalho realizado já atende, em partes, os objetivos da BNCC, é preciso reestruturar as práticas e acrescentar o que está faltando com uma complementação didática de acordo com o que se pede.

P11- O professor estar bem preparado com bastante estudo para adequar com a vivência dos nossos alunos.

Em sua Escola a equipe gestora está promovendo ações para a formação continuada dos professores a partir da BNCC?

Sim - 11

Não - 0

Estamos conversando sobre essa necessidade - 0

Dê sugestões de ações para formação continuada dos professores em relação à BNCC.

P1- Cursos com pessoal capacitado no assunto.

P2- Estudo da BNCC; encontros com todos os profissionais da educação para reformular e adequar o currículo do município com a nova BNCC.

P3- Realização de palestras e cursos para a capacitação dos profissionais da educação.

P4- Como está sendo feito aqui no município está muito bom. Já tivemos palestras, oficinas, trabalhos por séries e estudos individuais. Penso que estamos conseguindo compreender e reorganizar nosso currículo com a ajuda da universidade UNIBAVE, que está prestando assessoria ao nosso município.

P5- Precisamos ter espaço e tempo para completar à análise das disciplinas que faltam comparar entre nosso currículo e a BNCC, e colocar os códigos nas já analisadas (o que não acho relevante).

P6- Orientações; palestras; estudo dirigido; seminários; entre outros.

P7 - Atividades mais práticas em relação a implementação da BNCC.

P8- Cursos com pessoas capacitadas no assunto.

P9- Formação continuada trabalhando a teoria e a prática da BNCC.

P10- Suporte aos professores, especificamente em sua área de atuação, garantindo um melhor entendimento da BNCC e seus objetivos relativos a cada "conteúdo" tratado.

P11- Dia de estudo e planejamento, professores fazendo trocas de experiências.

Grupo 2- Natália Estevão, Maria Eduarda M. Ângelo e Chaiane dos Santos Teles

Escola: Escola Estadual de Educação Básica Costa Carneiro

Total de professores da escola: 17

Participantes da pesquisa: 5

Atuação:

Educação Infantil - 0

Ensino Fundamental - anos iniciais - 2

Ensino Fundamental - anos finais - 1

Gestor - 0

Assistente Técnico Pedagógico Supervisor ou Orientador Educacional – 02

Você entrou em contato com o material da Base Nacional Comum Curricular - BNCC referente a sua formação?

Sim - 3

Não - 0

Superficialmente – 2

Até o momento, você participou de alguma formação sobre a BNCC?

Palestra - 0
Curso Presencial - 1
Oficina/workshop - 0
Acessou informações na internet -4
Seminários - 0
Dia D - 0
Outro – 0

Com a implantação do novo currículo com base na BNCC, na sua percepção quais serão seus maiores desafios?

Trabalhar a formação integral do estudante - 04
O tempo escolar - 0
Trabalhar as competências e habilidades - 03
Realizar o planejamento das aulas - 0
Fazer a transposição didática entre o atual e o novo currículo-0
Material didático - 01
Estar preparado pedagogicamente - 01
Outro – 0

Em um pequeno parágrafo descreva: como conciliar o novo currículo com a Proposta Curricular do Estado de SC ou do Município?

P1-Através da formação inicial e continuada dos professores, revisão do material didático e das matrizes de competência e habilidades das avaliações.

P2- Para se ter um melhor desenvolvimento na aprendizagem dos alunos deveria trabalhar os conteúdos interdisciplinares para um melhor desenvolvimento.

P3- Devemos conciliar através da formação inicial que tivemos e outras formações, revisão dos planejamentos anuais, livros reformulados, revisão do material didático e das matrizes de competência e habilidades das avaliações.

P4- Por meio de estudos em grupo, onde se contemple os dois documentos em estudo, tendo em vista que a proposta curricular de SC, é o documento que 26

anos norteia as ações pedagógicas, a base com seu novo currículo merece estudo e muita dedicação.

P5- Não respondeu à pergunta.

Em sua Escola a equipe gestora está promovendo ações para a formação continuada dos professores a partir da BNCC?

Sim - 3

Não - 1

Estamos conversando sobre essa necessidade – 1

Dê sugestões de ações para formação continuada dos professores em relação à BNCC.

P1-Realizar curso sobre o tema.

P2- Precisamos de mais cursos para um melhor aprendizado, mais materiais para estudo.

P3- Realizar curso sobre o tema.

P4- A nível estadual com profissional que domine o conteúdo e consiga fazer o repasse de forma clara, com encontros por grupos escalas, áreas.

Grupo 3- Daniele Marcelino Rafael, Viviane Ribas Campos, Pricylla S. Blasius e Larissa Volpato

Escola Municipal Adolfo Wiggers
Município: Braço do Norte
Total de professores que atuam: 16

Atuação

Educação Infantil - 3

Ensino Fundamental - Séries iniciais - 6

Ensino Fundamental - Séries Finais - 3

Gestor(a) - 0

Assistente Técnico Pedagógico Supervisor ou Orientador Educacional – 0

Você entrou em contato com o material da Base Nacional comum Curricular - BNCC referente a sua formação?

Sim - 7

Não - 1

Superficialmente – 2

Até o momento, você participou de alguma formação sobre a BNCC?

Palestra - 6

Curso Presencial - 5

Oficina/workshop - 0

Acessou informações na internet – 6

Seminários - 2

Dia D - 2

Outros – 1

Com a implantação do novo currículo com base na BNCC, na sua percepção quais serão seus maiores desafios:

Trabalhar a formação integral do estudante - 2

O tempo escolar - 3

Trabalhar as competências e habilidades - 2

Realizar o planejamento das aulas - 1

Fazer a transposição didática entre o atual e o novo currículo - 4

Material didático - 6

Estar preparado pedagogicamente - 2

Outro – 2

Em um pequeno parágrafo descreva: como conciliar o novo currículo com a Proposta Curricular do Estado de SC ou do Município?

P1: Fazendo os ajustes de acordo com a nossa realidade, porém será difícil diante da falta de “tempo” hábil de preparo dos profissionais e da política que vem de cima para baixo, o que faz com que quem atua, pouco participa das tomadas de decisões.

P2: Todas as propostas pedagógicas são excelentes e contemplam todas as habilidades e competências. Nosso problema na educação são as “políticas de governo” que entram toda continuidade tão importante na construção do conhecimento escolar.

P3: Muito difícil, pois os alunos não estão preparados para isso, visto que a forma como organizada, não considerou o aluno em suas particularidades. Principalmente, os alunos da escola pública, que não terá capacidade ou condições de acompanhar o novo currículo.

P4: Penso que será muito difícil.

P5 e P7: Não responderam ao questionamento.

P6: Estudando e realizando novos planejamentos.

P8: Será um trabalho processual, não acontecendo da noite pro dia.

P9: Se faz necessário o conhecimento desta proposta para poder conciliá-la ao atual currículo, superficialmente torna-se muito difícil.

P10: Rever todos os conteúdos que estão propostos e adequá-los ao currículo, trabalhando dentro deles as competências e habilidades dos alunos como um todo.

Em sua Escola a equipe gestora está promovendo ações para a formação continuada dos professores a partir da BNCC?

Sim - 4

Não - 2

Estamos conversando sobre essa necessidade – 4

Palestra Oferecida pela Secretaria da Educação – 1

Dê sugestões de ações para formação continuada dos professores em relação à BNCC.

P1: Paradas para estudos, por disciplinas, turmas, antes de um encontro geral. Estudos, estudos... E tempo para isso.

P2: Iniciar com formação de ensinando primeiro a cada profissional o real significado da BNCC. Historicizar sobre cada época e o que se pretendia. Somente entendendo como era, como estamos e que podemos dizer para onde queremos ir. Só há uma forma de resolver: Planejamento, organização, coordenação. Formação continuada "significativa".

P3: Eu sou contra a forma como a BNCC foi organizada e distribuída o currículo por série/ano, visto que os alunos não terão como acompanhar, pois não estão preparados para isso, ou seja, conteúdos que trabalhávamos no 8º ou no 9º ano, agora estão no 6º ano.

P4: Mais cursos direcionados somente a BNCC.

P5: Formação continuada, palestras com professores que entendam do conteúdo.

P6: Curso presencial e oficinas.

P7: Não respondeu ao questionamento.

P8: Reunir professores por série e estar planejando juntas.

P9: Estudo literal da proposta, cursos de aperfeiçoamento/conhecimento da proposta e comparação do atual cenário com o que está proposto na BNCC.

P10: Formação de grupos, palestras com professores que já estudaram a BNCC para facilitar o entendimento.

Grupo 4 – Lya Warmeling, Juliana Hilsmann e Andiéssica Chaiany Roques Machado

Nome da Escola: Escola de Educação Básica Padre Ludgero Waterkemper

Rede: Municipal

Município: Orleans

Total de professores que atuam na UE: 10

Total de professores que responderam as pesquisas: 7

Atuação

Educação Infantil - 2

Ensino Fundamental - anos iniciais - 5

Ensino Fundamental - Séries finais - 0

Gestor - 1

Assistente Técnico Pedagógico Supervisor ou Orientador Educacional - 0

Você entrou em contato com o material da Base Nacional Comum Curricular - BNCC referente a sua formação?

Sim - 7

Não - 0

Superficialmente - 0

Até o momento, você participou de alguma formação sobre a BNCC?

Palestra - 5

Curso Presencial - 2

Oficina/workshop - 0

Acessou informações na internet - 4

Seminários - 0

Dia D - 0

Outro - 0

Com a implantação do novo currículo com base na BNCC, na sua percepção quais serão seus maiores desafios?

Trabalhar a formação integral do estudante: 2

O tempo escolar: 1

Trabalhar as competências e habilidades: 3

Realizar o planejamento das aulas: 2

Fazer a transposição didática entre o atual e o novo currículo: 2

Material didático: 0

Estar preparado pedagogicamente: 2

Outro: 2 – atendimento integral com crianças com deficiência

Em um pequeno parágrafo descreva: como conciliar o novo currículo com a Proposta Curricular do Estado de SC ou do Município?

P1: Na medida que nos aperfeiçoamos, conhecemos bem o material, teremos possibilidades de ampliar a nossa bagagem para podermos interagir com o educando.

P2: Conhecer para relacionar!

P3: Com novas aprendizagens, estudos e entendimentos.

P4: Procurar adequar-se as novas mudanças que venha ocorrer participando de cursos de aperfeiçoamento e pesquisas para atingir os objetivos propostos.

P5: Ser um professor que pesquisa e atualiza seus saberes, de forma que possa conciliar e discernir o melhor caminho a ser mediado para alcançar seus objetivos.

P6: Não soube responder.

P7: Buscando suas referências elaboração de novos conhecimentos e aprendizagens.

Em sua Escola a equipe gestora está promovendo ações para a formação continuada dos professores a partir da BNCC?

Sim: 2

Não: 4

Estamos conversando sobre essa necessidade: 1

Dê sugestões de ações para formação continuada dos professores em relação à BNCC.

P1: Mais cursos esclarecedores.

P2: Realizar o planejamento anual por níveis de ensino (em suas redes) relacionando a proposta curricular e a BNCC.

P3: Acredito que com mais informações e cursos sobre o assunto já interfere na formação do professor.

P4: Ter um encontro mensal de pelo menos um período para estudos da BNCC para a interação, sendo dispensado do compromisso neste período.

P5: Ser dispensado do compromisso de sala de aula, para haver um debate de um dia, mensalmente.

P6: disponibilizar cursos voltados às novas normas da BNCC.

P7: Cursos, palestras, rodas de conversa, etc.

5. Análise Geral dos Resultados

A pesquisa realizada pelos bolsistas mostra que os trabalhos de apresentação da BNCC estão acontecendo neste área de abrangência. Em alguns municípios mais sistematizada, em outros iniciando. Revela, também, que há empenho das equipes gestoras e também dos docentes em se capacitarem para implementarem a BNCC.

Outro aspecto relevante é a necessidade de conhecer melhor o documento, discuti-lo com propriedade, visando a compreensão de sua totalidade, bem como propor a discussão de visão de mundo implícita no documento e a compreensão de que ser humano queremos formar.

Cabe relatar também a dificuldade que as bolsistas encontraram nas escolas, principalmente as estaduais cujos docentes e equipes gestoras não quiseram participar da pesquisa.

7. Algumas considerações para encerrar

Podemos perceber que em relação a nova base todos os professores participantes da pesquisa tiveram algum formação continuada sobre a BNCC. Podemos observar que alguns professores mostram muito interesse e disponibilidade para discussão e sugestões para formação continuada sobre a BNCC.

Em resumo, a pesquisa apresentou breves ponderações e argumentos na direção de compreender de que forma a BNCC e a Proposta Curricular poderão construir uma ponte e estabelecer relações de diálogo, respeitando-se três décadas de estudos da docência catarinense que resultam no documento que norteia as ações de educação no estado. É necessário refletir e estudar muito para que possamos compreender que vozes serão ouvidas e quais serão silenciadas.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular:** Proposta preliminar. 2ª versão revista. Ministério da Educação. 2009. Disponível: basenacionalcomum.mec.gov.br/Documentos/bncc-2versao.revista.pdf.

BRASIL. **Lei De Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN.** Lei Nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996. Disponível em: <> Acesso em 12 de nov. de 2018.

BRASIL. **Movimento pela Base Nacional Comum (MBNC)**, 2014. Disponível em: <http://movimentopelabase.org.br/o-movimento/>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, Brasil, 2008.

OLIVEIRA, Zélia Maria Freire. **Currículo:** um instrumento educacional, social e cultural. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 8, n. 24, maio/ago, p. 535-548. 2008.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica.** 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1980.

Coordenadora:

Naiara GraciaTibola

Estudantes Bolsistas:

Anderson Hafemann
CharlesJohason
Clecio da Rosa
Gabriel Berner de Souza
Giovani Machado
João Paulo Mattos Siqueira
Kauana da Rocha Campos
Lucas Alessandro Pereira Martins
Lucas Marinho
Marcio Rogerio Deucher Júnior
Roberto Martins

Estudante do PROESDE

Ana Carolina Esteinck Boell

Base Nacional Comum Curricular e Pospostas Curriculares sob a Óptica dos Professores

Resumo

Este artigo apresenta o resultado da pesquisa realizada com professores da rede pública da região do Alto Vale do Itajaí que tem por objetivo identificar as atividades realizadas quanto a BNCC e a opinião dos professores sobre a mesma. O trabalho faz parte do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional PROESDE Licenciatura que neste ano teve como foco de estudos a Base Nacional Comum Curricular, Proposta Curricular de Santa Catarina e as Propostas Curriculares dos municípios de nossa região. A pesquisa utilizou da abordagem quanti/quali com questionário e análise com base nos documentos oficiais sobre educação. Os achados da pesquisa apontam que professores tem conhecimento da BNCC, mas desejam que formações continuadas sobre o tema ocorram com mais frequência.

Palavras-chave: Base Nacional Comum Curricular, Professores, Educação.

1. Introdução

O Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí – UNIDAVI participa do Programa de Educação Superior PROESDE Licenciatura desde o seu início no ano de 2015. O programa tem por objetivo a concessão de bolsas de estudos para estudantes matriculados em Cursos de Graduação na área de Licenciatura, sendo que para o ano de 2018 conforme edital dez acadêmicos do curso de Educação Física foram contemplados.

A proposta de estudo e pesquisa teve como foco central neste ano o estudo da Base Nacional Comum Curricular, da Proposta Curricular de Santa Catarina e as Propostas Curriculares dos Municípios do qual as instituições que fazem parte do projeto realizam sua pesquisa. Em nossa região existe uma Proposta Curricular comum, que foi medida pela Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí– AMAVI e construída por professores, gestores e equipe técnica. Apenas três municípios não integraram esta proposta.

O objetivo principal do estudo é identificar as atividades realizadas quanto a BNCC e a opinião dos professores sobre a mesma. Com isto os objetivos específicos seguem: Significar o que os professores compreendem sobre a BNCC; Analisar os conceitos da BNCC junto as respostas dos professores; Compreender o processo de formação continuada em relação a BNCC.

Logo surge a pesquisa que desenvolvemos no PROESDE Licenciatura, junto aos professores de educação física, área dos acadêmicos que estão no programa e gestores das escolas.

2. Percorso Metodológico

O percurso metodológico utilizou de abordagens qualitativas e quantitativas. No que se refere a metodologia:

Existem diversas concepções filosóficas e epistemológicas, neste caso será delimitado duas grandes abordagens: quantitativa e qualitativa. A abordagem quantitativa formulasse hipóteses, define-se variáveis, quantifica-se nas modalidades de coletas de dados. A abordagem qualitativa não emprega instrumentos estatísticos. Essa abordagem é utilizada quando se busca descrever a complexidade de um problema,

delineando assim a pesquisa (BLOGOSLOWSKI, TIBOLA, WENRICH 2016, p.85).

Para melhor organização das atividades, estas foram divididas em 2 momentos. No primeiro momento estudamos a Proposta Curricular de Santa Catarina identificando os conceitos principais e aprofundando os que estavam de encontro com a realidade dos acadêmicos em especial a formação integral. Do mesmo modo foi feito com a BNCC – Educação Infantil e Ensino Fundamental séries Iniciais e Finais, buscamos identificar as competência gerais da Educação Básica e com isto prosseguir para as áreas em específico. Como os acadêmicos que frequentam o programa do PROESDE estão cursando Educação Física voltamos nossas atenções para esta área. Hoje o professor de educação física atua desde a educação infantil até o ensino médio, e com isto caminhos por todas as etapas da Base. Dentro da BNCC a educação física não está clara na educação infantil, logo os alunos buscaram identificar como podem relacionar os campos de experiência a sua área. Após passamos a estudar e verificar as Propostas Curriculares dos Municípios que foram delimitados por municípios “sedes²” sendo Rio do Sul, Ituporanga, Taió e Ibirama, a ferramenta que nos auxiliou neste processo foi o próprio portal da AMAVI, devido a maioria dos municípios integrarem a proposta curricular da região e o contato direto com as secretarias municipais de educação. Para a realização das atividades utilizamos de seminários, conversas, pesquisas (na biblioteca da instituição e internet) e leitura.

Na segunda etapa foram realizadas as pesquisas junto aos professores de educação física (por se tratar da área dos acadêmicos e gestores das escolas) das redes municipais, estaduais e particulares por meio de questionário. Os acadêmicos foram para as escolas onde levaram uma carta de apresentação ao diretor/coordenador/gestor e explicaram o objetivo da

²Os municípios foram escolhidos por serem sede de uma Agência de Desenvolvimento Regional. Ao final da pesquisa apenas a ADR de Rio do Sul está em funcionamento.

pesquisa e após autorização, conversaram com os professores para que estes respondessem ao questionário.

As instituições que compõem o programa puderam contribuir para a elaboração dos questionários que posteriormente foi encaminhado pela Diretoria de Políticas e Planejamento Educacional – DIPE da Secretaria Estadual de Educação do Estado-SED. Para a aplicação do questionário utilizamos da ferramenta do Google Formulários, onde este pode ser enviado através de e-mail e até mesmo pelo WhatsApp.

Se a pesquisa for encaminhada por e-mail, não deverá o pesquisador esquecer de escrever um forte apelo para o pesquisado o responda o mais brevemente possível. Para que isto ocorra, é fundamental uma apresentação explicando o que está fazendo, por que o faz e para quem [...] o individuo precisa ser convencido da importância das suas respostas para o sucesso da pesquisa. (GOLDENBERG, 2015, p. 93).

Os acadêmicos precisaram de muita paciência insistência para obter as respostas juntos aos professores. Alguns questionários foram encaminhados por e-mail conforme solicitação dos mesmos, alegando que na escola utilizavam do momento de janela e hora atividade para planejamento. Logo, outros questionários foram entregues impressos e o acadêmico acompanhou o momento das respostas do mesmo. Quanto aos gestores apenas um respondeu ao questionário.

Dessa forma obtivemos um número menor de resultados do qual desejávamos, mas conseguimos um número pra análise.

3. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Implementação da Base com a adequação dos Currículos

A Base Nacional Comum Curricular tem sua homologação no dia 20 de dezembro de 2017, prevista na Constituição de 1988, na LDB de 1996 e no Plano Nacional de Educação de 2014, a BNCC foi construída coletivamente por professores e especialistas de cada área de conhecimento. No ano de 2018 para conhecimento e implementação da mesma foi realizado em março o dia

“D” onde todas as unidades de ensino do País tiveram um momento de estudo da BNCC.

A Base estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. A mesma está dividida em Etapa da Educação Infantil e a Etapa do Ensino Fundamental sendo que para cada área está subdividido em: Objetivos, Campos de Experiência e Competência e áreas de conhecimento para o ensino fundamental séries iniciais e finais sendo assim distribuídos:

- Linguagens: Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e Língua Inglesa;
- Matemática: Matemática;
- Ciências da Natureza: Ciências;
- Ciências Humanas: Geografia e História;
- Ensino Religioso: Ensino Religioso.

Os municípios do qual pertencem as escolas que foram entrevistados os professores e a própria região em si, estão realizando estudos para implementação e atualização das propostas curriculares junto a BNCC. Este trabalho é vagaroso e aos poucos será construído.

4. Apresentação dos Resultados da Pesquisa

A pesquisa aconteceu em seis municípios sendo eles: Ibirama, Imbuia, Rio do Sul, Pouso Redondo, Salete e Santa Terezinha, em um total de trinta e dois³ entrevistados (professores e gestores) que atuam na educação básica (passando por todos os níveis, educação infantil, séries iniciais - finais e ensino médio) e 2 professores deste grupo lecionam no ensino superior.

³Nosso foco para análise das entrevistas será os professores que estão em sala de aula todos os dias e convivem com todas as diversidades. Em relação ao gestores apenas 1 respondeu.

Um dos questionamentos realizados aos professores foi em relação ao contato deles com o material da BNCC;

Gráfico 1 – Você entrou em contato com o material da BNCC?



Fonte: Os Autores (2018)

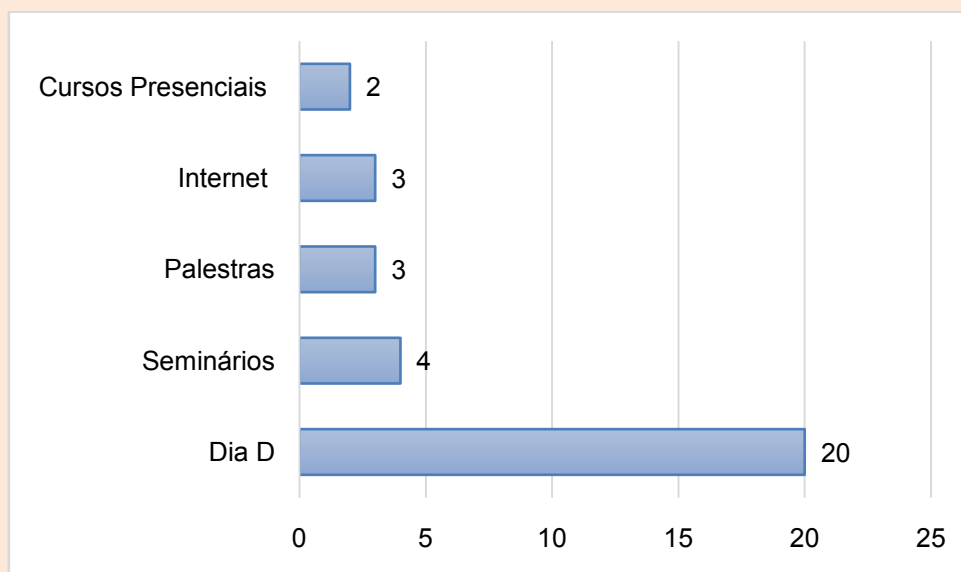
As respostas negativas nos deixaram surpresos pelo fato de ter acontecido o Dia “D” nas escolas e toda a divulgação em relação a homologação, com tudo existe uma contradição nas respostas posteriores.

Não se pode concretizar uma base curricular sem a efetiva participação da sociedade, especialmente sem o diálogo com os professores, gestores e estudantes, pois é na escola que a BNCC se concretizará, em favor de uma determinada formação que inclui decisões políticas e ideológicas, uma vez que não há neutralidade na educação (MACIEL et al. 2016, p. 664).

Não podemos construir uma educação efetiva sem a participação dos professores e seu interesse por uma educação de qualidade.

Outra pergunta realizada para os entrevistados é em relação à formação sobre a BNCC se estes já haviam participado de alguma:

Gráfico 2 – Até o momento, você participou de alguma formação sobre a BNCC?



Fonte: Os autores (2018)

Todos os trinta e dois entrevistados afirmaram que participaram de alguma formação em relação à Base, apenas vinte estiveram presentes no dia “D”, porém dois buscaram cursos presenciais sobre a mesma e os demais participaram de algum tipo de formação. Em relação ao outro questionamento em que 07 professores responderam que não tiveram contato com a Base as respostas dos mesmos se contrapõem em relação a esta pergunta.

Analisamos a questão que trata da implantação do currículo. Para esta análise buscamos as respostas mais relevantes e trocamos os nomes dos professores/gestores por letras do alfabeto. Obtivemos trinta respostas favoráveis e duas em branco. *Com a implantação do novo currículo com base na BNCC, Na sua percepção quais serão seus maiores desafios.* Em relação aos desafios os professores e gestores expuseram que uma das questões será trabalhar com a formação integral, *“Trabalhar a formação integral do estudante, precisamos pensar nele (Prof. A)”*. *“Trabalhar a formação integral do estudante; trabalhar as competências e habilidades, material didático (Prof. D)”*.

Assim, a formação integral continua sendo um dos mais importantes e antigos projetos humanos. A educação formal, com a adjetivação “integral”, constitui uma luta contemporânea que representa uma alternativa para o avanço da sociedade em relação aos atuais limites

da escola. Mais do que a noção de educação integral, o que está posto na atualidade é como a escola enquanto instituição social moderna pode cumprir a tarefa de promovê-la (PCSC, 2014, p.25)

Vem ao encontro das relações pedagógicas e didáticas, *"Fazer a transposição didática entre o atual e o novo currículo (Prof. B)";* ou *"Estar preparado pedagogicamente (Prof. C)".* A fala dos professores estão ao encontro do que a BNCC (2017, p.08) traz em seu conceito "nesse sentido, espera-se que a BNCC ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais, enseje o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e seja balizadora da qualidade da educação".

Quando abordamos ações que a equipe gestora vem realizando em relação a continuidade de estudos sobre a BNCC a maioria das escolas estaduais, particulares e municipais (e aqui tratamos também da educação infantil) está se organizando com paradas pedagógicas nas escolas para estudo do documento, *"podemos conciliar o novo currículo com a nova proposta de uma maneira mais clara, tendo sempre um bom plano de aula, para obter os conhecimentos essenciais que todos os alunos das escolas do país devem aprender ano a ano na educação básica, obtendo assim cada vez mais um melhor resultado. Os estudos estão sendo importantes (Prof. E)".* "Assim, para além da garantia de acesso e permanência na escola, é necessário que sistemas, redes e escolas garantam um patamar comum de aprendizagens a todos os estudantes, tarefa para a qual a BNCC é instrumento fundamental (BNCC, 2017, p.08).

Além disso algumas escolas estão organizando como acontecerá a formação no próximo ano *"Estamos conversando sobre a necessidade de formações durante o próximo ano (Prof. F)".*

Os professores nos surpreenderam em relação a sua opinião sobre como conciliar o novo currículo com a proposta curricular do estado de SC ou do município, expressaram o que vivem diariamente na escola e expuseram o real valor do currículo;

"A proposta do município foi totalmente construída com base na BNCC, embora haja vários equívocos em relação a ambas. Mas está

tudo dentro da proposta local de alguma forma. A proposta de SC não tenho conhecimento **(Prof. G)**".

"Através da tecnologia nas escolas, como o sistema professor on-line, através do estudo de temas multidisciplinares, trazendo assuntos mais pertinentes a realidade dos alunos **(Prof. I)**".

"O novo currículo implantou uma nova proposta a fim de melhorar a formação do aluno juntamente com a do educando, fazendo com que o aluno tenha uma formação contínua dentro e fora da escola, ou seja, formar cidadãos para a sociedade e para a vida. Acredito que a proposta não teve mudanças e sim teve melhorias, mais é difícil pôr na prática tudo o que proposta oferece, pois nem toda escola tem estrutura e condições por falta de verbas **(Prof. J)**".

"Ainda estamos nos adequando no novo currículo Municipal! Temos muito que aprender ainda! **(Prof. K)**"

"A BNCC, vem para nos auxiliar e complementar nossa proposta pedagógica. Inicialmente surgiram questionamentos, debates, discussões sobre qual seria a melhor maneira de estar incorporando a nova proposta, então fomos confrontando nossos pontos de vistas e assim construindo técnicas onde poderíamos estar expondo nossos interesses e sugestões para pudéssemos garantir aos nossos pequenos o que lhes é assegurado **(Prof. L)**".

"É de sua importância que o profissional da educação esteja envolvido e disposto a planejar suas aulas com base na nova proposta da BNCC, avaliando os aspectos específicos de cada região, assim o profissional estará desenvolvendo a melhor forma de aplicar sua metodologia de ensino **(Prof. M)**".

"O currículo não pode ser compreendido apenas por um único olhar e perspectivas, mas deve levar em consideração a forma em que ele se desdobra até chegar ao aluno **(Prof. N)**".

"Para atender às novas demandas oriundas do conviver humano, o Currículo Escolar tem sido ampliado ou modificado em sua estrutura e configuração. Atualmente, além das disciplinas básicas, o currículo escolar agregou uma série de conhecimentos multidisciplinares, tais como: questões de gênero e diversidade sexual, questões étnico-raciais, educação para o trânsito, educação fiscal, educação ambiental, educação e Direitos Humanos; e também questões que passam pelo desenvolvimento de ações para os modelos escolares: Educação do Campo, Educação Escolar Quilombola, Educação Escolar Indígena e Educação Especial. Isto tendo em vista a garantia de que os direitos humanos conquistados ao longo de nossa formação social permaneçam ou se aprimorem em busca de novos espaços **(Prof. H)**".

Todos os professores têm uma visão ampla da nova abordagem curricular, sabem da garantia de formação em todos os sentidos para os alunos, uma educação de qualidade e envolvimento de todos para que isso aconteça "uma formação que reconheça e ensine a reconhecer o direito a diferença, a diversidade cultural e identitária; que contemple as dimensões ética, estética, política, espiritual, socioambiental, técnica e profissional (PCSC, 2014, p.27).

Os professores procuram agregar conhecimento em elencar estes em seus planejamentos, abrangendo assim todas as áreas de formação. Com isto também sugerem ações para a formação continuada;

"Cursos de formação, palestras que conciliem a teoria dos livros, dos regimentos e documentos educacionais com a prática em sala de aula de acordo com as mudanças estabelecidas (Prof. O)".

"As formações via SENAC têm sido as melhores para este fim. Também tivemos formação do município na metade do ano e foi bem bacana a parte das competências sócio emocionais. Penso que este tema deveria aparecer mais nas formações em geral (Prof. P)".

"Desenvolver mais encontros para que os professores tenham acesso aos conteúdos, na escola, nas reuniões pedagógicas (Prof. Q)".

"Mais tempo para conversa entre os professores das demais unidades escolares (Prof. R)".

Cada realidade busca uma forma de trabalhar com os professores, seja por cursos através de outras instituições de ensino, paradas pedagógicas e reuniões. Também há solicitações de mais encontros e formações para entendimento do planejamento frente à BNCC sendo que esta apresenta as competências, objetivos e habilidades.

5. Análise crítica dos resultados frente à realidade da Escola Pública.

O autor José Saramago traz uma advertência: "Se podes olhar, vê; e se podes ver, repara!". É assim que enxergamos a escola pública, precisamos reparar, mas acima de tudo acreditar no processo de educação e formação de nossas crianças e jovens. Muitas vezes o problema está na gestão da escola,

professores desmotivados e desacreditados e até mesmo nos educandos que ao não encontrar uma formação “atrativa” na escola. Não podemos ter mais o olhar de escola como um depósito, onde conteúdos são repassados. Escola é prioridade tanto para governo como sociedade.

A pesquisa nos mostrou algumas informações “distorcidas” por parte de formações e contato com documentos que deveriam ser comuns para professores e gestão. A escola pública precisa se reformular frente a questões de políticas educacionais e na formação dos professores. Contudo a falta de interesse e desmotivação dos professores também interfere neste processo, que para nós ficou claro durante a pesquisa. Muitas ações foram idealizadas para o conhecimento da BNCC, em especial o dia “D” em que todas as escolas tiveram um momento para estudo do documento, mas nem todos demonstraram que participaram deste momento. A própria escola em si à frente de sua gestão, deve promover mais ações quanto á estudos envolvendo os professores por área como definido pelo documento da BNCC, para discussão e planejamento e articulação das ações.

6. Considerações Finais

Por todos esses aspectos o PROESDE Licenciatura neste ano desafiou os alunos a conhecerem a BNCC de caráter normativo que define o conjunto essencial de aprendizagem a serem desenvolvidas nas etapas iniciais da Educação Básica. O envolvimento para estudo e pesquisa foi total dos alunos que se dispuseram a discussões e estudos.

Os objetivos propostos para a pesquisa foram alcançados sendo que os professores demonstram ter conhecimento sobre a BNCC, tendo um olhar diferenciado sobre o currículo, que este seja amplo, emancipador e proponha reflexões sobre as práticas. Além disso, reafirmamos que as formações continuadas em relação ao novo documento devem continuar, para que todos os educadores que ingressarem ou já estão na escola possam continuar atuando de forma efetiva e implementado as orientações que compõem a Base.

Por isso, pode-se afirmar que as contribuições da pesquisas neste ano são de grande valia para nós professores, estudantes e coordenação do

PROESDE, como também para a Secretaria de Educação do Estado. O trabalho final será encaminhado para as escolas que nos receberem, para que possam ler e pensar estratégias para continuidade das atividades.

Referências

BLOGOSLOWSKI, Ison Paulo Ramos; TIBOLA Naiara Gracia; WEINRICH, Vaniele. **Caderno metodológico**: orientações para elaboração de trabalhos acadêmicos. Rio do Sul: UNIDAVI, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular –BNCC**. MEC. Brasília, DF, 2017.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 14º ed. Rio de Janeiro: Record: 2015.

MACIEL, Cilene Maria Lima Antunes et al. Visão de professores de escolas de Cuiabá/MT e Campo Verde/MT sobre a Base nacional Comum Curricular (BNCC). In: **Saberes e Identidade: Povos, Culturas e Educação**. R. Educ. Públ. Cuiabá, v.26, n. 62/2, p.657-673, maio/ago. 2017

SANTA CATARINA. Governo do Estado, Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: formação integral na educação básica. 2014. 192p.

Professora:

Camila da Cunha Nunes

Coordenador:

Leonardo Ristow

Estudantes Bolsistas:

Amanda Paza

Andressa Machado

Beatriz dos Santos Martins

Camila Pianezzer

Caroline Tormena

Caroline Dellai

Caroline Varela

Daniela Bianchessi

Janaina Gelati

Larissa da Silva Mastrandreas

Formação dos Professores das Redes de Ensino Municipais e Estadual de Santa Catarina em Relação à Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

1.Introdução

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece quais as competências e habilidades os estudantes precisam desenvolver ao longo das três etapas da educação básica, propondo uma educação interdisciplinar, agrupada em áreas de conhecimento (BRASIL, 2017). A BNCC almeja garantir não só o acesso, mas também, a permanência dos educandos na escola, e para que isto se concretize, faz-se necessário que sistemas, redes e escolas assegurem um nível comum de aprendizagem que integre todos os estudantes (BRASIL, 2017).

A Proposta Curricular de Santa Catarina (PCSC) é um conjunto de orientações curriculares visando à melhoria de qualidade de ensino nas redes educacionais oferecendo oportunidades igualitárias para todos (SANTA CATARINA, 2014). A PCSC está em processo de atualização mediante aos desafios

contemporâneos que permeiam o âmbito escolar como a implantação de tecnologias e questões sobre diversidade (TOMAZ; VIANA; MARTINS FILHO, 2017).

A partir disso, este estudo teve como objetivo analisar a percepção dos docentes sobre a BNCC, sugestões para sua aplicabilidade, os desafios que proporcionam e sua relação com PCSC, identificar e caracterizar o conhecimento prévio dos professores em relação à BNCC e prospectar estratégias de ação para a capacitação dos professores visando uma educação de qualidade.

2. Percurso Metodológico

A metodologia utilizada para realização deste estudo consistiu em pesquisa quali-quantitativa (também chamada de método misto) de caráter exploratório, bibliográfico e documental. Segundo Creswell (2013) a pesquisa mista é aquela em que o pesquisador é livre para utilizar todos os métodos, apresentando tanto números quanto palavras para observar o tema em questão. Para Fernandes e Gomes (2003), a pesquisa bibliográfica abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, dissertações, internet etc., até meios de comunicações orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filme e televisão.

A pesquisa documental é muito utilizada em pesquisas das áreas de Ciências Sociais. Constitui-se de todos os documentos elaborados com diversas finalidades e que ainda não passaram por análise, e que, por isso, são chamados de fontes primárias (GIL, 2010). Conforme Severino (2007, p. 123) "a pesquisa exploratória busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto".

A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário misto, elaborado a partir de questões elaboradas das turmas do PROESDE Licenciatura da Univille e Unifebe. Estas foram selecionadas e enviadas para todas as turmas

pela equipe GEPRE/DIPE. Após o recebimento, as bolsistas reproduziram o questionário no Google Formulários. Foram contatadas todas as escolas das redes estaduais e municipais de Brusque por e-mail, no qual foi solicitado que encaminhassem aos professores da unidade para que respondessem. A análise dos dados consistiu na relação e confronto estabelecido entre as respostas dos participantes, o referencial teórico sobre o tema e documentos oficiais.

3. Base Nacional Comum Curricular (BNCC), implementação da Base com a adequação dos Currículos.

3.1 Breve contexto histórico da BNCC e sua importância

Em 2015, a primeira versão da Base Nacional Comum (BNC) foi construída e aberta para consulta pública, recebendo 12 milhões de contribuições, que foram analisadas e posteriormente organizadas em uma segunda versão. Após rodadas de debates em cada Estado da Federação, que contou com a participação de 9 mil gestores, professores e especialistas, a terceira e última versão foi entregue ao Ministro da Educação, que a homologou em 20 de dezembro de 2017 (BRASIL, 2017). Por ter força de lei, a BNCC é uma proposta que não pertence a um governo específico, sendo assim uma política de Estado.

A BNCC propõe mudanças na educação básica, para aquisição de competências, conforme estabelecido no próprio documento:

[...] competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (BRASIL, 2017, p. 10).

Com intuito de desenvolver o aluno para o exercício da cidadania, a BNCC propõe a educação integral, de modo que o aluno se reconheça num contexto histórico, seja capaz de refletir sobre os problemas da sociedade, participativo, comunicativo e criativo. Neste sentido, visa romper com as visões reducionistas do ensino, para assumir uma visão integral dos estudantes, sendo

a escola o local em que deve ser reforçada a prática da não discriminação e respeito às diferenças. Sendo assim, a aprendizagem do aluno vai além da dimensão cognitiva, mas aprender a fazer, conhecer, conviver e ser (BRASIL, 2017).

Compreendendo as mudanças que a BNCC propõe, as quais os professores deverão ser capacitados para se adequar à nova realidade. Portanto, são necessárias ações de preparação, acompanhamento e avaliações simultaneamente com o processo de implementação da proposta da BNCC. Desse modo, as escolas, sistemas e redes, por meio do aperfeiçoamento contínuo, poderão contribuir e garantir com a efetividade da proposta (CAVAGNARI, 2011).

De acordo com Silva (2016 p. 13), "cada dia mais, a busca pela qualidade tem sido motivo para transformações das políticas e das ações na educação [...]". Assim, é imprescindível que os professores estejam instruídos e aptos para trabalhar conforme as novas propostas da BNCC. Diante disto, torna-se essencial que aconteçam as ações de formação para os professores, sabendo que este é um indivíduo de suma importância para que haja sucesso no cotidiano escolar.

3.2 Breve contexto histórico da PCSC e sua importância

O período de 1988 a 1991 foi dedicado à discussão sobre o currículo escolar, a partir da contribuição de Antonio Gramsci com a teoria Histórico Cultural, um coletivo de educadores buscou um eixo norteador para a prática pedagógica. No segundo momento, entre os anos 1995 e 1998 houve um aprofundamento e consolidação deste documento, e a incorporação de práticas transversais que tinham como objetivo superar posturas inadequadas eventualmente pontuadas na primeira versão. Em dezembro de 1996 foi realizado um congresso internacional de educação, onde trouxeram discussões atuais para o estado sobre a pedagogia histórico cultural, vindas da Alemanha, Estados Unidos, Espanha, Argentina e Brasil. A segunda edição do documento foi publicada em 1998 (SANTA CATARINA, 2014).

Entre os anos de 1999 a 2003 foram produzidos outros cadernos com o tema “Tempo de Aprender”, que foi denominada PCSC: síntese teórica e práticas pedagógicas. Após esse período e até o ano de 2005, foram produzidos cadernos voltados à educação e infância, alfabetização e letramento, educação e trabalho, educação de trabalhadores, ensino noturno e educação de jovens. Sendo assim, a Secretaria de Educação de SC teve a responsabilidade de promover o envolvimento de educadores de todo o estado para a construção de uma atualização curricular.

4. Apresentação dos resultados da Pesquisa

Foram analisadas as contribuições dos professores diante do questionário aplicado, apresentando, inicialmente, a identificação dos participantes e após questionou-se sobre o contato que tiveram com a BNCC, quais as formações em que participaram e quais foram propostas pela escola de atuação, quais os maiores desafios e sugestão de propostas para adequar o currículo e de formação continuada a partir da BNCC.

A intenção desta pesquisa era atingir o maior número possível de professores das escolas públicas do município de Brusque, entretanto, apenas 25 docentes responderam ao questionário. O baixo número de respostas demonstra o desinteresse da população em participar de pesquisas, que visam descobrir novas informações e ampliar os saberes e ideias individuais, ao discuti-las no coletivo, por meio da colaboração e participação de um grupo (DELIZOICOV et al., 2002).

Dentre os professores participantes, 11 (44%) atuam na Rede Estadual de Ensino e 14 (56%) na Rede Municipal. Entre os professores que exercem sua função na Rede Estadual, 1 atua na Educação Infantil, 2 no Ensino Fundamental – Séries Iniciais, 4 no Ensino Fundamental – Séries Finais e 4 no Ensino Médio. Já entre os participantes que exercem sua função na Rede Municipal, 9 atuam na Educação Infantil, 3 no Ensino Fundamental – Séries Iniciais, 1 no Ensino Fundamental – Séries Finais e 1 atua tanto nas Séries Iniciais quanto nas Finais do Ensino Fundamental. Nenhum dos pesquisados

atua na área da Gestão e Coordenação Escolar, restringindo suas atuações na docência.

Abaixo será apresentada a análise dos dados a partir da coleta realizada em escolas públicas do município de Brusque e, a partir disso, apresenta-se algumas sugestões.

5. Análise crítica dos resultados frente à realidade da Escola Pública

Quando questionados se já tiveram contato com a BNCC, 64% (que corresponde a 16 professores) já tiveram, destes quatro atuam na Rede Estadual de Ensino, e doze na Rede Municipal; outros 24% conhecem superficialmente, sendo que quatro estão inseridos na Rede Estadual e dois na Rede Municipal; 12% representado por 3 professores da Rede Estadual, afirmaram não conhecer o documento. Sendo assim, percebe-se que não são todos os docentes que conhecem o documento, o que representa uma problemática que pode dificultar a aplicabilidade de políticas públicas educacionais, nesse caso da BNCC, ficando restrita somente ao campo teórico. O mesmo foi visualizado por Valladares et al. (2016), ao salientar o desconhecimento por parte dos professores sobre a BNCC e, também quanto aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), sendo assim, isto parece ser recorrente. Souza (2018) ainda sinaliza, que o desconhecimento e a não compreensão do documento é generalizado, pois aponta que somente uma pequena quantidade de professores do ensino básico e superior participaram da construção do documento e puderam expor suas opiniões. Ao contrário do que é, muitas vezes, divulgado.

Dos participantes que responderam ao questionário, dez tiveram contato com a BNCC por meio do Dia D, sendo 6 atuantes na Educação Infantil, e 4 atuando no Ensino Fundamental, sendo apenas um participante da Rede Estadual. O Dia D aconteceu em março de 2018, foi um movimento que envolveu todas as escolas, gestores e professores, onde foram apresentados documentos da BNCC para análise e discussão para o melhor entendimento de sua finalidade. Sendo assim o MEC elaborou um roteiro de atividades, com sugestões de dinâmicas e apresentações (BRASIL, 2018).

Sobre os tipos de formação que levaram os professores a ter contato com a BNCC, 11 participantes da pesquisa tiveram acesso pela internet, 8 por palestras, 5 por seminários, 3 por oficinas e workshops, 2 por cursos presenciais, 1 por reuniões na própria escola e 3 não participaram de nenhum tipo de formação. Segundo Chimentão (2009), a formação continuada passa a ser um dos pré-requisitos básicos para a transformação do professor, pois é por meio do estudo, da pesquisa, da reflexão, do constante contato com novas concepções, proporcionado pelos programas de formação continuada, que é possível a mudança. Fica mais difícil do professor mudar seu modo de pensar o fazer pedagógico se ele não tiver a oportunidade de vivenciar novas experiências, novas pesquisas, novas formas de ver e pensar a escola.

No que se refere à solicitação de proposições para a conciliação do novo currículo proposto pela BNCC e a PCSC, dos 12 respondentes, 8 atuam na Rede Municipal e apenas 4 na Rede Estadual, sendo que 6 atuam na Educação Infantil, 2 no Ensino Fundamental – Séries Iniciais, 3 no Ensino Fundamental – Séries Finais e 1 no Ensino Médio. Além desses, 5 participantes não responderam à pergunta solicitada, deram apenas a sua opinião sobre a BNCC, destes 3 respondentes atuam na Rede Municipal na Educação Infantil, 1 atua na Rede Estadual no Ensino Fundamental – Séries Iniciais e 1 atua na Rede Estadual no Ensino Fundamental – Séries Finais. Um dos professores acredita que se deve deixar como está; dois deles, não visualizam a necessidade de mudanças para o âmbito que atuam, pois acreditam que já está de acordo; outro, pensa que a BNCC não está de acordo com o desenvolvimento da criança, acreditando que o currículo deveria ser maleável, adequado a cada realidade; e, ainda, um dos professores vê dificuldades para relacionar habilidade e competências ao currículo.

Dos 12 participantes que fizeram proposições no que se refere à conciliação, três participantes afirmam que as habilidades e competências devem estar presentes no currículo para que se possa conciliar a BNCC à PCSC. Um participante aborda que é necessário adequar os conteúdos de acordo com as estratégias de ensino. Em relação à Educação Infantil, um participante aponta a necessidade de possuir metodologias específicas para trabalhar com

as crianças para que possa haver esta conciliação, porém, outro participante afirma que com a mudança do currículo para campos de experiências, os professores não estarão preparados para atuar de forma a visar o desenvolvimento integral do educando. O professor precisa entender a interdisciplinaridade que permeia este novo currículo para lidar desenvolvê-lo. Para Japiassu (1976, p. 74), “a interdisciplinaridade caracteriza-se pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de interação real das disciplinas no interior de um mesmo projeto de pesquisa”.

Dos 25 pesquisados, apenas 15 responderam à questão que solicitava sugestões de ações para formação continuada dos professores em relação à BNCC, sendo que seis atuam na educação infantil na Rede Municipal, cinco nas séries iniciais e quatro nas séries finais da Rede Estadual. Todos os docentes deram sugestões pertinentes para a formação continuada dos professores e sugeriram como proposta a realização de grupos de estudos, discussões sobre o tema, discussões sobre a BNCC nas reuniões pedagógicas, debates sobre as metodologias de ensino que contemplarão as competências e habilidades, cursos referentes à avaliação dos alunos, materiais de estudo online para professores, palestras, dinâmicas e encontros para discutir sobre as adequações diante da prática docente. Dessa forma, todos os pesquisados compreendem a relevância que a formação continuada possui diante da prática docente e a necessidade para o aprimoramento de novos conhecimentos e atualizações e, sobretudo, como exercício de reflexão do saber pedagógico, Nóvoa (1992, p. 16) aponta para que a “formação do educador se efetive num continuum, processo em que a formação inicial, a formação contínua, a prática profissional, os saberes da profissão e a carreira profissional sejam elementos articulados entre si”.

7. Considerações Finais

Pode-se concluir que a implementação da BNCC nas escolas de Brusque, estão em fase inicial, pois estão ocorrendo poucas formações continuadas sobre a BNCC para que os docentes possam conhecê-la e aplicá-la em sua prática pedagógica. Algumas escolas promoveram o Dia D e palestras para informar

aos professores sobre a existência e necessidade da adequação do documento, porém, os eventos foram realizados poucas ou apenas uma vez durante o ano letivo, somente com o intuito de apresentar o documento. De acordo com a pesquisa em questão, foi visualizado pouco interesse por parte dos professores em responder o questionário proposto, sendo que foram obtidos vinte e cinco questionários, ainda assim, algumas respostas não foram pertinentes ao tema.

Assim sendo, compreende-se por meio do questionário que é necessário oportunizar ao professor mais capacitações que complementem a sua formação para que possa atuar de acordo com o novo currículo proposto na medida em que o novo currículo deve ser implementado até o ano de 2020. É necessário também que o professor por si só pesquise sobre o tema e busque novas metodologias para ampliar suas estratégias de ensino, visando o desenvolvimento de seus educandos por meio das competências e habilidades propostas. Concluímos que os objetivos propostos foram parcialmente alcançados, pois verificamos contexto atual em que os professores se encontram a partir de apenas alguns contextos.

Por fim, a pesquisa nos propiciou obter um maior conhecimento sobre a BNCC, bem como, contribuiu para nossa formação como profissionais da educação em nossa prática docente. O estudo nos proporcionou observar a relevância que a BNCC terá futuramente em nossa prática pedagógica e a construção de um projeto de pesquisa, coleta de dados, análise dos dados e construção de um relatório final. Além disto, a bolsa nos oportunizou conhecer melhor outros documentos importantes para educação, tais como: a PCSC, a LDB, bem como, artigos científicos relacionados ao tema.

Referências

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://www.saude.am.gov.br/planeja/doc/constituicaofederalde88.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP 2/2017. **Diário Oficial da União**, Brasília, 22 de dezembro de 2017, Seção 1, p. 41 a 44.

BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico**, 2017. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base, promulgada em 21 de dezembro de 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDB nº 9.034/96, Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Sub- Chefia para Assuntos Jurídicos, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p.

BRASIL. Movimento pela Base Nacional Comum. **O dia D da BNCC**. 2018. Disponível em: < <http://movimentopelabase.org.br/acontece/o-dia-d-da-bncc/>>. Acesso em: 29 set. 2018.

CAVAGNARI, Luzia Borsato. Projeto Político Pedagógico, autonomia e realidade escolar: entraves e contribuições. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves de (Orgs.). **Escola**: espaço do projeto político-pedagógico. 17 ed. São Paulo: Editora Papirus, 2011. p. 95-112.

CHIMENTÃO, Lilian Kemmer. O Significado da Formação Continuada Docente. **4 COMPEF Congresso Norte Paranaense de Educação Física Escolar**, Londrina, Paraná, p. 1-6, jul. 2009.

CRESWELL, John W.; CLARK, Vicki L. Plano. **Pesquisa de métodos mistos**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2013. 288 p.

DELIZOICOV, Demétrio et al. Sociogênese do conhecimento e pesquisa em ensino: contribuições a partir do referencial fleckiano. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, Florianópolis, v.19, número especial: p. 52-69, jun. 2002.

FERNANDES, Luciane Alves; GOMES, José Mário Matsumura. Relatórios de Pesquisa nas Ciências Sociais: Características e Modalidades de Investigação. **ConTexto**, Porto Alegre, v. 3, n. 4, jan./jun. 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e Patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

NÓVOA, Antonio Sampaio. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, Antonio Sampaio (Coord). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992. p.13- 33.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: formação integral na educação básica. Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado de Educação – [S. I.] : [S. n.], 192 p., 2014.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed., rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2009. 304 p.

SILVA, Janaina Almeida da Costa. **Qualidade na educação**. São Paulo: Cengage, 2016.

SOUZA, Rachel Freire Torrez de. Os efeitos da BNCC na formação docente. **Okara: Geografia em debate**, João Pessoa, v. 12, n. 1, p. 69-79, 2018.

VALLADARES, Marisa Terezinha Rosa, et. al. Contexto da construção a primeira e segunda versões da base nacional comum curricular no componente curricular de geografia. **Giramundo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 7-18, jul./dez. 2016.

TOMAZ, Maria Helena; VIANA, Isabel Maria da Torre Carvalho; MARTINS FILHO, Lourival José. A Proposta Curricular da Educação Básica de Santa Catarina: apontamentos críticos sobre o currículo. **Colóquio Luso-Brasileiro de Educação-COLBEDUCA**, v. 2, 2017.

1. Introdução

Professores Tutores:

Mara Shirley Rossi
Sadi Ricardo da Silva Bastos

Coordenadora:

Mariléia Aparecida Wolff Tubs

Estudantes Bolsistas:

Amanda Duarte Sutil
Amanda Malinoski de Andrade
Amanda Meurer dos Santos
Ana Carolina Moraes da Silva
Ana Sara de Mattos
Alexsandra Pitz Marca
Bruno Ramos Pires
Camila Pereira
Claudinéia Oliveira
Daniela de Jesus
Edilene Olívia Antunes
Elenice das Graças Antunes
Joseane dos Santos
Kenia Aparecida Vicente
Larissa Pereira
Larissa Santos Albino
Lilian Dutra da Silva
Mateus Ramos
Maria Julia de Lima
Maria Fernanda da Rosa de Oliveira
Morgana da Luz Costa
Renata Francyne Branco
Roberta Rigon Oliveira
Ronildo Castanho de Moraes
Salette Schwantes
Taynara Ribeiro Trindade

O presente trabalho é resultado da pesquisa sobre a implantação da BNCC na Região aplicado a professores, equipe gestora e membros da equipe administrativa e pedagógica do Ensino Fundamental em Escolas da rede estadual de ensino de Lages/SC, com o objetivo de subsidiar a produção final dos bolsistas do PROESDE Licenciatura/2018 da UNIPLAC.

Os objetivos específicos para o desenvolvimento dos trabalhos foram: aproximar os estudantes dos cursos de licenciatura em intervenções de pesquisa sobre os temas presentes na BNCC; compartilhar experiências e saberes entre os cursos de licenciatura da UNIPLAC e a Educação Básica; discutir a reestruturação curricular da Educação Básica fundamentada nos documentos da PCSC e na BNCC, com implementação num processo didático – pedagógico voltado à Formação Integral dos estudantes.

2. Percurso Metodológico

Como procedimento metodológico foi desenvolvido uma pesquisa de caráter exploratório descritivo com um grupo de gestores, assistentes técnicos pedagógicos e professores das 23 escolas da rede estadual de ensino do município de Lages, através da aplicação de um questionário com perguntas abertas e fechadas.

Escolas participantes da pesquisa: EEB Prof Armando Ramos de Carvalho; EEB Belisário Ramos; CEJA Jacó Anderle; CEDUP Renato Ramos da Silva; CEDUP Industrial de Lages; EEB Cora Batalha da Silveira; EEB Egídio Baraúna; EEB Flordoardo Cabral; EEB Frei Nicodemos; EEB Francisco Manfroi; EEB Godolphin Nunes de Sousa; EEB Ilza Amaral de Oliveira; EEB General José Pinto Sombra; EEB Jorge Augusto Neves Vieira; EEB Lúcia Fernandes Lopes; EEB Maria Quitéria; EEB Nossa Senhora do Rosário; EEB Rubens de Arruda Ramos; EEB São Judas Tadeu; EEB Vidal Ramos Júnior; EEB Vidal Ramos; EEB Visconde de Cairu; e EEB Zulmira Alta da Silva.

Os acadêmicos bolsistas levaram três questionários para cada escola, podendo aplicar mais alguns, caso houvesse receptividade dos pesquisados em responder o mesmo. De posse dos instrumentos respondidos procedeu-se a técnica de análise dos dados a partir de abordagem quanti/qualitativa.

3. Apresentação dos Resultados da Pesquisa

Para conhecer a função exercida dos que responderam a pesquisa e que tiveram/têm conhecimentos iniciais da BNCC, o resultado foi que 33% respondem pela função de Gestor da escola, 23% são professores de Anos Iniciais, 23% são professores de Anos Finais, 13% exercem a função de Assistentes Técnicos Pedagógicos e 8% não responderam.

A faixa etária dos pesquisados varia entre 25 anos e acima de 46 anos, sendo 9% entre 25 e 35 anos, 33% entre 36 e 46 anos, 50% acima de 46 anos e 9% não respondeu. Desses profissionais, 78% são do sexo feminino, 14% do sexo masculino e 8% não responderam.

Ao serem indagados se conhecem a BNCC, 92% dos informantes responderam que conhecem 4% disseram não conhecer e outros 4% não responderam.

O fato dos professores da rede pública estadual de Lages/SC, que em sua maioria responderam conhecer a BNCC, demonstra o interesse dos mesmos frente às necessidades que se impõem no caminho de uma proposta de currículo que fundamenta também uma proposta de educação que privilegie a construção de conhecimentos pautados na equidade de oportunidade e de acesso a esses conhecimentos, independentemente de outros fatores que historicamente fragmentaram esse acesso. Dessa forma, preservando as questões culturais que se colocam como elemento fundante do fazer educação.

Os informantes foram questionados quanto ao seu conhecimento da BNCC e o resultado demonstra que 45% dos participantes consideram seu conhecimento satisfatório, 37% bom, 12% ruim, 4% ótimo e 2% não respondeu.

Quando questionados sobre como obtiveram conhecimentos sobre a Base Nacional Comum Curricular, 46% dos participantes responderam que souberam a respeito desse documento na escola, 24% pela internet (redes sociais, etc.), 13% por meio das relações sociais (conversas informais), 9% por meio da TV, 2% ouviram no rádio, 4% através de outros meios e 2% não respondeu.

Percebe-se que o local de maior acesso ao conhecimento da BNCC é o ambiente escolar, onde o estudo e a socialização deste documento devem ser constantes. É preciso compreender a BNCC e suas competências para que sua implementação na escola e no cotidiano dos professores seja efetiva.:

Indagando como a escola avalia o conhecimento que a comunidade e os pais demonstraram sobre a BNCC, observou-se que 50% dos sujeitos não possuem nenhum conhecimento (sabem da existência da BNCC), 28% nem sequer conhecem o documento, 18% possuem determinado conhecimento sobre a BNCC e 4% não responderam.

Ao serem questionados se houve estudos e debate sobre a BNCC nas escolas vê-se que os números apresentados demonstram que grande parte das

escolas discutiu sobre a BNCC como forma de estudo do Documento, pois 98% dos profissionais já tiveram alguma forma de estudo ou debate sobre a base e 2% não possuíram nenhum tipo de capacitação.

Nota-se que é de extrema importância fornecer principalmente aos educadores, um momento direcionado para o estudo desse documento, visto que precisarão adequar seus planejamentos e metodologias de ensino seguindo os princípios da Base.

As escolas públicas estaduais de Lages/SC utilizaram diversas formas para estudar a BNCC. As paradas pedagógicas são momento propostos para estudo e reflexão da prática escolar e 93% dos sujeitos responderam que utilizaram este momento para estudar a Base e as questões pertinentes. Outros 7% não responderam.

Para saber como os professores se prepararam para a implementação da BNCC em seus planejamentos, vê-se que 76% dos professores não se sentem preparados para implantar a BNCC e entendem que nem as escolas estão preparadas. Outros 20% responderam que se sentem reparados à implantação da BNCC e 4% não responderam.

A BNCC enfoca a necessidade de adequar os currículos escolares:

Assim, para cada uma das redes de ensino e das instituições escolares, este é um documento valioso tanto para adequar ou construir seus currículos como para reafirmar o compromisso de todos com a redução das desigualdades educacionais no Brasil e a promoção da equidade e da qualidade das aprendizagens dos estudantes brasileiros (BNCC, 2018, p.7).

O documento ressalta a importância de sua implementação, adequando currículos, buscando reduzir as desigualdades educacionais, através da equidade, melhorando a qualidade das aprendizagens. A implementação da Base se constitui num momento oportuno para reflexão das práticas pedagógicas.

Para a Proposta Curricular de Santa Catarina (2014, p. 31):

É preciso que os envolvidos no processo de elaboração dos projetos pedagógicos das escolas, ao refletirem sobre a organização curricular que desejam, delineiem não só os conceitos a serem contempladas nas atividades de ensino na educação, como também as estratégias para a sua apropriação [...]. Assim, faz se necessário transcender os componentes curriculares das áreas em suas especificidades.

Ao serem indagados se estão se informando acerca das funções profissionais, 61% dos sujeitos questionados responderam ter pesquisado para entender quais as funções do docente para incrementar na prática pedagógica a partir da BNCC; outros 33% responderam não terem pesquisado e 6% não responderam.

A prática pedagógica do docente deve ser reflexiva para proporcionar aos estudantes oportunidades ampla de aprendizado, deste modo, é importante conhecer a BNCC para se planejar de forma coesa, pensando na satisfação dos estudantes. É essencial a postura pesquisadora na classe docente, como se observou 61% dos pesquisados buscaram informações sobre as funções do professor conforme a BNCC (2018).

Porém 33% dos respondentes afirmaram que não pesquisaram sobre, o que mostra desinteresse em relação a BNCC. Sabe-se que a BNCC é um documento importante para a educação e é um recurso que o professor deve apropriar-se para fundamentar suas práticas.

O planejamento é um aspecto importante para uma prática pedagógica reflexiva, a partir disso se torna importante saber se os professores reelaboram/reelaboraram seus planejamentos após a homologação da BNCC. Constatou-se que 51% dos pesquisados fizeram/fazem reelaboração dos respectivos planejamentos após a homologação da BNCC.

O ato de planejar é importante para que haja organização, e intencionalidade, que é algo relevante na prática pedagógica.

Nesse sentido, a Proposta Curricular de Santa Catarina (2000, p. 25), esclarece:

O planejamento deve orientar-se pelo princípio da democratização das relações no interior da escola, priorizando a participação de todos os que integram a comunidade escolar. É uma organização que concentra esforços em metas a serem alcançadas a curto ou médio prazo, nas quais as decisões a serem adotadas privilegiarão o coletivo e não determinados seguimentos da instituição.

No entanto, outros 43% informaram que não modificaram/modificam seu planejamento conforme a BNCC.

O planejamento é uma ferramenta que auxilia a prática pedagógica, mas não obriga o professor a segui-lo de forma imutável, pois pode haver mudanças de acordo com o fluxo do trabalho docente.

Nessa perspectiva, o planejamento é parte importante na prática docente, pois ele direciona as ações dos professores e otimiza o tempo de suas aulas.

Constatou-se que 51% dos participantes acreditam que a BNCC retira a autonomia da escola na elaboração do currículo, 41% concordam que a BNCC não afeta a autonomia das escolas e 8% não responderam.

Entre os informantes 74% responderam que a Escola onde trabalham não comporta as mudanças da BNCC, 14 % responderam que comporta e 12% não responderam a questão. A infraestrutura escolar vem sendo muito discutida nos dias atuais. Vê-se que a qualidade está cada vez mais precária, o que era para ser visto como prioridade é entendido muitas vezes como última opção.

Quanto à implementação da BNCC, 43% responderam que contribuirá para a qualidade de ensino, 45% responderam que não e 12% não respondeu.

Os profissionais comentaram em suas respostas que dependerá do processo de formação inicial e continuada para inserção da Base Curricular, *“que a escola não possui a infraestrutura necessária e que é uma instituição inserida em uma sociedade desigual que reflete os comportamentos da mesma sem valorizar o ser e sim o ter.”*

Para os educadores quando se pensa em novas implementações, vem logo a insegurança de adaptar-se a um novo contexto, para isso é de extrema importância as formações continuadas, fazendo com que nunca acabe a vontade de conhecer, e para que possam sempre estar atualizados, não apenas para benefícios dos estudantes mas sim para todos envolvidos no ambiente escolar, buscando contribuições relevantes para o dia a dia.

Dos profissionais que responderam 67% disseram que a escola não reestruturou o PPP após a promulgação da BNCC, 27% responderam que sim e 6% não responderam. Os que responderam sim informaram sobre os aspectos reestruturados com metodologias apropriadas, a reativação dos laboratórios de informática, regras disciplinares e na convivência do espaço escolar, garantindo

os direitos pelo diálogo e pela avaliação, inclusão e planejamento. Constatou-se que um número grande de escolas não reestruturou o Projeto Político Pedagógico (PPP).

O Projeto Político Pedagógico (PPP) tem o objetivo de auxiliar em determinadas situações dentro da escola, por isso, precisa ser reestruturado e regularizado conforme as normas da BNCC para auxiliar os alunos, professores, pais e sociedade em geral.

Para saber se tem conhecimento sobre as competências gerais da BNCC e se considera importante a sua inserção dentro do cotidiano escolar, os professores, diretores e demais integrantes do ambiente escolar, 90% responderam que consideram importante a inserção das competências indicadas pela BNCC na sala de aula; 8% afirmaram não achar relevante e 2% não responderam.

As respostas variaram bastante, desde: *“considerar a Educação mais justa, de qualidade, sucesso na escola pública; focar no professor; mudanças na educação para focar no aluno; apreensão sobre as alterações necessárias (formação inicial e continuada); revisão dos conteúdos; relacionar teoria e prática; falta estrutura, dificuldade para igualar o ensino; melhorar o planejamento a curto e longo prazo; desintegralização e excludente; melhoria da educação; cumprir com a função social da escola de transmitir o conhecimento histórico acumulado pela humanidade com criticidade para trabalhar um cidadão que atue sobre a sua realidade; a Base está desvinculada da práxis; a Base deve ser revista por professores e comunidade e não vir pronta; preconiza a educação inclusiva e o acesso a todos na educação; sair do ensino médio com boas perspectivas, diminuição da evasão escolar e desinteresse por parte dos alunos; melhorar o IDEB da escola, as perspectivas para a educação infantil e ensino fundamental são boas, para o ensino médio espera-se que não entre em vigor; no papel é muito bom, mas no dia a dia da escola não; desestímulo ao pensamento crítico; as mudanças serão em longo prazo, pois devem partir do ambiente escolar.*

Após a análise dos dados coletados, pode-se perceber que há expectativas positivas, como por exemplo, os 90% profissionais da educação

que responderam esperar maior qualidade de ensino na escola pública; oferta de uma melhora significativa tanto no planejamento a curto ou longo prazo.

Os profissionais esperam ainda que a escola, com a implementação da BNCC, *“passe a exercer o seu papel junto à sociedade, desenvolvendo o pensamento crítico do educando para que se insira de maneira atuante em seu contexto social, e contribua para a diminuição da evasão escolar, estimulando e instigando o interesse dos alunos.”*

Contudo, houve também expectativas negativas quanto às alterações necessárias e apreensão no que diz respeito à formação, tanto inicial quanto continuada dos professores, ou seja, há preocupação acerca dos conhecimentos e da aplicação dos mesmos frente à BNCC. Há discordância em aspectos como a desvinculação entre Base e práxis, e ponderações que indicam a possibilidade de a Base ter seus objetivos revistos não somente pelo ambiente escolar como pelo familiar e comunitário.

Entende-se que as competências são importantes para as diversas áreas do desenvolvimento cognitivo, social e motor, uma vez que os objetivos inseridos envolvem a formação integral dos alunos.

As expectativas positivas mostram que os questionados desejam que a escola cumpra com sua função social para que o estudante seja um cidadão que atue sobre sua realidade refletindo e agindo de forma autônoma, sejam críticos e transformadores. Que a educação seja aperfeiçoada de forma democrática, com investimentos em recursos e ambientes, além da formação inicial e contínua. Melhorar o IDEB, diminuindo a evasão escolar e tendo como objetivo principal o estudante.

Segundo os questionados, a falta de conhecimento e planejamento torna precária a perspectiva de uma educação inclusiva, que haja falta de estrutura, que a realidade não alcance o que foi proposto, desvinculando a práxis, e até mesmo insegurança e apreensão, sem preparação para mudanças. Que há pontos falhos na BNCC que possa tornar a educação excludente, precisando ter uma revisão e dar voz para quem está presente no dia-a-dia na sala de aula.

Alguns profissionais afirmaram que os “conhecimentos mínimos e autonomia no currículo facilitariam e aproximariam o aluno da realidade”.

Outros acreditam na *“padronização do ensino nas instituições, com base na organização regional e em uma escola não conteudista”*.

Os questionados responderam que o “desenvolvimento integral” (cognitivo, social, emocional, cultural e físico) e os direitos de aprendizagem na educação infantil (conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se) são de extrema importância para o desenvolvimento básico do estudante, assim como o “desenvolvimento do pensamento crítico, da autonomia, da cooperação, da criatividade e da responsabilidade”.

Outros pensamentos como o “desenvolvimento das dez competências e o aprimoramento das habilidades”, “conhecimentos mínimos para todos; aprendizagem ampla, cultural e social” foi citada.

Garantia de cidadania; relacionar o aprendizado com as vivências dos alunos; estudo igualitário e tecnologia; formação integral para o desenvolvimento humano é direito que os entrevistados concordaram com a BNCC.

Os profissionais apontaram as seguintes metodologias: *“Projetos; trabalho interdisciplinar, teorias da atividade, temas transversais, problematização, projetos multi e interdisciplinares e de cooperação; interação dos conteúdos; seminários; mostras, estudos dirigidos, livres, trabalho em grupo, roda de conversa e debates, cultura digital, metodologias interativas, educação integral, pesquisa, exposição dialogada com tecnologias, adaptação curricular, uso de tecnologias, fazer o aluno se sentir parte do processo, sequencia didática e desenvolvimento sensorial, conteúdo do cotidiano, políticas públicas, aulas práticas, metodologias sócio interacionista e inclusão, estudos de caso, avaliação escrita e oral, devolutiva de trabalhos.”*

4. Análise crítica dos resultados frente à realidade da escola pública

Contribuição pequena, por falta de colaboração dos pesquisados, o que demonstra a falta de comprometimento dos envolvidos na educação pública estadual, por não ter tempo para responder, não querer se envolver e também por não estar preparado para mudanças, inovações e não ter conhecimento do assunto.

Esperávamos obter um número maior de instrumentos respondidos, porém dos 72 questionários entregues, somente 49 retornaram e ainda alguns estavam incompletos.

É uma amostragem onde se pode ver que está faltando formação continuada com planejamento, cronograma, assuntos e temas específicos sobre os conteúdos da BNCC que resultará no currículo da escola pública estadual lageana e catarinense, com vistas a uma educação de qualidade para todos.

5. Considerações Finais

Na perspectiva de estreitamento e de diálogo entre os cursos de licenciatura e a educação básica, no cumprimento das ações dos parâmetros da legislação vigente, que o curso de extensão Organização Curricular na Educação Básica Catarinense visa discutir a reestruturação curricular da Educação Básica fundamentada nos documentos da PCSC e na BNCC, mas principalmente implementar um processo didático – pedagógico voltado à Formação Integral.

Um currículo pensado e estruturado proporá uma visão articulada dos conhecimentos integrando-os à realidade e, provocando uma nova lógica no processo de ensino e aprendizagem.

Repensar e qualificar a formação dos docentes que atuam na rede pública é uma das etapas essenciais para alcançar a qualidade do ensino.

Promover a qualificação dos estudantes das licenciaturas para intervir e contribuir na qualidade da educação básica, mediante a articulação dos cursos de licenciatura, e atividades desenvolvidas nas unidades escolares (UEs) públicas de educação básica, fundamentada na PCSC e na BNCC.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base.** Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf>. Acesso em: 20 de outubro de 2018.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

SANTA CATARINA. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE. **Proposta curricular de Santa Catarina:** educação infantil, ensino fundamental e ensino médio: temas multidisciplinares. Florianópolis: COGEN, 1998.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação, Ciências e Tecnologia. **Proposta Curricular de Santa Catarina:** Estudos Temáticos. Florianópolis: IOESC, 2005.

Relatório do curso de extensão Organização Curricular da Educação Básica Catarinense/2018, com foco na Base Nacional Comum Curricular

Professora:

Conceição Aparecida Kindermann

Coordenadora:

Maria Sirlene Pereira Schlickmann

Estudantes Bolsistas:

Aline De Souza Durant
Anna Carolina J. Dos Santos
3Ana Paula Schueroff
Beatriz Machado Bristot
Carolina Zomer Da Silva
Cristina Demétrio Boll
Danielle Espindola De Souza
Debora Medeiros Perdoná
Delma De Oliveira
Diego Jose Da Silva
Fernanda Pereira Rosa
JailaDemetrioOrlandi
João Ricardo Linhares
Jonas Daniel Do A. Pinto
Juliana Bernardes Pinho
Karina Moro De Lima639834
Leonardo A. Fermiano Souza
Letícia Gomes De Lima
Letícia Herdt
Lucas Duarte Francisco
Marcos Vinicios Belmiro Netto
Marcelo de Oliveira Souza
Mônica Ramos Domingos
Paula Felipe
Sabrina Mateus Mattos
Scarleth L. Marques
Tatiane SoetheSzlachta
Vanessa Macagnan
Vitória Fogaça Nazário

1. Introdução

O Curso de Extensão Organização Curricular da Educação Básica Catarinense tem como objetivo desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão voltados à formação docente, de forma a contribuir com a qualidade da educação básica, “[...] por meio da organização curricular, mediante a articulação entre sua formação acadêmica, nos cursos de licenciatura, e atividades desenvolvidas nas unidades escolares (UEs) públicas de educação básica”. (SANTA CATARINA, 2015, p. 1). A matriz curricular para este curso de extensão teve como conteúdos a serem trabalhados ao longo dos dois semestres de 2018, além dos pressupostos teórico-metodológicos da Proposta Curricular de Santa Catarina (2014), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017).

Por conseguinte, a partir das orientações recebidas da Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina,

foi desenvolvida uma pesquisa, cujo objetivo foi analisar sob o ponto de vista docente, o seu conhecimento sobre a BNCC e a possível adequação à PCSC.

Os objetivos específicos foram: a) identificar se o docente teve contato com a BNCC; b) verificar como aconteceu esse contato e se houve alguma formação docente de que o docente tenha participado; c) identificar se a equipe gestora promove ações para a formação continuada dos docentes com base na BNCC; d) identificar quais os desafios, na concepção do docente, com a implementação da BNCC ao novo currículo de Santa Catarina; e) descrever como o docente poderia conciliar o novo currículo com a Proposta Curricular de SC; e f) colher sugestões dadas pelos professores respondentes ao questionário aplicado.

2. Metodologia

Esta pesquisa quanto ao objetivo ou profundidade, pode ser classificada como exploratória, com abordagem quali-quantitativa. Quanto ao procedimento de coleta de dados, o instrumento utilizado foi o questionário com perguntas abertas e fechadas. Em relação aos procedimentos de análise, foram coletados os dados a partir do questionário respondido pelos professores participantes da pesquisa, tabulados em gráficos, para posterior análise.

Os estudantes bolsistas foram a escolas de suas regiões, conversaram com a equipe gestora, para solicitar a permissão para que pudessem conversar com os professores sobre a pesquisa que estavam fazendo realizando e que se tratava da BNCC, e da importância da participação deles. Desta forma, foi pedido aos professores seus e-mails e que receberiam o questionário via google formulário (google drive).

Os bolsistas estiveram em 15 escolas, quais sejam: EEB Conego Nicolau Gesing (Braço do Norte), EEB S. B.B. Gallotti (Tubarão), EEB Martinho Alves dos Santos (Tubarão); Escola Gregório Manoel de Bem (Laguna); EMEB João Paulo I (CAIC) (Tubarão), EEB G. Aderbal Ramos da Silva (Tubarão). EM Professor José Boeing (Rio Fortuna), EEB Hercílio Luz (Tubarão), EEB Henrique Lage

(Imbituba), EEB. Prof. Jose Rodrigues Lopes (Garopaba), EM Ugero Pittigliani (Imbituba), EEB Profa. Dalcy Ávila de Souza (Jaguaruna), EEB Campos Verdes (Jaguaruna); EEB Dr. Miguel de Patta (Grão Pará) e EEB Fernando José Cardoso (Gravatal)

Dessas escolas somente responderam ao questionário: EEB Conego Nicolau Gesing (Braço do Norte), 1 professor; EEB Fernando José Cardoso (Gravatal), 1 professor; EEB Hercílio Luz (Tubarão), 1 professor; EEB Governador Aderbal Ramos da Silva (Tubarão), 2 professores; EEB Hercílio Luz⁴(Tubarão) 1 professor; EMEB João Paulo III (Tubarão) 1 professor; EEB Campos Verdes (Jaguaruna), 2 professores; E.M.E.B João Paulo I – CAIC (Tubarão), 1 professor; EM UgeroPittigliani (Imbituba), 2 professores; e EEB Prof. Jose Rodrigues Lopes (Garopaba), 1 professor.

Foram, no total, enviados e-mails a 109 professores, colocado no corpo do e-mail o formulário do google drive, para que não precisassem ainda acessar ao link. Somente 13 participaram da pesquisa, e ainda houve 6 envios sem nenhuma resposta, ou seja, em branco.

3. Implementação da BNCC (2017) com a adequação dos currículos conforme PCSC (2014)

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada pelo CNE, consolida-se em proposta de Base Comum Nacional, há muito já pensado pelo movimento de educadores, numa trajetória de lutas por uma educação cidadã. (AGUIAR; DOURADO, 2018). Conforme Aguiar e Dourado (2018),

Ao secundarizar a articulação federativa, a institucionalização do Sistema Nacional de Educação e dada à concepção restrita de educação e currículo, centrada nas competências e habilidades, que estrutura a BNCC, direcionada para a educação infantil e ensino fundamental, se contrapõe a uma concepção crítica de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento e, neste contexto, ao PNE.

⁴O professor enviou duas vezes o mesmo questionário.

Embora denominada participativa, a BNCC adotou uma metodologia, conforme Aguiar (2018), “verticalizada”. Como se conhece, ela parte de um grupo de profissionais, apresentando uma primeira versão à comunidade escolar. Para que fosse realmente participativa, deveria haver primeiramente um diagnóstico a partir dos profissionais que atuam na educação básica, discussões no coletivo, quando se sabe que para a sua apreciação pública foi apenas de forma individualizada.

Essa primeira versão, posteriormente,

[...] o MEC analisou a sistematização das contribuições e definiu o que seria incorporado ao documento, originando a “segunda versão”. Cabe a pergunta: qual o marco de referência que serviu de parâmetro para as escolhas do MEC? (AGUIAR, 2018, p. 16).

De acordo com Saviani (2016), o MEC, em documento elaborado sobre a BNCC, reporta-se às Diretrizes Curriculares Nacionais, que foram definidas pelo Conselho Nacional de Educação. Embora lançada a BNCC, as DCNs continuam em vigor. “Emerge, então, inevitavelmente, a seguinte pergunta: se a base comum já se encontra definida por meio das diretrizes curriculares nacionais, que são mantidas, qual o sentido desse empenho em torno da elaboração e aprovação de uma nova norma relativa à “base nacional comum curricular”? (SAVIANI, 2016, p. 74).

Segundo esse educador, em decorrência de avaliações padronizadas nacionais e também em outros países, destacando-se os Estados Unidos que serviram de referência para a iniciativa desta base nacional, “[...] tudo indica que a função dessa nova norma é ajustar o funcionamento da educação brasileira aos parâmetros das avaliações gerais padronizadas”. (SAVIANI, 2016, p.75).

De fato, conforme Saviani traz em artigo publicado em 2016, consta na introdução da base:

[...] o foco no desenvolvimento de competências tem orientado a maioria dos Estados e Municípios brasileiros e diferentes países na construção de seus currículos. É esse também o enfoque adotado nas avaliações internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que coordena o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa, na sigla em inglês), e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a

Cultura (Unesco, na sigla em inglês), que instituiu o Laboratório Latino-americano de Avaliação da Qualidade da Educação para a América Latina (LLECE, na sigla em espanhol). (BNCC, 2017, p. 13).

Como se pode observar, na BNCC, a base epistemológica é a formação do sujeito por competência, desta forma, no processo de aprendizagem do estudante, o desenvolvimento é individual. Conforme Dias (2010), ao tratar da competência na educação, afirma que nas últimas décadas, inclina-se para concepção cognitivista e construtivista, cuja concepção epistemológica recai sobre a construção interna do estudante.

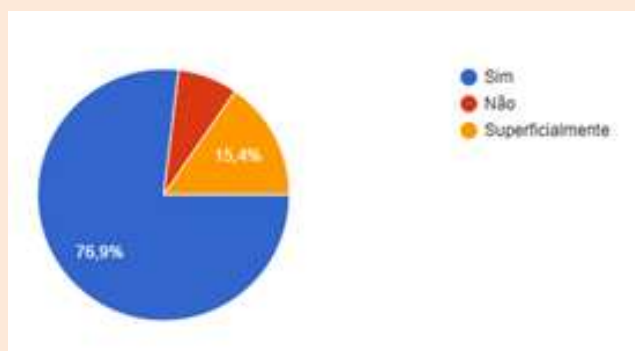
Conforme PCSC (2014), “[...] admite-se que o desenvolvimento psicológico do ser humano não se submete a leis biológicas, mas sim a leis do desenvolvimento histórico-social (LEONTIEV, 1978, apud SCHLICKMANN, 2016, p. 13). À vista disso, “[...] a via do desenvolvimento se dá do social ao individual, do interpsíquico ao intrapsíquico, como consta ao longo do documento síntese da PCSC” (SCHLICKMANN, 2016, p.14). Assim sendo, a concepção teórico-metodológico da PCSC é a Teoria-histórico-cultural.

Por conseguinte, acredita-se que a implementação da BNCC ao currículo, ou seja, à Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina, seria um retrocesso à educação catarinense, uma vez que as concepções epistemológicas de ambas se embasam em pressupostos teórico-metodológicos divergentes.

4. Apresentação dos resultados da Pesquisa

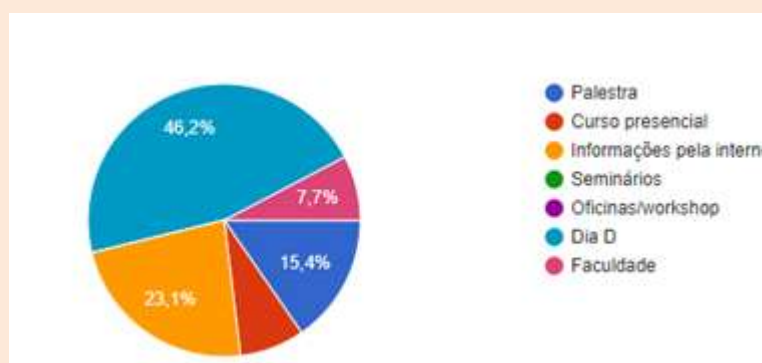
Conforme mencionada na seção que trata da metodologia, 109 professores receberam o e-mail (com o questionário anexado), mas somente 13 participaram, ou seja, reenviaram o e-mail com as respostas da pesquisa. Há de se lembrar que houve 5 envios sem as respostas às questões.

Gráfico 1 – Sobre o contato dos docentes com a BNCC



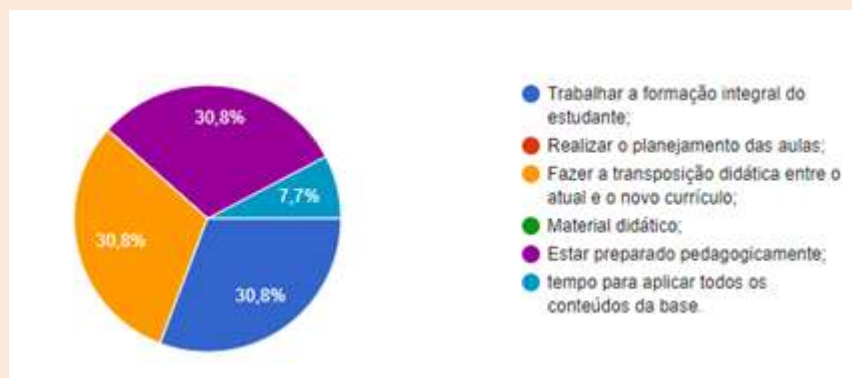
Fonte: Kindermann e Schlickmann (2018).

Gráfico 2 – Formas de conhecimento dos docentes sobre a BNCC



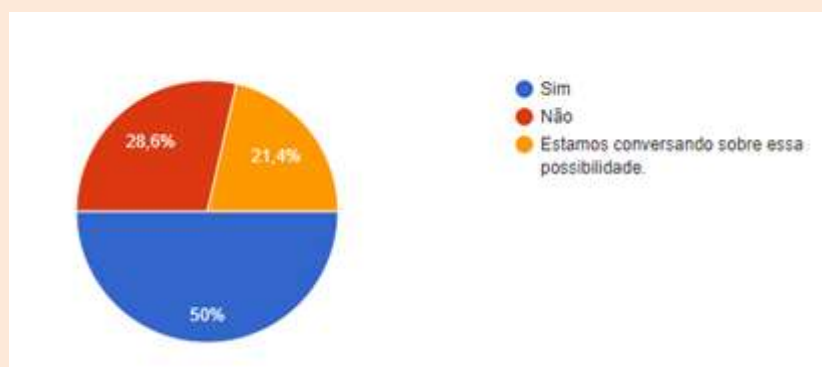
Fonte: Kindermann e Schlickmann (2018).

Gráfico 3 – Desafios com a implementação da BNCC



Fonte: Kindermann e Schlickmann (2018).

Gráfico 4 – Sobre a equipe gestora na promoção de ações à formação continuada dos docentes em relação à BNCC



Fonte: Kindermann e Schlickmann (2018).

Junto com as questões objetivas (fechadas), há duas questões dissertativas (abertas). Quais sejam:

a) Em um pequeno parágrafo descreva como conciliar o novo currículo com a Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina ou do município? Somente 10 participantes responderam a esta questão.

Quadro 1 – Conciliação entre o currículo novo e a PCSC

Prof.1	Só se tornará possível para a junção da PCSC e BNCC, se o professor tiver mais conhecimentos e buscar novas metodologias para acompanhar o aparato global.
Prof.2	Os professores terão que estudar para colocar em prática a proposta.
Prof.3	A conciliação entre estas duas propostas será uma tarefa difícil, porque há uma diferença entre ambas. Em se tratando do contexto principal, que é o estudante inserido na escola, não foi observado na BNCC, a igualdade de condições de aprendizagem de conteúdos entre outros conceitos abrangendo todo o país. Isso vai minimizar e deixar de lado a cultura e meio social em que os sujeitos vivem.
Prof.4	É preciso que governo proporcione espaços e tempo para que possamos parar para discutir, pelo menos meio período por mês. Se não fica inviabilizado a implantação.
Prof.5	A nossa instituição segue a proposta curricular do município, muito bem elaborada e objetiva. Logo, teremos que agregar a Base ao nosso dia a dia.
Prof.6	Devem-se traçar estratégias pedagógicas mais adequadas para alcançar o objetivo que é destinado aos estudantes

Prof.7	Tendo mais aulas de matemática, tanto no ensino médio, quanto no ensino fundamental, cumprir a lei de 1/3 de horas atividades, o que daria 27 aulas dadas numa carga horária de 40 e o restante de horas atividades, para que possamos nos preparar. E a valorização do profissional de educação tanto pelo país, quanto por governantes.
Prof.8	Adequar a proposta do município com a BNCC.
Prof.9	O olhar do todo deve estar adiante para encorajar-se e desbravar os desafios constantes que a educação integral propõe Primeiramente deve-se levar a esfera a conhecer profundamente os anseios das propostas pertinentes contidas no novo currículo, democratizar as ações diante de seminários, vivências diárias e significativas. Ao conhecer e fomentar a BNCC enquanto educação integral, o Estado e Município farão adesão relevante, consideráveis através de suas realidades.
Prof.10	Diante do grande desafio que será a implementação da Base Nacional Comum Curricular será necessária uma ampla discussão, envolvendo os professores para que possa ser algo compreensível e eficiente de conciliar

Fonte: Kindermann e Schlickmann (2018).

b) Dê sugestões de ações para a formação continuada de professores em relação à BNCC. As respostas à esta questão, houve 11 respondentes.

Quadro 2 – Sugestões de ações para formação docente sobre a BNCC

Prof.1	Proporcionar encontros maiores junto a outras escolas, municípios e não minimizar as discussões haja vista que nas escolas em muitos dos casos somente um professor é elencado para dar conta de determinado estudo.
Prof.2	Deveria fazer nas escolas um dia por mês para os professores estudarem.
Prof.3	Promover mais discussões que envolvam professores por área de conhecimento, para que juntos possam compartilhar ideias e experiências de modo a enriquecer o ensino, caminhando sempre juntos, buscando seguir a base comum estabelecida para que todos os estudantes desenvolvam algumas competências e habilidades ao longo da vida escolar.
Prof.4	Cursos nos finais de semana sobre o tema, ou na modalidade a distância. Palestras nas unidades escolares.
Prof.5	Aumentar tempo para planejar e palestras com quem entende do assunto.
Prof.6	Reuniões e o estudo para agregar a BNCC a nossa proposta

	Municipal.
Prof.7	Palestras.
Prof.8	No município de Içara que trabalho, foi trabalhado o ano todo sobre a BNCC, já o Estado não disponibilizou estudo, pois não poderíamos dispensar alunos para tal.
Prof.9	Palestras, cursos, formação online.
Prof.10	A formação de professores deve ser diante de seminários, oficinas, workshop, com professores e inspiradores fluentes que vivenciam exemplos no cotidiano escolar.
Prof.11	Seria interessante uma especialização voltada somente à BNCC, para os professores se sentirem seguros e preparados para esse desafio que será a implantação da BNCC. Mas não somente voltado para a teoria, mas sim mostrando na prática do dia a dia, em sala de aula, a BNCC sendo implantada.

Fonte: Kindermann e Schlickmann (2018).

5. Análise crítica dos resultados frente à realidade da Escola Pública

Nesta seção, faz-se a análise dos dados coletados e transformados em gráficos, em relação às questões fechadas e abertas.

Pode-se observar que no **gráfico 1**, 76,9% já tiveram contato com a BNCC, e esse contato foi por meio de palestras, 46,2%, 23,1% foram conhecimentos advindos de consultas à internet, e o dia que foi dedicado a todas as escolas para que se discutisse a BNCC, o dia D, como ficou conhecido, foi somente 15,4%. E 7,7%, o conhecimento foi a partir da faculdade, ou seja, devem ainda estar cursando uma licenciatura e também 7,7%, por meio de curso presencial, conforme pode ser visualizado no **gráfico 2**.

Esses dados revelam o pouco conhecimento dos profissionais que atuam diretamente em sala de aula na educação básica, aqueles que serão os meros "executores", dado o contexto em que essa base foi construída uma vez que não houve uma participação efetiva dos professores na elaboração dessa base.

Quanto aos desafios, em relação à implementação da BNCC, segundo o **gráfico 3**, houve três desafios que somaram 30,8% cada um, que foram a) trabalhar a formação integral dos estudantes; b) fazer a transposição didática entre a atual proposta curricular e a que já é utilizada; e c) estar preparado pedagogicamente. O que se pode observar nessas respostas, embora não apareça explicitamente, é a dificuldade em conciliar propostas muito distintas,

de acordo com o que se apresenta na seção 3. E, ainda, aparece com 7,7%, o tempo para aplicar todos os conteúdos da base. O que denota uma falta de conhecimento entre os dois documentos, a base a proposta curricular do estado.

No **gráfico 4**, são apresentadas informações sobre a equipe gestora em propiciar oportunidades para a formação continuada do seu corpo docente. 50% dos participantes informaram que sim, comparando com o gráfico 2, que o conhecimento veio por meio de palestras, 46,2% e, 23,1% o conhecimento foi a partir de iniciativas individuais, pela internet, 15,4 pelo dia D, 7,7% por meio de curso presencial e 7,7% pela faculdade, que poderia ser a mesma fonte de informação, fechando em 15,2%, resta saber como a equipe gestora proporcionou ao seu quadro docente essas informações.

Em relação às questões abertas, aqui nomeadas em (a) e (b), transformadas em quadro 1 e 2, apresenta-se a análise, cruzando dados em relação a todas as questões que fizeram parte desse instrumento de coleta de dados, que foi o questionário.

No **quadro 1**, que trata da conciliação entre o currículo novo e a PCSC, é mencionado por 4 professores (36,3%) a necessidade de estudo da BNCC, para que os desafios sejam minimizados. 18,2% (2 professores) consideram que é preciso que haja momentos de discussão coletiva sobre a BNCC, para que seja viabilizada a sua implantação. Um professor (9,1%), talvez com um pouco mais de conhecimento sobre a BNCC, afirma que será difícil conciliar as duas propostas, já que no currículo novo, isto é, a BNCC, não leva em consideração as condições de aprendizagem de conteúdos em relação ao contexto socioeconômico dos estudantes. É um argumento convincente, uma vez que se conhece a realidade de muitas escolas, suas condições estruturais, pedagógicas etc. que não são apontadas no novo currículo (BNCC) e que são outros desafios que não são levados a termo. Isso só vem a confirmar com a resposta de um professor de um professor (9,1%), ao tratar das condições de trabalho do professor e a valorização dessa profissão. Três professores (27,3%) tratam de questões como estratégia, adequações e agregar à proposta de Santa Catarina.

Em relação ao **quadro 2**, que trata de possíveis sugestões para a formação continuada a respeito da BNCC, cinco professores (45,4%) apontam a necessidade de encontros proporcionados pela Secretaria do Estado de Educação entre municípios, com profissionais com conhecimentos sobre a BNCC, com relação entre teoria e prática. 27,3% (três professores) trazem como sugestão reuniões mensais, para o estudo da Base Nacional Comum Curricular. Um professor (9,1) sugere reuniões entre áreas de conhecimento, para que o estudante possa desenvolver algumas competências. Nota-se neste depoimento o desconhecimento tanto da proposta curricular do estado quanto da base nacional. Na BNCC, são apresentadas 5 áreas de conhecimento, quais sejam, Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências humanas e Ensino Religioso, diferentemente da PCSC, que apresenta 3 áreas, Linguagens e suas tecnologias, Ciências Humanas e suas Tecnologias e Ciências da Natureza e Matemática e suas tecnologias. Um professor (9,1) sugere o aumento do tempo de planejamento, ou seja que seja dedicado 1/3 das 40 horas semanais ao planejamento. E 9,1 apresentam como sugestão palestras sobre a BNCC.

6. Considerações Finais

O objetivo desta pesquisa foi analisar sob o ponto de vista docente, o seu conhecimento sobre a BNCC e a possível adequação à PCSC. Para alcançar este objetivo, utilizou-se uma pesquisa do tipo exploratória com uma abordagem quali-quantitativa. Para isso foi elaborado com instrumento de coleta de dados um questionário disponibilizado no google drive, enviado a 109 profissionais da educação, somente 13 retornaram com as respostas. Serviram como norteadores desta pesquisa tanto a Base Nacional Comum Curricular (2017) e a Proposta Curricular de Santa Catarina (2014).

A partir dos objetivos específicos traçados para esta pesquisa, foi possível verificar que:

a) As escolas cujos docentes participaram da pesquisa, em relação aos contatos com a BNCC, 76,9% responderam que sim, que de alguma forma, tiveram acesso a este documento.

b) Complementando o objetivo citado acima, verificou-se que grande parte desse contato foi facultado pelo dia D (46,2%). Cabe lembrar que foi disponível pelo MEC materiais para estudo para o dia D. Esses documentos apresentados pelo MEC, também não se referem a um marco teórico-metodológico, do mesmo modo como a base nacional. Há um vídeo explicativo que trata das aprendizagens essenciais da base, expressas em 10 competências. Dá a definição do que se deve entender como competência, “mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, para resolver demandas complexas da vida cotidiana⁵”.

Conforme trabalho da equipe interunidades (DUTRA et al.2006), o uso do conceito de competência na educação recebe muitas críticas. Essa equipe cita o trabalho de Maues, Wondjer e Gauthier (2006), que apresenta a visão de muitos autores que associam a noção de competência com o modelo tecnicista da década de 70, implantado pelo regime militar. De um modo geral, essa noção de competência ao dar ênfase ao fazer e aos saberes, deixaria de lado o conhecimento. “Essas críticas externam o (justo) temor de que seja conferido à formação profissional um caráter eminentemente prático e utilitarista, voltado para o mercado, sem a apropriação de um quadro teórico e reflexivo que subsidie a ação”. (DUTRA et al. 2006, p.4)

Mas houve também um número significativo de professores o conhecimento sobre a base foi por meio de pesquisas na internet (23,1%). Em relação à formação docente continuada, não se teve informação a partir dos dados coletados.

c) Em relação à equipe gestora promover ações para a formação continuada dos docentes com base na BNCC, pelo gráfico 4, evidencia-se que 50% desenvolveu ações, mais isso não é o suficiente. Essas ações devem estar presentes em todas as escolas, para que realmente haja conhecimento sobre os dois documentos, para que possa haver uma comparação, e desta forma, ver a possibilidade de conciliação, que não se acredita nisso.

⁵Disponível em: <http://midias.baseemacao.org.br/BNCC/BNCC_AS_DEZ_COMPETENCIAS.mp4>. Acesso em: 21 nov. 2018.

d) Os desafios, na concepção do docente, com a implementação da BNCC ao novo currículo de Santa Catarina, os que tiveram uma porcentagem maior foram: trabalhar a formação integral do estudante, estar preparado pedagogicamente e tempo para aplicar todos os conteúdos da base. Esses desafios vêm com algumas propostas, conforme as sugestões dadas no último item.

e) Para conciliar o novo currículo com a Proposta Curricular de SC, houve de um modo geral, que seria primeiramente um estudo mais aprofundado sobre a BNCC, e que esse estudo fosse de forma coletiva, assim como foi construída a atualização da proposta de Santa Catarina. Também foi considerado que seria difícil essa conciliação uma vez que a BNCC não trata das condições de aprendizagem dos conteúdos. Há de se destacar as condições estruturais da maioria das escolas públicas do Brasil, que podem exercer fundamental entrave para a aprendizagem. Como também nos depoimentos não foram descartadas a valorização do profissional da educação e suas condições de trabalho, haja vista a falta de uma boa estrutura das escolas.

f) As sugestões vêm ao encontro do que foi tratado no objetivo específico anterior, como não há conhecimento dos dois documentos, as sugestões propostas foram cursos de formação continuada por especialistas tanto na proposta curricular como na base.

A partir desses dados coletados e analisados, percebe-se a falta de conhecimento, principalmente da Proposta Curricular do Estado. Isso confirma-se pela pesquisa anterior do PROESDE/LICENCIATURA, desenvolvido em 2016, que teve como princípio norteador, além do estudo da Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina (2014), a pesquisa sobre o conhecimento desse documento pelos professores das escolas catarinenses, que ficou comprovado que a grande maioria dos professores não tinham conhecimento desse documento.

Como não há esse conhecimento, fica difícil fazer uma comparação entre a base nacional e a proposta curricular. Destaca-se a necessidade urgente de cursos de formação continuada com foco tanto na proposta curricular como a base nacional, não feito nos moldes como acontecem nas escolas, mas com

especialistas nessas duas áreas, para que, desta forma, pudesse haver uma melhora significativa na prática dos professores da rede estadual de ensino.

Referências

AGUIAR, Isabel Simões. Competências em Educação: conceito e significado Pedagógico. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, SP. Volume 14, Número 1, Janeiro/Junho de 2010: 73-78. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v14n1/v14n1a08> >. Acesso em: 21 nov. 2018.

AGUIAR, Márcia Ângela; DOURADO, Luiz Fernandes. (Org.) [Livro eletrônico] In: apresentação. A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas. Recife: ANPAE, 2018.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é a base. Ministério da Educação. 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2018.

_____. Base Nacional Comum Curricular. **Material de apoio**. 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/materiais-de-apoio>>. Acesso em: 21 nov. 2018,

DUTRA et al. **O conceito de competência e seus desdobramentos didático-pedagógicos na UNISINOS**. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2006. Disponível em: <<http://unisinis.br/blogs/formacao-docente/files/2013/01/Ensino-por-competencias-na-Unisinis.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

SANTA CATARINA. Estado de Santa Catarina Secretaria de Estado da Educação. **PORTARIA N/19/SED/2015**. Disponível em: <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/index.php/legislacao/portarias-legislacao/140-portaria-19-sed-2015/file> >. Acesso em: 20 nov. 2018.

_____. SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia. **Proposta Curricular de Santa Catarina: Formação Integral na Educação Básica**. Florianópolis, 2014.

SAVIANI, Demerval. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. In **Movimento Revista de Educação**. Faculdade de Educação – programa de pós-graduação em educação. Universidade Federal Fluminense. Ano 3. Nº4, 2016. Disponível em: <<http://www.revistamovimento.uff.br/index.php/revistamovimento/article/view/296>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

SCHLICKMANN, Maria Sirlene Pereira. (Org.). **Áreas do conhecimento: diálogos em articulação**. 1ed. Palhoça: Unisul Virtual, 2016, v. III.

Professores Monitores:

Ilanit Bárbara Klock
Laisla Caroline Machado
Osni Marques Júnior

Coordenadora:

Verônica Gesser

Estudantes Bolsistas:

Aline Prates dos Santos
Aline Ribeiro Vaz de Oliveira
Amanda Cristina Pereira
Amanda Demétrio dos Santos
Ana Cristina Lima Vital Gomes
Ana Paula Ferreira
Anderson Carvalho
Barbara Carolina Coscodai
Daiane Regina Todt
Daniella Odail da Silva
Danielle de Carvalho da Silva
Debora do Canto Pereira Bode
Denise Luciane Berlim
Elisa Regina Felício
Ester de Oliveira
Gabriel Carneiro
Gisela Alves Poleza
Gísela Paterno de Souza
Jessica Maiara Corrêa
João Vitor Ribeiro Barreto
Josimara Araújo da Silva
Juliana Gracielle Borgonovo Jorge
Juliane Costa
Lorena Schveper Vitorino
Luceane Cardoso Santana
Luciano Dicheti Guaresi
Maria José Tinoco
Maria Paula Alves
Maurício Morgan Lupatini
Mileni Pereira Silva
Nicole Einhardt Jara
Priscila de Oliveira Alves Lopes
Ruama Ferreira Raio
Silvana Debora dos Santos
Stefany Karine Correa
Suévelin Neppel
Taise Cristiane de Oliveira Damasio
Tamara Barros de Oliveira Gomes
Terezinha de Lima da Silva
Ticiania Karoline da Silva
Vanessa Mariléia Alves.

A Experiência da UNIVALI no PROESDE/Licenciatura 2018

1. Introdução

O PROESDE Licenciatura caracteriza-se como um Curso de Extensão, regulamentado pela Portaria 19/SED/2015. O projeto tem a função de promover a qualificação dos estudantes das licenciaturas para intervir e contribuir na qualidade da Educação Básica. A problemática definida para as atividades do PROESDE 2018 coloca-se na articulação entre os documentos oficiais (BNCC e PCSC) e as atividades desenvolvidas no âmbito da extensão Universidade - Comunidade Escolar.

O **objetivo geral** do PROESDE UNIVALI 2018 foi Estudar a Base Nacional Comum Curricular em sua relação com a Proposta Curricular de SC e as Diretrizes Curriculares Municipais, refletindo sobre sua implementação nas escolas.

Como **objetivos específicos** destacamos:

- a) Desenvolver habilidades e competências informadas na BNCC por meio das metodologias ativas;
- b) Promover integração do corpo administrativo e docente com a

BNCC.

- c) Incentivar o uso de projetos interdisciplinares, multidisciplinares e transdisciplinares.
- d) Realizar seminários estaduais, regionais e/ou municipais para socialização de projetos, proporcionando reflexão e visibilidade.

Faz-se importante atribuir ao processo de ensino aprendizagem do PROESDE uma perspectiva interdisciplinar, por ter envolvido docentes e acadêmicos de diferentes áreas. No contexto do PROESDE Univali, os envolvidos no projeto são das seguintes áreas: Pedagogia, Música, Letras, Matemática, História, Ciências da Natureza e Educação física. Essa integração visa a formação de um indivíduo crítico e reflexivo, com atitude cidadã, que saiba intervir e atuar em sua realidade e na resolução de problemas através de competências conceituais, procedimentais e atitudinais.

O curso de extensão possibilitou a articulação entre os cursos de licenciatura da UNIVALI, envolvendo docentes e discentes em atividades fundamentadas nas metodologias ativas para acesso à Base Nacional Comum Curricular (MEC, 2018) e a Proposta Curricular de Santa Catarina. As atividades que envolveram várias universidades tiveram início em 05 de maio de 2018, por meio de webconferência organizada pela Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina.

2. Percorso metodológico

O Curso de Extensão foi dividido em dois módulos, tendo como objetivo do primeiro módulo o estudo da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e da PCSC (Proposta Curricular de Santa Catarina), a partir dos seus conceitos e princípios teórico-metodológicos. Iniciou com a contextualização e apresentação da proposta, seguindo com estudos voltados para a Educação Infantil, Língua Portuguesa e Língua Inglesa, Matemática, Ciências da Natureza, História, Geografia, Ensino Religioso, Artes/Música e Educação Física.

O primeiro módulo totalizou 10 encontros presenciais, além de atividades não presenciais, orientados pelos professores da Univali, todos com experiência e formação nas áreas de atuação. Ainda no primeiro módulo, ocorreu o I

Seminário Regional do PROESDE UNIVALI, fechando as atividades com carga horária de 72h presenciais. Neste módulo, os bolsistas realizaram o estudo aprofundado da BNCC e da PCSC, avaliando seus pontos de contato, avanços e limitações.

Com início em setembro de 2018, o segundo módulo voltou a atenção para a BNCC a partir da implementação e organização curricular, incluindo o estudo das Diretrizes Municipais para o Ensino Fundamental de Itajaí (ITAJAÍ, 2015). Esse módulo foi trabalhado de forma compartilhada, sempre com dois professores de áreas diferentes atuando junto com os acadêmicos de licenciatura a cada um dos quatro encontros presenciais. Nesse módulo, os bolsistas procuraram estabelecer uma interlocução entre as competências e habilidades propostas pela BNCC e a organização curricular do município, verificando, em diferentes áreas, de que modo a BNCC complementa ou altera a forma de aplicar os conteúdos curriculares previstos.

Os bolsistas realizaram uma pesquisa qualitativa e exploratória junto a algumas escolas com ensino fundamental da rede municipal, complementando as discussões realizadas nos encontros presenciais. Nessa etapa, os acadêmicos do PROESDE puderam verificar, através de observação e conversas com pessoas da comunidade escolar, entre professores, gestores e assistentes pedagógicos, em que medida a BNCC representa desafios a serem superados para sua implementação no ensino público.

Solicitamos aos participantes que respondessem um questionário online (*Google Forms*) sobre seu conhecimento acerca da BNCC e de que modo a escola está se preparando para sua implementação. Participaram da coleta de informações as seguintes escolas e centros de educação infantil: CEI Prof. Maria do Carmo Espíndola; CEDEIN Ângela Dalçóquio de Souza; CEDIN Dilzelena Márcia Teixeira; CEI Cecília Santiago Dias; CEI César Martinho Ferreira; CEI Leonídia dos Santos Vicente; CEI Prof^a Gisele Kawikioni; CEI Prof^a Maria do Carmo Espíndola; CEI Prof^a Ivonete S Coradini; CEI Professora Maria do Carmo Espíndola; CEI Rosinha de Souza; Centro Educacional Pedro Rizzi; E B de Campo Maria do Carmo Vieira; EB Martinho Gervási; EI Duque de Caxias; EB Elias Adaime; EB Marechal Olímpio Falconieri da Cunha; EB Padre Pedro

Baron; Escola Isolada Duque de Caxias; Escola São Brás; Grupo Escolar Carlos de Paula Seara; Grupo Escolar Guilhermina Buchele Muller; Grupo Escolar Profª Maria Nilza Ferreira Evaristo. As repostas registradas em formulário

Encerramos nossos encontros em 17/11 com o II Seminário Regional do PROESDE UNIVALI, no qual tivemos a palestra “BNCC: Implicações para implantação e organização Curricular das Escolas” proferida pela Profa. Dra. Sandra Vanzuita da Silva. Em sua fala, a professora lembrou que a BNCC é um documento de caráter normativo, criado para nortear os currículos e também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil e Ensino Fundamental em todo o Brasil.

Por meio das teorias de Ball e Bowe (1992) sobre os contextos do processo de formulação de uma política, nos apresentou os Contextos de Influência e da Produção do Texto, o da Prática, do Resultado – Efeito e da Estratégia Política. Esses conceitos foram bastante esclarecedores para o grupo participante compreender de forma mais completa os eixos articuladores que concretizam os movimentos das políticas educacionais, e como estas últimas afetam o trabalho da escola, desde o Projeto Político Pedagógico até o dia a dia da sala de aula, coroando então todo o estudo de documentos que definem políticas para a educação durante o percurso no PROESDE.

Ao final, a discussão suscitada pela fala da Profa. Sandra Vanzuita da Silva focou em um tema delicado, porém de extrema relevância: a autonomia da escola e do professor frente à BNCC. Mesmo diante de normas e leis que são válidas para todas as escolas, deverá sempre existir um espaço para as tomadas de decisões em cada localidade, considerando com isso, a pluralidade cultural existente. Essa garantia de respeito ao contexto local e à diversidade é contemplada nesses documentos, a título de exemplo, BNCC e PCSC citam as diversas línguas no Brasil, como indígenas, a Língua Brasileira de Sinais e até mesmo as diferentes formas de falar nas regiões do país, e desse modo compreendem a ampla cultura nacional. A PCSC em particular destaca a diversidade como elemento essencial a ser trabalhado na escola.

3. Base Nacional Comum Curricular (BNCC), implementação da Base com a adequação dos currículos.

A BNCC não apresenta uma lista de conteúdos mínimos, mas sim, habilidades (objetivos de aprendizagem), organizadas em unidades temáticas, objetos de conhecimento, estruturados em eixos. Isso permite uma articulação vertical do período de 9 anos do Ensino Fundamental, abordando operações cognitivas cada vez mais complexas, da alfabetização nos dois primeiros anos, até os conhecimentos complexos dos últimos anos.

Sabemos que a implementação da BNCC se constituirá em um processo no qual todos os atores deste espaço educativo e social deverão participar. Inicia-se pelo Projeto Político Pedagógico da escola, que de acordo com Veiga (2010), é entendido como resultado da organização e trabalho pedagógico da escola, e deve levar em consideração os seguintes aspectos: finalidades da escola, estrutura organizacional, currículo, tempo escolar, processo de decisão, relações de trabalho e avaliação. Portanto, o PPP aponta os caminhos que a escola seguirá, o que a escola é e o que ela há de se tornar com a ação coletiva.

Existem algumas diferenças quanto às definições curriculares entre a BNCC e a PCSC, por isso, é preciso ajustar a Proposta Estadual com a Base Nacional, e assim definir o currículo a ser trabalhado nas unidades de ensino catarinenses, e as estratégias e ações nos PPPs. Enquanto a BNCC estabelece, primordialmente, competências e habilidades a cada nível do ensino, a PCSC apenas norteia o trabalho do professor, apresentando os fundamentos teóricos metodológicos; temas e conceitos acerca das disciplinas objetivando a sala de aula e o trabalho do professor, sendo a definição dos conteúdos curriculares estabelecida nas Diretrizes Curriculares Municipais.

Conforme indicação do Ministério da Educação (2018), a concretização da BNCC nas etapas do Ensino Fundamental deverá ser progressiva e independente de quão detalhado é o currículo de cada estado. Assim, os currículos deverão estar contextualizados em diferentes esferas, conforme esquematizado na Figura 1.

Figura 1: Percurso de concretização do documento curricular



FONTE: Material Complementar para a (re)elaboração dos currículos.

Assim como para a BNCC, para a Proposta Curricular de Santa Catarina, o ser humano é um ser social e histórico. Esta compreensão só ocorre através de um esforço dialético, entendendo que os seres humanos fazem a história, ao mesmo tempo em que são determinados por ela. O processo que iniciamos no PROESDE nos leva a pensar num Projeto Político-Pedagógico que possa dialogar com a Base Curricular e suas possíveis inovações, garantindo o direito e a valorização da intervenção de todos, respeitando com isso o processo de constituição sócio histórico dos atores e espaços educacionais.

4 - Apresentação dos resultados da pesquisa.

De acordo com depoimento colhido em uma das visitas às escolas, no município de Itajaí a BNCC está norteando a redistribuição das habilidades em todas as disciplinas. A BNCC também está vindo para tentar fazer com que as temáticas das disciplinas se permeiem entre os bimestres. Os professores estão sendo chamados para os grupos de trabalho por suas disciplinas e estão construindo juntos essa mudança de habilidades. Assim, os professores se tornam os protagonistas do processo, desenvolvendo uma visão mais positiva do processo.

Em seguida apresentamos alguns dos resultados mais relevantes da aplicação do questionário junto à comunidade escolar. Através dos resultados mostrados nos gráficos 1 e 2, pode-se perceber que os participantes têm

conhecimento sobre a BNCC, sendo que a maioria já participou de algum tipo de formação sobre a base.

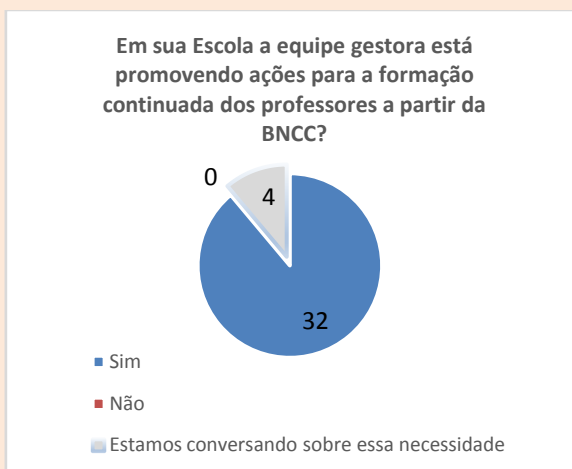


Gráfico 1: Formação continuada e BNCC

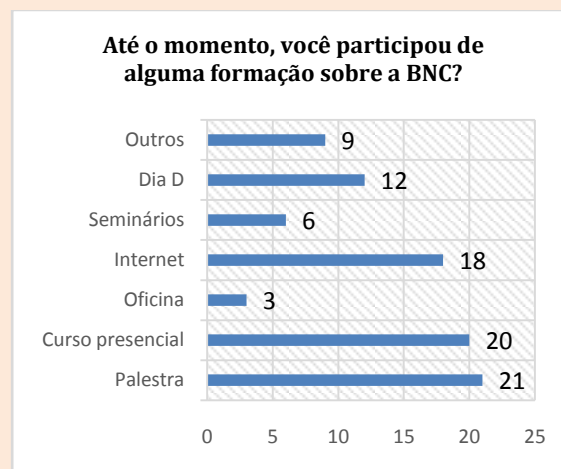


Gráfico 2: Participação em formação sobre BNCC

Em relação aos principais desafios percebidos quanto à implantação da nova base curricular (gráfico 3), os respondentes ainda não se sentem devidamente preparados pedagogicamente, e acreditam que a transposição didática será um dos principais desafios a serem superados.

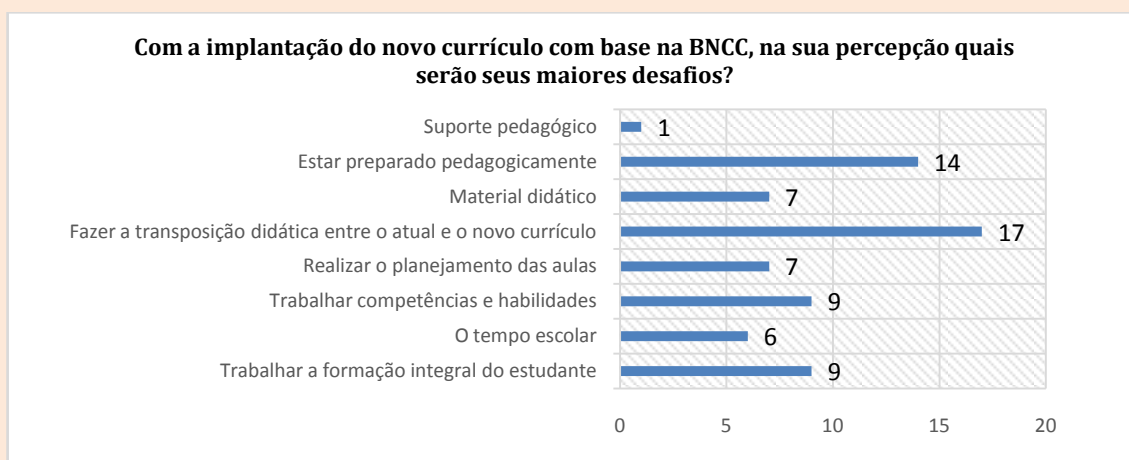


Gráfico 3: Desafios da implementação

Confrontando esse resultado com depoimento de professores, ressalta-se à resistência ao novo, especialmente em relação a profissionais com mais tempo de carreira (“ah, meu deus vou mudar meu planejamento!”, “aí não vou conseguir trabalhar”, “ai não vai dar, vai ser muito difícil”). Para uma professora: “Infelizmente a nossa escola, o nosso sistema de ensino ele é assim ainda, termina uma aula, bate o sino, começa outra aula, abre a caixinha de português, fecha a caixinha de história.

Então com a BNCC, nós estamos tentando ver os conteúdos transcenderem entre as disciplinas e naquele mesmo ciclo de aprendizagem”.

5. Análise crítica dos resultados frente à realidade da escola pública.

Os esforços no sentido de levar conhecimento, estudo e formação sobre a nova Base Curricular já estão sendo empreendidos. Entretanto, mais do que trabalhar os documentos, é preciso trabalhar “com a cabeça dos professores para essa nova visão” (depoimento de professora). Então, é importante mostrar a articulação da BNCC com as práticas cotidianas da escola, para que, a partir da construção conjunta com os professores perceba-se que não é tão difícil assim trabalhar. Como afirma uma professora, a BNCC é “algo novo, mas não é um processo novo. São ações novas que a gente vai conseguir colocar na escola”.

Na teoria, a BNCC é um agente igualitário que procura principalmente fornecer ao aluno novas experiências, mas o ponto principal é que não é uma boa ideia permanecer no ensino de “copiar e decorar” os aspectos que concernem os conteúdos. Tanto a Base como a Proposta Curricular de Santa Catarina têm em comum o potencial de ajudar na redução das desigualdades de nosso estado e País. A maior mudança que a Base trará às salas de aula é a possibilidade de induzir a uma forma de aprendizagem mais ativa, prática e menos expositiva.

Essa mudança é perceptível em dois aspectos principais: Primeiro, o conceito de 'aprendizagem' é composto por dois elementos conectados: um conteúdo (fator externo ao aluno) vinculado a uma habilidade (fator interno ao aluno) de aplicar aquele conteúdo para determinado fim. O novo formato no Ensino Fundamental - de unidade temática, objeto de conhecimento e habilidade – garante que nenhum conteúdo seja desconectado de um propósito de aplicação. Segundo porque os processos cognitivos descritos nas habilidades requerem um esforço maior do aluno do que apenas conhecer e decorar fatos.

Implementar um padrão educacional novo e igualitário, a partir de uma base curricular comum, é um desafio. O ponto fraco da BNCC talvez seja mesmo o de suporte de uma infraestrutura nas escolas e capacitação e formação de professores,

a fim de que esses consigam transmitir os saberes que constam nela de forma eficiente.

A mediação do ensino que ocorrerá entre aluno x professor x equipe pedagógica será necessária. O apoio dos profissionais pedagógicos será de extrema importância, ainda mais ao se levar em consideração os possíveis desafios que podem envolver as novas diretrizes que a BNCC traz para a sala de aula. Os professores ainda necessitam de formações pedagógicas, e cabe especialmente às secretarias de educação estimular os docentes.

A BNCC apresenta diversas mudanças para sala de aula, para conseguir ampliar as formas de ensinamento, por meio de tecnologias, leituras, ensinamento de forma prática, entre outros. Para conseguir colocar em prática, será necessário salas de informática, cursos para os professores conseguirem auxiliar os alunos com esses materiais, bibliotecas com livros e materiais diversos, saídas de campo e trabalho com projetos interdisciplinares.

6. Considerações Finais

Durante o II Seminário Regional ocorrido em novembro de 2018, foram verificados importantes pontos de interseção entre o PROESDE e a formação acadêmica e para a prática docente, com ênfase especial para a importância de reconhecer as habilidades e competências indicadas pela BNCC como outra forma de pensar os conteúdos, a experiência interdisciplinar com o grupo de acadêmicos e professores e, o uso de metodologias ativas (Diesel; Baldez, 2017) na condução do trabalho. O PROESDE qualifica-se como “um projeto singular de atuação docente”.

A discussão do II Seminário Regional destacou ainda a diferença observada entre informação e conhecimento; os aspectos interdisciplinares experimentados durante o curso de extensão PROESDE pelo contato com colegas e professores de outras áreas de atuação; outra forma de perceber o ambiente escolar; a relação teoria e prática que precisa ser coerente com as propostas da BNCC; o planejamento dos professores que atuaram como mediadores do processo de acesso e imersão na BNCC e na PCSC, entre outros.

O curso de Extensão PROESDE possibilita aos acadêmicos de graduação em licenciatura o conhecimento e o estudo aprofundado dos documentos oficiais (BNCC, PCSC e Diretrizes Curriculares Municipais). Deste modo, em contato com colegas e docentes de várias áreas do conhecimento, tem-se a oportunidade de pensar a prática docente de modo interdisciplinar. Além disso, as experiências vivenciadas ao longo do ano de 2018 contribuíram para repensar o modo de ser professor, como agente formador de sujeitos integrais. O curso foi de grande valia para a formação docente, pois promoveu acesso a novos conhecimentos e possibilitou um leque de opções para se trabalhar de forma interdisciplinar os componentes curriculares.

A BNCC, apesar das dificuldades e desafios de sua implementação, representa um avanço com vistas à qualidade de ensino, pois, ao apresentar ideias e concepções organizadas em um documento oficial, abre um leque de possibilidades para os profissionais da educação, fornecendo-lhes respaldo para suas práticas. É importante atribuir ao processo de ensino aprendizagem a perspectiva interdisciplinar, formando um indivíduo crítico e reflexivo, em uma perspectiva cidadã e que saiba intervir e atuar em sua realidade e na resolução de problemas através de competências conceituais, procedimentais e atitudinais.

O PROESDE é um projeto singular, muito significativo para os estudantes de licenciatura. A integração entre os professores do PROESDE e os alunos de graduação, proporcionou um conjunto de conhecimentos acerca de interdisciplinaridade, e serviu como base para planejarmos melhor quais habilidades e competências que serão trabalhadas dentro de sala de aula.

Toda a dinâmica do programa foi rica em partilha, já que nos encontros compartilharam-se conhecimentos e saberes entre estudantes e professores de várias áreas, como Pedagogia, Letras, Música, História, Matemática, Educação Física e Ciências da Natureza. Com isso, entende-se não apenas como pessoas de outras áreas do conhecimento interpretam os documentos oficiais, mas como elas interpretam o ambiente escolar, que já é uma experiência amplamente interdisciplinar, algo frisado pela Base. Por último, participar das diversas metodologias ativas conduzidas a cada encontro foi enriquecedor, já que verificou-se na prática como aplicar os conceitos trazidos na BNCC.

Referências

BALL, S.J.; BOWE, R. Subject departments and the “implementation” of National Curriculum policy: an overview of the issues. **Journal of Curriculum Studies**, London, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992.

DIESEL A.; BALDEZ, A. L. S. ; MARTINS, S. N. Os princípios das metodologias ativas de ensino: uma abordagem teórica. In: **Revista Thema**, Volume 14, Nº 1. Lajeado: UNIVATES, 2017. p. 268-288.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Material complementar para a (re)elaboração dos currículos**. 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/materiais-de-apoio>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: formação Integral na educação básica, 2014. Disponível em: <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/index.php/graduacao/proesde/curso-de-extensao/midiateca/proposta-curricular-de-santa-catarina>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

VEIGA, I. P. A. Projeto político-pedagógico da escola de Ensino Médio e suas articulações com as ações da Secretaria de Educação. In: **Anais** do I Seminário Nacional: Currículo em Movimento. Perspectivas Atuais. Belo Horizonte, novembro de 2010.

Professoras:

Claudia Valéria Lopes Gabardo
Cristina Ortiga Ferreira

Coordenadora:

Brígida Maria Erhardt

Estudantes Bolsistas:

Agnaldo Walnier
Aline de Oliveira Leite
Allyne Christina Tobler
Amelia Regina Rodrigues
Ana Luisa Souza Brum
André Luiz dos Santos Wesolowski
Andre Winicius de Sousa
Catherine Camilo de Castro Franco
Cleiton Otto Beathalter
Daiane Ferreira
Daniel Pietro Klettenberg Siqueira
Danielli Rauber de Souza
Desire Rabello
Douglas Daniel Duarte –
Fernanda Boeing Batista
Fernanda Elisabeth Soberanski
Gabriele Dereviani De Souza
Gisele Marina Gouvêa Rodrigues
Grazielle Gabarron Pedro
Heloísa Stachon Schubert
Heloisi Cabral
Jeferson Cristian da Silva
Letícia Rocha da Silva
Leticia Rosa dos Santos
Lucas Adoniran Fidencio da Costa
Lucivaldo Soares dos Santos
Maria Augusta Guenther
Naara Éldany Costa
Naryana Conink
Nayara Araujo dos Santos
Nicolle Suellen de Souza
Paulo Antonio Meirelles
Rafael Devegili
Rodrigo Minuzzo de Oliveira
Sabrina Webber
Sandi Laiz Elling
Valdineia de Oliveira Rodrigues

Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional/Licenciatura – PROESDE/Licenciatura

1. Introdução

O presente relatório é fruto das ações desenvolvidas ao longo do ano pelos trinta e sete bolsistas do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional – Licenciatura – PROESDE/Licenciatura da Universidade da Região de Joinville – Univille. O objetivo do programa de 2018 foi promover a qualificação dos estudantes das licenciaturas para intervir e contribuir na qualidade da educação básica, mediante a articulação entre os cursos de licenciatura, e atividades desenvolvidas nas unidades escolares (UEs) públicas de educação básica, Conselhos Municipais de Educação, fundamentada na PCSC (2014) e na BNCC (2017). Especificamente teve como objetivos: Conhecer os princípios da PCSC voltados para a organização curricular na Educação Básica catarinense; Identificar e sumarizar os principais conceitos e princípios teórico-metodológicos que fundamentam os documentos; Discutir as temáticas da diversidade elencadas no documento da PCSC atualizado em 2014; Articular a

formação acadêmica, nos cursos de licenciatura com a educação básica no âmbito da PCSC; Traçar um paralelo entre os pontos convergentes dos documentos e as possíveis articulações entre as propostas de organização curricular; Promover o debate e a reflexão coletiva dos documentos contemplando as necessidades e ou demandas do processo de implementação da BNCC.

No primeiro momento o foco das atividades foi voltado para o estudo e análise dos documentos norteadores do ensino da educação de Santa Catarina. Foram revisitadas as diversas versões da Proposta Curricular de Santa Catarina, tendo-se dado maior ênfase para a versão de 2014. Em seguida, a atenção foi voltada para os estudos da Base Nacional Comum Curricular (2017), sendo esta o norte de todas as atividades desenvolvidas, tais como: atividades práticas e de pesquisa. Os cadernos desenvolvidos para programa também foram utilizados como fonte de consulta e embasamento teórico para as atividades realizadas.

Para enriquecer as atividades do programa foram realizadas duas saídas de campo: uma para o Centro de Estudos e Pesquisas Ambientais – no distrito da Vila da Glória (São Francisco do Sul), visando oportunizar aos acadêmicos a interação com áreas de mata atlântica, ambientes costeiros, ocupação antrópica, discutindo suas características históricas, econômicas, sociais e ambientais da Baía da Babitonga, articulando teoria e prática; a outra atividade de campo foi realizada na comunidade Caminho Curto, no distrito de Pirabeiraba (Joinville), com o intuito de aplicar os projetos de jogos educativos desenvolvidos pelos bolsistas, com as crianças e adolescentes da comunidade. As atividades realizadas vêm ao encontro do que preceitua as diretrizes prementes nas diversas áreas do saber.

Durante a execução das atividades do programa, após a contextualização, embasamento e discussões dos documentos propostos, foi elaborado um instrumento de pesquisa com o objetivo de coletar informações com professores e equipe gestora da Educação Infantil e Ensino Fundamental da rede pública de ensino, sobre a implantação da BNCC na região e subsidiar a produção final do presente programa.

2. O Percurso Metodológico

Durante a execução das atividades do PROESDE/Licenciatura, os acadêmicos dos cursos de licenciatura de Artes Visuais, Ciências Biológicas, Educação Física, História, Letras e Pedagogia, da Universidade da Região de Joinville participaram de encontros presenciais, estudos e atividades em ambiente virtual de aprendizagem, socializando os resultados sobre a Base Nacional Comum Curricular, as Propostas Curriculares de Santa Catarina, os Cadernos produzidos para o programa, pesquisas em endereços eletrônicos, analisaram, elaboram e aplicaram jogos educativos; participaram de atividades de campo e seminários.

A partir do estudo dos documentos, apresentaram subsídios para elaboração das questões de pesquisa de campo sobre a implantação da Base Nacional Comum Curricular em escolas da rede pública (Municipal e Estadual), questões estas que foram validadas pelos representantes das redes de ensino e pela Secretaria Estadual de Educação.

Escolas parceiras na aplicação do questionário sobre a BNCC

Escolas Estaduais

Escola de Educação Básica Dom Pio de Freitas
Escola de Educação Básica Dr. Georg Keller
Escola de Educação Básica Dr. Jorge Lacerda
Escola de Educação Básica Engenheiro Annes Gualberto
Escola de Educação Básica Governador Luiz Henrique da Silveira
Escola de Educação Básica Senador Luiz Henrique da Silveira
Escola de Educação Básica Professor Gustavo Gonzaga
Escola de Educação Básica Presidente Médici
Escola de Educação Básica Professora Alícia Bittencourt Ferreira
Escola de Educação Básica Professora Antônia Alpaídes Cardoso dos Santos
Escola de Educação Básica Professora Jandira D'Avila
Escola de Educação Básica Vereador Guilherme Zügue
Escola Ensino Médio Nagib Zattar
Escola de Educação Básica Professor Rodolfo Meyer
Escola de Ensino Fundamental Almirante Tamandaré

Escolas Municipais

Centro de Educação Infantil Estrelinha Brilhante
Centro de Educação Infantil Alzerir Terezinha Gonçalves Pacheco
Escola Municipal Avelino Marcante

Escola Municipal João Costa
Escola Municipal João de Oliveira
Escola Municipal Prefeito Geraldo Wetzel
Escola Municipal Presidente Castelo Branco
Escola Municipal Professora Ada Sant'Anna da Silveira
Escola Municipal Professora Rosa Maria Berezoski Demarchi
Escola Municipal Professora Thereza Mazzolli Hresemnou
Escola Municipal Professor Sylvio Sniecikovski
Escola Municipal Professora Virginia Soares
Escola Municipal Professor Edgar Monteiro Castanheira
Escola Municipal Professor Nelson de Miranda Coutinho
Escola Municipal Valentin João da Rocha

Posteriormente, as unidades de ensino identificadas e com a devida autorização pelas redes, os bolsistas foram encaminhados às escolas para aplicação dos instrumentos com professores e equipe gestora. Na sequência, as informações obtidas foram inseridas numa ferramenta digital para organização e sistematização do resultado e posterior análise.

Base Nacional Comum Curricular

A Base Nacional Comum Curricular prevista na Constituição de 1988, em seu artigo 210 prevê a criação de uma base comum para no ensino fundamental (BRASIL, 1988). De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), a Base deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo território nacional.

Com a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), em 2014, foram estabelecidas metas e estratégias que visavam objetivamente a elaboração de uma base curricular comum para todo o ensino no país.

Portanto, em dezembro de 2017, o Conselho Nacional de Educação - CNE aprovou e o Ministro da Educação homologou a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (web), “é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da educação básica”. Com isso, o Brasil passa a

ter uma BNCC para a educação infantil e o ensino fundamental, documento este que servirá de parâmetro para a construção dos currículos pelos respectivos sistemas de ensino (Estados e Municípios).

Em 2018, Secretaria de Estado da Educação – SED e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação de Santa Catarina – UNDIME/SC, em regime de colaboração, apresenta as orientações para auxiliar os profissionais de educação quanto ao processo de construção do currículo do território catarinense, para a Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Consta que a partir da aprovação do Currículo do Território Catarinense, todas as escolas e redes de ensino deverão adaptar e rever os seus currículos em 2018 para iniciar a implementação da base em 2019 e até 2020. Os professores receberão formação para conhecer em profundidade o documento e haverá a adequação necessária do material didático. “A base é um passo decisivo para a melhoria da educação infantil e do ensino fundamental para o aperfeiçoamento do material didático, dos programas de formação continuada de professores e das ações do MEC de apoio aos estados e municípios” (BRASIL, web).

Sobre a Pesquisa

A pesquisa foi realizada em trinta unidades de ensino, sendo 15 escolas da rede municipal de Joinville, 14 escolas da rede estadual pertencentes a Gerência Regional de Educação de Joinville e uma da Gerência Regional de Jaraguá do Sul. Foram entrevistados 412 docentes, distribuídos em 58,7% da rede estadual e 41,3% da rede municipal de ensino. Quanto a atuação, 43,7% dos entrevistados atuavam no Ensino Fundamental - anos finais, 37,1% no Ensino Médio, 29,9% no Ensino Fundamental – anos iniciais, 11,7% na educação infantil, 5,6% como Assistente Técnico Pedagógico e Supervisor Escolar, 2,7% de Gestores e 1,5% como Orientador Educacional.

Perguntado se o entrevistado entrou em contato com o material da Base Nacional Comum Curricular - BNCC referente a sua formação, 80,3% responderam que sim, 16,3% afirmaram que o contato foi superficial e 3,4% responderam que não tiveram contato.

Quanto à participação em alguma formação sobre a BNCC, obteve-se as seguintes respostas: 42,7% informaram ter participado de palestras, 39,1% estiveram no Dia D, 29,6% acessaram informações na internet, 21,6% realizaram curso presencial, 14,3% participaram de seminários e 8,3% participaram de oficina/workshop.

Também foram indagados sobre a implantação do novo currículo com base na BNCC, (na sua percepção) e, para eles, quais seriam seus maiores desafios: O maior desafio apontado pelos entrevistados será trabalhar as competências e habilidades (42%), 40,8% afirmaram que será trabalhar a formação integral do estudante, 34,2% fazer a transposição didática entre o atual e o novo currículo, 32,5% o tempo escolar, ou seja, a organização do trabalho pedagógico, 28,4% a falta de material escolar adequado, 25,5% estar preparado pedagogicamente, 15% realizar o planejamento das aulas.

Referente às respostas dos entrevistados sobre como conciliar o novo currículo com a Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina ou do Município destaca-se que foram apresentadas poucas respostas, como: pela formação, unindo as redes de ensino e propondo analisar os conteúdos, comparando e elencando o que será necessário ao aprendizado; trabalhar de forma interdisciplinar efetivamente é a melhor forma de conciliar a proposta com o novo currículo, afirmam que se faz necessário investimento em espaços, tecnologia e formação dos professores; apresentam dúvidas referente a carga horária, e se todas as disciplinas serão trabalhadas ou a escola terá percursos formativos e como será essa escolha; apontaram dificuldade em conciliar o tempo integral com as matrizes; a preocupação com o tempo para os ajustes; seria necessário a participação dos educadores para fazer a unificação dos currículos e com muita formação; as secretarias trabalhando juntas.

Há os que se posicionaram de que não teria como fazer a conciliação e a escola ter a liberdade de fazer a adequação de acordo com a realidade; que há diferença entre os currículos das redes de ensino e outros apontaram que se faz necessário providenciar a infraestrutura, material, e boa remuneração aos professores.

Em relação ao questionamento se na escola em que atuam a equipe gestora está promovendo ações para a formação continuada dos professores a partir da BNCC, a maioria dos entrevistados (58,3%) afirmaram que sim, 29,9% disseram que estão conversando sobre a necessidade e 11,9% dizem que não estão conversando.

Os entrevistados apresentaram à formação continuada, sugestões como: palestras, oficinas práticas, cursos e cursos por área e ou disciplinas, seminários locais e ou regionais, grupos de estudo, debates, trocas de experiência, paradas pedagógicas na unidade escolar para discutir as mudanças, realizar planejamento, avaliar os resultados e trocar experiências.

Para os cursos da formação continuada, apontaram que estes devem estar previsto no calendário escolar, podendo ser presenciais e ou em ambiente virtual de aprendizagem, com profissionais com conhecimento sobre a BNCC e a PCSC.

Quanto ao documento, afirmaram ser necessária uma formação contextualizada, com orientações acerca dos objetivos e competências e a estruturação dos conteúdos.

Os entrevistados apontaram, também, algumas preocupações em relação ao material didático, a transposição didática, os aspectos socioculturais do cotidiano escolar, a vivência prática para trabalhar com as competências e as habilidades. Bem como demonstraram a necessidade de um trabalho coletivo, envolvendo equipe gestora, docentes, alunos e pais, na e pela unidade escolar.

3. Análise dos Resultados

Ao analisar o resultado da pesquisa, observou-se que muitos dos bolsistas não conseguiram aplicar o número de entrevistas estabelecidas, pois muitos dos docentes abordados recusaram-se a se manifestar sobre o processo em curso.

Observou-se que 80,3% dos entrevistados afirmaram ter tido contato com o material, neste caso a BNCC, no entanto, ao analisar as respostas apresentadas pelos entrevistados nas questões abertas, percebeu-se que há falta de clareza e de entendimento a respeito dos conceitos e sobre a implantação do currículo para o território. Sendo a BNCC (2017, p. 7), "um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os

alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica”. Conhecer sua estrutura e princípios são fundamentais para a participação e organização do PPP da escola no próximo ano.

A pesquisa apresenta, ainda, preocupações relevantes quanto aos conceitos que compõem a BNCC, como: competências e habilidades, formação integral, transposição didática, tempo escolar, visto que boa parte dos docentes apontaram estes itens como desafio a ser superado.

No entanto, a BNCC é uma espécie de referência dos objetivos de aprendizagem de cada uma das etapas de formação. Longe de ser um currículo, a BNCC é uma ferramenta orientadora para a elaboração do currículo específico de cada escola, sem desconsiderar as particularidades metodológicas, sociais e regionais de cada uma.

Isso significa que, para que o currículo a ser proposto pela escola alcance os objetivos de aprendizagem estabelecidos pela base, por meio de competências e habilidades essenciais, é necessário que professores e gestores tracem as estratégias pedagógicas adequadas. Como documento norteador e referência única para que as escolas os currículos devem estar absolutamente sintonizados com a BNCC, cumprindo as diretrizes gerais que consagram as etapas de aprendizagem que devem ser seguidas por todas as escolas. Ao analisar as respostas apresentadas na questão de como conciliar a proposta Curricular do Estado ou Município, observou-se que as respostas apresentadas não evidenciam entendimento que corresponda às referidas Propostas Curriculares.

Há também docentes que expressaram preocupação com a implantação do currículo, com a realidade em que os estudantes se encontram inseridos. Destaca-se que o documento referência (BNCC, 2017, p. 11), está fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais e LDB e orientam que “à concepção do conhecimento curricular contextualizado pela realidade local, social e individual da escola e do seu alunado, [...] “ampliando e organizando o conceito de contextualização como “a inclusão, a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural resgatando e respeitando as várias manifestações de cada comunidade”.

O resultado da pesquisa apontou, ainda, que grande parte dos entrevistados está disposta a capacitar-se para a implantação do currículo no território catarinense

apesar de não terem clareza do que isso envolverá. Destaca-se que diante dos atuais desafios, há a necessidade da consolidação do pacto federativo para que “as decisões curriculares e didático-pedagógicas das Secretarias de Educação, o planejamento do trabalho anual das instituições escolares e as rotinas e os eventos do cotidiano escolar” [...] devem “reconhecer que as necessidades dos estudantes são diferentes”. (BNCC, 2017, p. 15).

Dessa forma, a BNCC (2017, p. 19) preconiza que,

[...] cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora.

Como dito anteriormente, a Base não deve ser entendida como sinônimo de currículo, mas está intimamente ligada à construção dos Currículos Estaduais e Municipais, bem como ao Projeto Político Pedagógico e ao currículo das escolas. Espera-se para 2019 que as equipes pedagógicas trabalhem na reestruturação dos seus currículos, tomando como norte os preceitos estabelecidos na BNCC.

A relevância de divulgação de informações sobre a nova BNCC, destacada por 80% dos pesquisados associada a insegurança quanto a forma como ocorrerá nas escolas pode ser ilustrada na fala de um dos pesquisados: “É importante para entender melhor a Base para você reproduzir e passá-la de forma correta para o aluno”. Outra preocupação recorrente está relacionada ao tempo de implantação. “Quanto menos tempo há para implementar [a Base], menos qualidade [a educação] tem”.

As diferenças culturais e econômicas entre os municípios brasileiros, a infraestrutura precária e o pouco investimento na formação docente foram considerados pelos pesquisados, os principais obstáculos para que tais competências saiam do papel e se tornem realidade do sistema nacional de ensino. A preocupação de mais de 60% dos pesquisados é entender como a Base será implementada nas escolas. Como será a relação entre prefeituras, secretarias municipais e estaduais e os próprios professores. Destacam ainda que o debate irá ajudar na compreensão do documento para sua efetiva implementação em dois anos.

A superlotação nas salas de aula, as condições salariais que colocam os professores em situação vulnerável constantemente e a ausência de infraestrutura mínima nas escolas brasileiras também receberam destaque pelos pesquisados. Com esse contexto, faz-se o destaque para uma indagação provocativa de um professor: será que estamos realmente dispostos a mudar a realidade educacional em toda sua complexidade, ou a responsabilidade pelo insucesso estudantil recairá novamente sobre os elos mais fracos – alunos e professores?

4. Considerações Finais

Nos últimos anos a preocupação nacional e catarinense com a melhoria da educação básica vem sinalizando para a necessidade da reorganização dos cursos de licenciatura de modo que seus currículos atendam às necessidades dos novos desafios do século XXI.

Neste contexto, o currículo está no cerne da educação. Um bom currículo, e sua aplicação tornam-se fundamental para a qualidade de um sistema educacional. Em torno dele, estruturam-se os tempos e espaços, os professores, os conhecimentos e a organização escolar.

O IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), como principal indicador da qualidade da educação básica tem apontado Santa Catarina com um bom desempenho em relação aos outros estados da federação, desempenho este que vem recuando, nos últimos anos, em razão do baixo desempenho nos anos finais do ensino fundamental e Ensino Médio.

Os resultados do IDEB servem de fio condutor de políticas públicas em prol da qualidade da educação e ponto de partida para se refletir, sobre a melhoria do sistema educacional. Promover qualidade e evitar evasão, principalmente no Ensino Médio, é, portanto, fundamental.

Apesar de se constituírem em um avanço, muitas das competências definidas na BNCC já estavam contempladas em PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) anteriores como o de 1996.

Repensar e qualificar a formação dos docentes que atuam na rede pública é uma das etapas essenciais para se alcançar a qualidade do ensino. Nesse sentido, é

importante, na percepção dos pesquisados, organizar e implementar atividades que apresentem um “diferencial” para a formação docente, com uma organização curricular que atenda aos desafios de uma formação integral, a concepção de percurso formativo, com olhar atento e próximo da escola, de seus sujeitos diversos, suas especificidades, complexidades regionais e locais considerando o desenvolvimento humano, o conhecimento e a cultura.

O Programa PROESDE/Licenciatura como uma das ações do Estado voltada para a Proposta Curricular de Santa Catarina – PCSC que contempla especificidades pouco presentes nos cursos de licenciatura, e propõe a aproximação de estudantes dos cursos de licenciatura em intervenções para compreender a educação e suas alterações. Como destaca a PCSC (2014) a concepção da Educação Básica como direito vem acompanhada da ideia de uma educação comum e do respeito à diferença. Por isso, é importante que as temáticas apontadas na organização curricular também façam parte do PROESDE/Licenciatura.

Os acadêmicos e professores envolvidos no PROESDE- Licenciaturas vivenciaram inúmeras atividades, tanto didáticas quanto de campo, e tivemos a oportunidade de aprofundamento de estudos nos documentos oficiais de educação nacional, estadual e local além das diversas versões da PCSC e os contextos em que foram desenvolvidas, incluindo , a discussão dos autores que a embasaram, o estudo da BNCC, permitiu compreender a lógica e complexidade de articulação do documento.

Os seminários exigiram capacidade de pesquisa, sistematização dos fatos, raciocínio e reflexão em torno de um tema/assunto. E as saídas de campo (área de preservação e pesquisa ambiental e na comunidade carente), sensibilizaram para realidades sociais e de fauna e flora, muitas vezes, despercebida.

A reflexão do resultado da dinâmica de apresentação do grupo “Terra do desatamento”, realizada no primeiro encontro, em que somente com a ajuda dos colegas se é capaz de desatar “os nós” esteve presente em diversos momentos. Os participantes, mesmo com potenciais individuais, findam o curso acreditando que o plural e o diverso, só existe pelo diálogo entre as diferentes áreas pedagógicas, e mais do que conhecer os documentos oficiais da educação, aprenderam a importância da pluralidade no ensino e na educação.

A vivência de pesquisa realizada nas escolas, além de apontar para a resistência de professores, sinaliza para o desafio que secretarias de educação, terão na implantação do Currículo no Território Catarinense. Antes da formação continuada dos docentes e equipes diretivas é necessária a sensibilização, já que a mudança de atitudes que se pretende só se poderá verificar se os professores forem providos de meios que permitam um maior e melhor esclarecimento que conduzam à adoção de atitudes mais positivas.

Referências

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf> acesso: 14/11/18

BRASIL. **Constituição Federal.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm acesso: 14/11/18

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm acesso: 14/11/18

BRASIL. Ministério da Educação. **Aprovação da BNCC.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/58541-base-nacional-comum-curricular-e-aprovada-no-cne-e-segue-para-homologacao-do-ministro-da-educacao> acesso: 14/11/18

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica.** Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação – [S. I] : [S. n], 2014. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/index.php/graduacao/proesde/curso-de-ensao/midiateca/proposta-curricular-de-santa-catarina/359-2014-proposta-curricular-de-santa-catarina-formacao-integral-na-educacao-basica/file> Acesso: 19/11/2018

SANTA CATARINA/UNDIME. Ofício Circular 209/2018. **Orientações para construção do Currículo do Território Catarinense.** Disponível em: <http://undime-sc.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Orienta%C3%A7%C3%B5es-para-constru%C3%A7%C3%A3o-do-Curr%C3%ADculo-do-Territ%C3%B3rio-Catarinense.pdf> acesso: 14/11/18

Professores:

Lilian Beatriz Schwinn Rodrigues
Elcio Cecchetti
Danielle Simoneti

Coordenadora:

Marizete Lemes da Silva Matiello

Estudantes Bolsistas:

Adriana Ferrari Wollmann
Aline Bublitz
André Henrique Schneeberger
Antony Tomasi Ferraz de Andrade
Bruna Rafaela Planinscheck
Cristiane Schmidt
Daiane Caroline Lunelli Felipeto
Eliana Teixeira dos Santos
Eluana Rodrigues Scariott
Emanuel Rampanelli Cararo
Guilherme José Marchesini
Leticia Marcon
Lucinei de Moura Piccoli
Maiara Lanzarin da Silva
Maiara Letícia Lippert
Marina Mantovani
Milena Boschetti
Natália Ayanne Nunes de Souza
Raquel de Brito
Regina Grando
Rodrigo Torres de Almeida Filho
Talia Pagani
Tálika Pedroso
Tays dos Santos Wolmann

BNCC e PCSC: Relatório do PROESDE Licenciatura 2018

1. Introdução ao tema

O Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional - PROESDE/Licenciatura é uma proposta da Secretaria de Estado da Educação – SED/SC. Tem como objetivo possibilitar a formação de futuros profissionais da educação mediante a participação em atividades de ensino, pesquisa e extensão, qualificando-os para intervir e contribuir para a melhoria da qualidade da educação básica catarinense.

A dinâmica prevista requer a articulação entre os cursos de licenciatura e as atividades implementadas nas unidades escolares públicas de educação básica, fundamentadas na Proposta Curricular de Santa Catarina (PCSC), por intermédio do Curso de Extensão “Organização Curricular na Educação Básica Catarinense”. O mesmo é composto por Atividades de Estudos e uma Produção Final finalizando o Curso, conforme direcionamentos provenientes da SED, em conjunto com as Instituições de Ensino Superior (IES) parceiras.

A PCSC vem permeando o fazer pedagógico da educação pública

catarinense desde o final da década de 80 do século XX, resultado de uma intensa participação dos educadores, coordenados pela SED. Seus pressupostos e princípios estão expressos em distintos documentos e em 2014 passou por nova atualização, frente às novas demandas sociais que vêm impactando e gerando novas demandas educacionais, como as decorrentes da atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para as diferentes etapas da Educação Básica e a proposição de uma BCNC.

No bojo deste processo, o PROESDE Licenciatura assume importante papel no processo formativo dos futuros professores. Ao propor um diálogo e reflexão entre os cursos de licenciatura e a Educação Básica, com base nos parâmetros da legislação vigente e a reestruturação curricular fundamentada na PCSC, possibilita ao licenciando conhecer os princípios da PCSC, discutir o tema diversidade presente no documento atualizado em 2014, articular a formação acadêmica e as atividades desenvolvidas nas escolas públicas catarinenses. Visa ainda problematizar as potencialidades e fragilidades presentes na Educação Básica na perspectiva da PCSC e, ao aproximar os Cursos de Licenciatura com a realidade da Educação Básica, possibilita a reestruturação tanto da dinâmica curricular vigente nas escolas como no processo de formação de professores.

2. Percurso Metodológico

Na UNOCHAPECÓ as atividades do curso Organização Curricular Catarinense PROESDE/2018 foram organizadas em encontros presenciais de 08 horas aos sábados, nos quais 21 estudantes dos cursos de Artes, Biologia, Educação Física, Língua Portuguesa, Pedagogia e Matemática participaram de estudos sobre a BNCC e a PCSC, conforme pauta proposta pelo Comitê Gestor. Além das atividades presenciais, os estudantes realizaram estudos por intermédio de uma plataforma de ensino a distância e participaram de 02 seminários regionais, tendo como tema a BNCC.

A partir desses encontros e estudos os estudantes aplicaram um questionário com questões abertas e fechadas, com uso da ferramenta google formulários, para professores das redes públicas estadual e municipal de Chapecó e região, com o objetivo de identificar qual a relação que os professores vêm estabelecendo com a

BNCC. Participaram as escolas da rede pública estadual da GERED de Chapecó, escolas municipais de ensino fundamental e educação infantil da AMOSC. Ao todo foram respondidos 127 questionários, abrangendo 11 municípios. Dos respondentes, 84 professores são de escolas no município de Chapecó e 43 professores atuam em municípios do entorno.

3. BNCC, implementação e a adequação dos currículos.

A BNCC é [...] um documento plural, contemporâneo, e estabelece com clareza o conjunto de aprendizagens essenciais e indispensáveis a que todos os estudantes, crianças, jovens e adultos, têm direito” (BRASIL, 2017, p. 5) e resulta de um grande movimento nacional, com ampla participação da população.

De caráter normativo, a BNCC é um documento que orienta e designa os processos de ensino aprendizagem entendidos como fundamentais e que todos os alunos devem ter acesso garantido em todas as etapas da Educação Básica, a fim de assegurar seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, conforme previsto no Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se, exclusivamente, à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996) (BRASIL, 2005).

Com ideia de progresso no sistema educacional brasileiro o PROESDE Licenciatura da UNOCHAPECÓ ao longo do ano de 2018, investigou as potencialidades e fragilidades do documento sob orientação do Professor Doutor Elcio Cecchetti.

Cada aluno desafiou suas percepções sobre os processos pedagógicos das instituições de ensino para difundir ideias técnicas, legais e de abrangências nacionais, através de 05 encontros. Foram debatidos aspectos da BNCC para entender a substancialidade do documento que permeia as condições pedagógicas da educação brasileira. Os encontros foram registrados e a seguir serão apresentados alguns conceitos abordados:

09 de junho de 2018 – O professor Elcio Cecchetti iniciou os estudos da BNCC apresentando e analisando suas competências gerais, bem como a semântica de base, nacional, comum e curricular, fragmentando conceitos para possibilitar uma análise específica de cada palavra chave. As discussões emergiram e autores foram

citados, como Michael Apple, com o conceito de currículo oculto. Após, os estudantes foram organizados em grupos de acordo com suas respectivas áreas de conhecimento, para que estudassem suas propriedades e competências específicas.

07 de julho de 2018 – Os estudos específicos das áreas desenvolvidos pelos grupos foram socializados para a turma, entre eles, estavam educação infantil anos iniciais e finais, Linguagens - Língua Portuguesa, Língua inglesa e Artes, Educação Física, Matemática e Ciências. Simultaneamente às apresentações, levantaram-se situações problemas a fim de serem discutidas com a turma. Posteriormente, os grupos de cada área foram orientados a desenvolver uma apresentação com os temas socializados para o I Seminário Proesde/2018.

04 de agosto de 2018 – Prosseguiram-se os estudos da BNCC aprofundando as diferenças de competências para anos iniciais e anos finais do ensino fundamental, juntamente com o conceito de competência e sua construção histórica no processo de ensino aprendizagem, que foi definida como manifestações epistemológicas práticas, cognitivas e socioemocionais assim como atitudes e valores vistas como demandas complexas do cotidiano, potencializando a capacidade de cidadania de um sujeito (BRASIL, 2017). Nesta perspectiva, foram apresentados alguns autores e conteúdos como o pragmatismo de John Dewey, Anísio Teixeira e alguns programas de avaliação, como o PISA. Além disso, foi dado seguimento a elaboração da apresentação das áreas para o I Seminário PROESDE/2018.

13 de agosto de 2018 – O professor Élcio Cecchetti ministrou uma palestra para todas as turmas de licenciatura da UNOCHAPECÓ com o tema da BNCC, nesta noite conceitos foram apreendidos e outros desconstruídos. Ao abrir para o público participar, questões relevantes foram levantadas, como a participação da disciplina de Ensino Religioso na BNCC, a fala do professor Élcio foi extremamente importante para desmistificar um conceito de proselitismo dentro da matéria e concretizar a importância do multiculturalismo (religioso) no espaço escolar.

Cabe ao Ensino Religioso tratar os conhecimentos religiosos a partir de pressupostos éticos e científicos, sem privilégio de nenhuma crença ou convicção. Isso implica abordar esses conhecimentos com base nas diversas culturas e tradições religiosas, sem desconsiderar a existência de filosofias seculares de vida. <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em 11 de Nov. 2018>

18 de agosto de 2018 – Os estudos específicos de cada área resultaram na apresentação de trabalhos no dia 18 de agosto. Cada grupo estudou e analisou sua área do conhecimento a partir da BNCC e desenvolveu questões-chaves para o público presente entender sobre suas especificidades. O seminário provocou dúvidas nos ouvintes, que foram sanadas com debates após as apresentações. Ao final da socialização a compreensão sobre a BNCC e suas áreas foram expandidas e, novamente, alguns conceitos reestruturados.

4. Apresentação e resultados da pesquisa

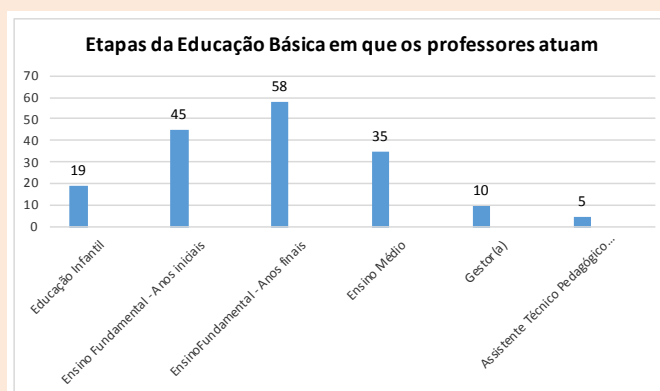
Com o intuito de compreender como vem ocorrendo o processo de apropriação acerca da BNCC ora proposta, foi preciso escutar os professores. A seguir serão apresentados os dados coletados nos questionários aplicados para 127 professores das redes pública estadual e municipal.

Figura 1. Professores participantes da pesquisa por município de atuação.



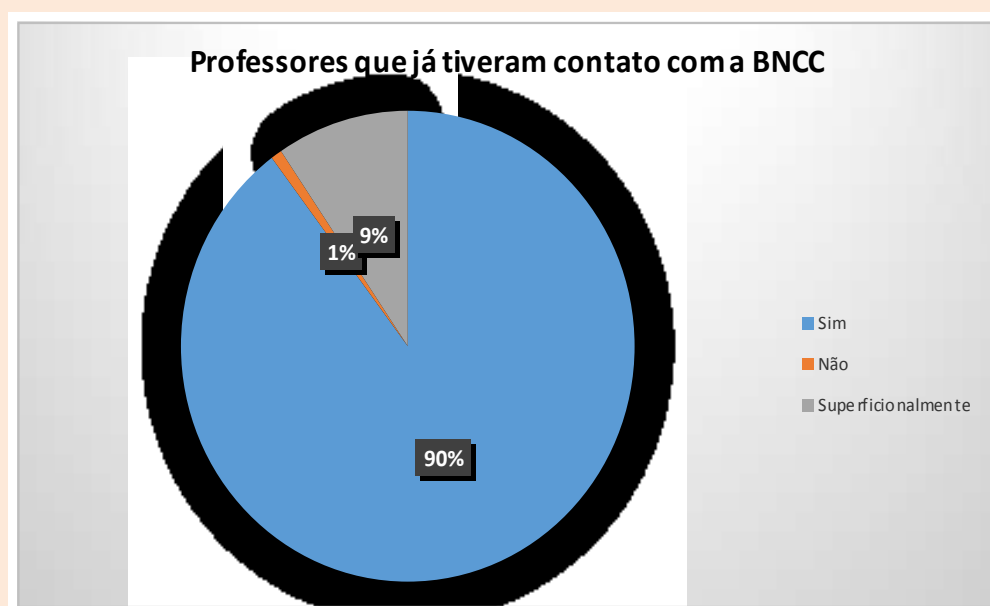
Participaram da pesquisa 127 professores, sendo que destes, 84 são professores no município de Chapecó, representando 66,1% dos participantes. Os demais 43 professores atuam nos municípios vizinhos (Águas Frias, Guatambu, Coronel Freitas, Irati, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Paial, Planalto Alegre, Pinhalzinho e São Carlos) e representam 33,9% dos participantes.

Figura 2. Etapa da Educação Básica em que atuam os professores.



Os professores entrevistados atuam em diversas etapas da Educação Básica, sendo 45,6% (58 atuantes) no Ensino Fundamental – Anos Finais; seguido por 35,4% (45 atuantes) no Ensino Fundamental – Anos iniciais; 27,5% (35 atuantes) no Ensino Médio, 14,9% (19 atuantes) na Educação Infantil; 7,8% (10 atuantes) Gestore(a)s; por fim 3,9 % (5 atuantes) são Assistentes Técnicos Pedagógicos.

Figura 3. Contato dos professores com a BNCC.



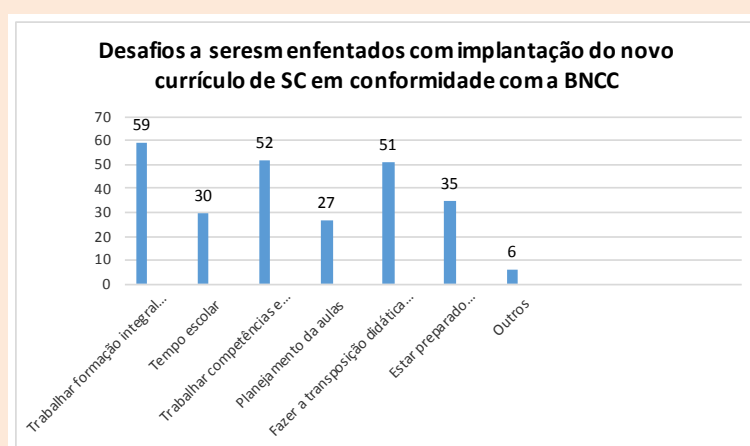
A grande maioria, 89,1% (114) dos professores já tiveram contato com a BNCC, sendo que 10,2% (12) tiveram contato superficial e somente 0,7% (1) não teve nenhum contato com esse material.

Figura 4. Participação dos professores em formações sobre a BNCC



Percebe-se que houve diversos eventos direcionados aos estudos sobre a BNCC e alguns docentes participaram em mais de uma atividade. 48,4% (62) dos respondentes participaram do Dia D; 45,3% (58) de Cursos Presenciais; 37,5% (48) estiveram presentes em Palestras; 29,7% (38) tiveram conhecimento por acesso à Internet, 22,7% (29) participaram de seminários, 6,3% (8) se apropriaram participando de Oficinas/workshops e, uma minoria, participou de outras atividades (construção do currículo da AMOSC, leituras, formação continuada da AMOSC, na escola, leitura do documento da BNCC).

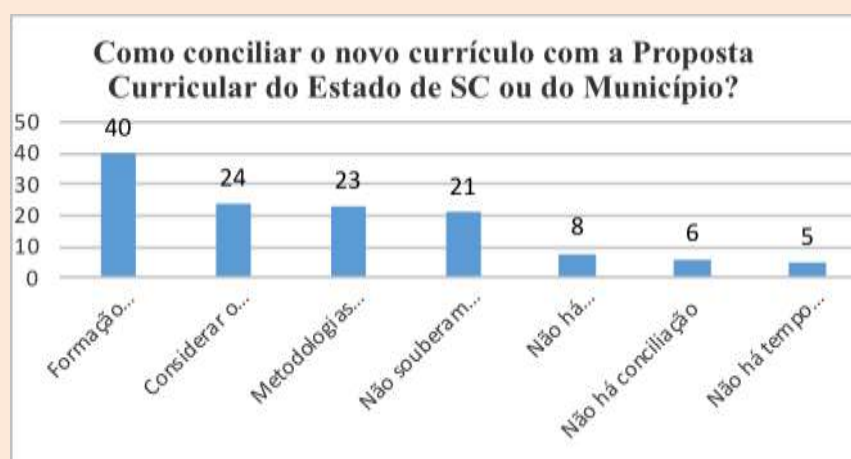
Figura 5. Desafios a serem enfrentados com a implantação do currículo de SC e a BNCC.



Identificou-se como o maior desafio, com 46,1% (59) o trabalho com a formação integral do estudante. O segundo será trabalhar as competências e as

habilidades, sendo 40,6% (52) dos docentes entrevistados e o terceiro desafio mais apontado será fazer a transposição didática entre o atual e o novo currículo. Os demais desafios, menos votados, na percepção dos docentes, foram: estar preparado pedagogicamente, repensar os planejamentos atuais e reorganizar o currículo presente, inserir-se em um grupo de trabalho, a preocupação de uma estrutura escolar que cumpra com os requisitos da BNCC, disponibilidade de recursos e o comprometimento dos envolvidos.

Figura 6. O novo currículo e sua conciliação com as Propostas Curriculares de SC e dos municípios



Em relação ao tema, os professores assim se posicionaram: 40% identificou a formação continuada como principal elemento de conciliação entre o novo currículo proposto pela BNCC e a PCSC. Outros elementos foram apresentados, como: a observância do contexto de cada escola (infraestrutura, material didático, alunos, entre outros) com 24%; metodologias interdisciplinares com 23%. Um número significativo não soube responder (21%) e para 6% dos respondentes não há conciliação ou não há tempo para planejamento (5%). Para 08% não há problemas em relação à conciliação entre as duas proposições.

Figura 7. A equipe gestora e as oportunidades de formação continuada com a BNCC



74,8% (95) dos professores dizem ter sim uma formação continuada em sua escola, 15,7% (20) dizem estar conversando sobre essa necessidade e apenas 9,4% (12) relatam não haver ações que promovam esse tipo de formação.

Figura 8. Sugestões para a formação continuada de professores.



Em relação às sugestões de ações para a formação continuada acerca da BNCC, dentre os 127 docentes questionados, 27 não responderam e 34 não indicaram sugestão alguma. Os demais, sugeriram atividades formativas tais como: a realização de seminários, palestras, cursos (presenciais e online), oficinas, debates e paradas pedagógicas. A maioria dos que sugeriram ações de formação continuada, desejam ser esclarecidos por profissionais capacitados e com propriedades sobre o assunto. Indicaram ainda, que os cursos a serem oferecidos em ambientes externos

à escola, necessitam tratar das novas metodologias para as práticas pedagógicas, priorizar o compartilhamento de experiências já vividas, o debate de ideias e dúvidas, explorar habilidades e competências da BNCC em relação aos currículos municipais e estadual por áreas de conhecimento.

4. Análise crítica dos resultados frente à realidade da Escola Pública

A progressiva complexificação dos modos de viver e a diversificação de funções e tarefas da vida em sociedade, exigiu que o ato de educar ou socializar se torne especializado, requerendo novas formas de organizá-lo e implementá-lo, surgindo a escola. Como forma institucionalizada de promover a escolarização obrigatória, institui no âmbito das representações sociais, diferentes funções, finalidades e objetivos, decorrentes de interesses e necessidades de cada época e de cada sociedade. No caso da educação catarinense atual, além dos ordenamentos legais, é a PCSC que vem atribuindo identidade ao processo de formação de crianças, adolescentes e adultos.

Recentemente, um novo fato surge no âmbito da dinâmica curricular vigente, que é a Base Nacional Curricular Comum, objetivando dar unicidade à educação brasileira. Com o advento da mesma, não somente as escolas devem reorganizar seu currículo, como também, as instituições formadoras de professores.

Ao longo do curso de Organização Curricular na Educação Básica Catarinense, muitos temas foram abordados e discutidos à luz da ciência, da realidade da formação e da realidade das escolas públicas. A BNCC é uma realidade que paira sobre as escolas. É preciso conhecê-la, compreendê-la para então torná-la realidade a partir das diferentes formas de planejar, implementar e avaliar o currículo.

Neste sentido, foi proposto a escuta dos professores das escolas públicas de nossa região, que responderam questionário em formato online. Participaram espontaneamente, 127 professores, sendo a grande maioria atuante em escolas no município de Chapecó e o restante atuante em escolas de 10 municípios da região. Um número expressivo atua em sala de aula, em torno de 88%, sobretudo no ensino Fundamental.

Em relação à BNCC, os dados indicam que a região vem construindo estratégias para que gestores e professores consigam, minimamente, tomar

conhecimento e se apropriarem das proposições presentes no documento, embora nem todos tenham participado de alguma etapa. Entre cursos e leituras, percebe-se que houve diversos eventos direcionados aos estudos sobre a BNCC na região, alguns promovidos pelos próprios sistemas, ou pelas próprias instituições escolares, dos quais parte dos professores participou de forma efetiva, alguns, em mais de um evento.

No entanto, ainda há muito desconhecimento, de acordo com professores, sobre tudo acerca de como isso deverá estar presente na dinâmica curricular de cada escola. Ao serem instigados a pensarem e destacarem os desafios a serem enfrentados para a adequação do currículo em consonância com a BNCC, a primeira preocupação é em relação à formação integral do estudante, o que tem relação com a segunda preocupação que é a relação entre competências e as habilidades a serem desenvolvidas em cada área do conhecimento, seguido da preocupação com a transposição didática.

Como conciliar o novo currículo proposto pela BNCC e a PCSC é uma questão instigadora. Para 40% dos participantes da pesquisa, a formação continuada é fundamental, ação que já foi considerada imprescindível ainda na primeira versão da PCSC (1991). Naquele momento o grupo gestor do processo entendeu que seria impossível considerar não somente acabada uma proposta de tal envergadura, como que para sua implementação e avanços seriam necessários processos formativos constantes. Outros elementos foram destacados como a observância do contexto escolar como a infraestrutura e o material didático disponível, os alunos e sua realidade, entre outros. Dos respondentes, 23% destacaram a necessidade de metodologias interdisciplinares.

Um número significativo não soube responder (21%) sobre como a conciliação poderá ocorrer. Embora nos limites da pesquisa não haja justificativas para tal, parece ser preocupante, na medida em que se posiciona desta forma são aqueles que devem implementar o currículo

A partir das análises dos dados, verificamos que vários professores destacaram as fragilidades que temos na rede pública de ensino, como por exemplo, a falta de infraestrutura nas escolas, a necessidade de uma educação voltada à realidade escolar e destacam também a falta de contextualização do ensino com a

realidade onde o aluno está inserido, bem como a necessidade em uma conciliação da teoria com a prática. Alguns professores ainda questionam sobre o investimento público que é destinado para a implantação da Base Nacional Comum Curricular.

“Ainda tenho dúvidas se conseguiremos com o que temos disponível nas escolas e com o material didático ofertado trabalhar as competências e habilidades a nós proposta [...]”

Conforme a PCSC e a BNCC determina, a interdisciplinaridade é algo fundamental para formação integral dos alunos. Porém, o tempo (hora atividade) disponibilizado para os planejamentos, tanto individual quanto coletivo (interdisciplinar) é insuficiente, segundo relato de professores; “é necessário mais horários para o planejamento das aulas, para conciliar os conteúdos com as habilidades tanto de um quanto de outro”. Esse tempo limitado reflete em aulas monótonas, e sem dinamismo, que geram desinteresse por parte do aluno.

Se o tempo disponibilizado para planejamento fosse aumentado, os professores teriam mais possibilidades para criar novos métodos dinâmicos tanto individuais quanto interdisciplinares, efetivando assim o processo de ensino e aprendizagem.

A BNCC é um documento criado pelo governo que requer tempo de elaboração, estudo, tempo de pesquisa, material didático e infraestrutura, porém, segundo relatos de professores, não está sendo disponibilizadas possibilidades para que os mesmos possam exercer o que lhes é cobrado para que se efetive um plano de ensino eficiente. Além da falta de apoio do governo, a não capacitação de profissionais educadores é o que impede o cumprimento do documento.

Verifica-se que uma minoria considerável não soube interpretar o questionário proposto, dando respostas que fugiam do objetivo central da pergunta. Ainda, percebe-se em algumas respostas que falta conhecimento sobre o currículo e a PCSC, devido a isto, não souberam elaborar/formular suas respostas.

Outra pequena porcentagem demonstrou não ter dificuldade em conciliar o currículo da PCSC, em virtude de não interferir na prática e também em parte por alguns professores estarem satisfeitos com o currículo com o qual já trabalham, não achando necessário haver mudanças.

Algumas respostas ainda evidenciaram não ter condições de conciliar o currículo, pois, de acordo com alguns contextos, o mesmo é contraditório, ou seja, não condiz com a realidade escolar vivenciada e ainda, de que não há como concretizar algumas respostas do currículo.

6. Considerações Finais

Percebe-se que a BNCC exige um novo jeito de ser professor, vindo ao encontro do proposto pela PCSC. Ou seja, deve sair de cena o professor como único detentor do conhecimento, aquele que transmite o saber, para uma nova forma de fazer a gestão do processo de construção do conhecimento por intermédio da mediação.

Há muito trabalho à frente. Conciliar um novo currículo a partir da BNCC e conciliá-lo aos pressupostos da PCSC poderá ser, de um lado, uma tarefa mais amena para aqueles que de longa data já vêm implementando ações pedagógicas à luz da PCSC. De outro, identificou-se fragilidades no posicionamento dos professores, que necessitam de formação continuada, o que poderá proporcionar um suporte mais consistente e efetivo para a prática docente coaduna às novas demandas.

Assim, é preciso considerar a BNCC como um direcionamento pedagógico, que deve abranger a formação científica, artística e técnica de cada docente, representando a possibilidade de dar acesso mais equânime a todos os estudantes brasileiros. Ao proporcionar uma formação mais equitativa, acredita-se ainda que a implantação da BNCC facilitará o acesso ao ensino superior para os grupos mais carentes da sociedade.

Referências

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9394. Brasília, 2005. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>. Acessado em 10/11/2018

_____. MEC - Ministério da Educação (Org.). **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 11 de Nov. 2018.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular:** uma contribuição para a escola pública do pré-escolar, 1º grau, 2º grau e educação de adultos. Florianópolis: IOESC, 1991.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina:** formação integral na educação básica. Estado de Santa Catarina, Secretaria de estado da Educação.

Professoras Orientadoras:

Adriana Sernajoto
Édina Cristina Rodrigues Ruaro
Janes Terezinha Cerezer Köhnlein
Magali Beatriz Augusto

Coordenadora:

Lucivani Gazzóla

Estudantes Bolsistas:

Aderlei Terezinha de Araújo Bazi;
Aglimone Soelo; Alexandra Biondo Lopes
Pacheco; Aline Amalcaburio; Ana Cassia
Vargas Nogueira; Ana Maria Marchiori
Costa Curta; Anderson Franciosi
Andreia Aparecida Machado; Andreina
Paula Gasperin Roth; Ariel Mateus
Rodrigues; Bianca Comin; Camila Dal
Magro da Fonseca; Carla Andrieli
Agostini; Cíndia Carolina Dalmagro;
Cintia Bernar de Jesus; Claudete
Farquimba; Danieli Fernanda Gheno;
Diego Peres de Macedo; Édina Maria da
Silva; Fabio Junior Wentz Aguiar;
Franciele Cristina Kirst; Gabriela
Rodigheri; Gabriella Thainá Konzen;
Gabrielly Terezinha de Freitas Mateus;
Iara Camila dos Santos; Igor Poggere
Crespo; Jaqueline Ianoski; Jean Christian
Rita Geisel; Jéssica Madruga; Joseane de
Lara; Juliana Masiero; Kadija Sartori;
Karoline Nawroski; Lisiane Naligia de
Aguiar; Locemar Paulo Franke; Luan de
Luca; Lucas Knob; Marcia Jaqueline
Pasa; Maria Eduarda Bareta; Margarete
Tzuka; Marimar Irene Ziebell Sevegnani;
Maristela Ramgrab; Milena Paulata;
Monaliza Cristian dos Santos; Natalia
Jaqueline Krause; Paloma Nora; Patricia
Cardoso de Oliveira; Saulo Borsatto;
Tainara Alflen Secco; Vanessa Campos
Neres; Vanessa Gonçalves; Vinicius
Ferreira.

Relatório de monitoramento da implementação da Base Nacional Comum Curricular e sua articulação com a Proposta Curricular de Santa Catarina

1. Introdução

Este trabalho é resultante dos estudos realizados no curso Organização Curricular da Educação Básica Catarinense, no ano de 2018, que teve como foco central a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da educação infantil e ensino Fundamental, a Proposta Curricular de SC (PCSC) e o Currículo.

A Base (BNCC) consiste em um documento normativo que organiza e apresenta direitos e objetivos de aprendizagem que irão nortear a elaboração dos currículos da Educação Básica que, segundo o Ministério da Educação (MEC), objetiva garantir a aprendizagem dos estudantes. O documento define o que deve ser levado em conta na hora de elaborar o currículo. São as habilidades mínimas que os alunos devem desenvolver durante seu percurso na escola, que estão pautados fundamentos elementares para as áreas de conhecimento e por componentes curriculares (Matemática, Linguagens e Ciências da Natureza e

Humanas). O anunciado é que a Base tende a promover a equidade, em razão de que os estudantes, em diferentes regiões brasileiras terão os mesmos direitos de aprendizagem.

Mas é justo dizer, também, que o documento não discute e nem aprofunda a fundamentação sobre o processo de aprendizagem e os objetivos considerados primordiais.

Neste sentido, é necessário conhecer como e em que medida, a Base Nacional Comum Curricular está sendo estudada e implantada nas escolas de educação básica em Santa Catarina.

Para realizar este levantamento, gestores da Secretaria de Estado da Educação, em parceria com as IES, que participam do Programa de Desenvolvimento Regional/Licenciaturas (PROESDE Licenciaturas), desenvolveram uma pesquisa de abordagem qualitativa e exploratória, cuja metodologia proposta foi a aplicação de questionários, aos professores, técnicos pedagógicos e gestores das escolas públicas.

Este procedimento metodológico teve como objetivo identificar os processos de implantação da BNCC, tendo como objetivos específicos: Verificar se os professores entraram em contato com materiais referentes a BNCC; Identificar quais os maiores desafios apontados pelos professores na implantação da BNCC; pesquisar junto aos professores, as ações e sugestões de formação continuada relacionada a adequação dos currículos à BNCC;

Após a coleta, os dados foram organizados, analisados e apresentados no decorrer deste trabalho.

2. Percurso Metodológico

Os estudos tiveram início com a reflexão, nas aulas do curso de Extensão, sobre a BNCC e a PCSC, principais documentos do curso e, também, a relação especificamente, com os cursos de graduação de origem dos cursistas, na Unoesc, quais sejam: Pedagogia, Educação Física e um acadêmico do curso de música.

Após a definição pela Secretaria de Estado da Educação (SED), sobre o trabalho final do curso, o caminho metodológico foi estabelecido, planejado e organizado. Como esta pesquisa trata de temática relacionada à área das

licenciaturas, optou-se pela pesquisa qualitativa e exploratória. Para Nardi (2003, p. 55) “O propósito fundamental da pesquisa qualitativa é a compreensão, explanação e especificação do fenômeno social”.

Para a pesquisa de campo, foram formados grupos de acadêmicos, por município ou proximidade, os quais se dirigiam as escolas, situando o contexto da pesquisa e solicitando a autorização para a aplicação. Tal estudo teve como instrumento de coleta de dados, um questionário com questões abertas e fechadas, que foram aplicadas a professores, técnicos pedagógicos e gestores de escolas públicas do Estado de Santa Catarina.

Com relação à bibliografia, este trabalho terá como principais fontes, os próprios documentos estudados, os quais consistem na Base Nacional Comum Curricular e a Proposta Curricular de Santa Catarina.

3. A Base Nacional Comum Curricular, sua implementação e a adequação dos Currículos

A BNCC foi preparada por especialistas de todas as áreas do conhecimento, juntamente com os profissionais de ensino e da sociedade civil, e sua versão final foi homologada em 2017. O MEC sistematizou a última versão do documento e encaminhou para o Conselho Nacional da Educação (CNE).

Este documento é plural e contemporâneo, de caráter normativo que veio com objetivo de estabelecer com clareza, todas as aprendizagens essenciais e indispensáveis a que todo o estudante tem direito nas redes de ensino da educação básica. Tem, também, o compromisso de promover uma educação integral voltada à formação humana e a busca pela construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva, por meio do desenvolvimento de competências, que segundo Menezes (2017, p.13), são:

[...] qualificações que se completam no decorrer da vida escolar, não necessariamente em cada etapa, e essas competências gerais descrevem o que se espera que os estudantes sejam capazes de fazer com base em sua educação e, portanto, o que se espera que realizem em sua vivência escolar.

A partir dos eixos norteadores, pautados nas competências e habilidades, que precisam ser desenvolvidas por todos os estudantes, os currículos precisam ser elaborados, levando em conta o contexto que a escola e a sociedades está inserida, com vista à significação dos conteúdos. De acordo com a BNCC:

Cumprir destacar que os critérios de organização das habilidades na BNCC (com a explicitação dos objetos de conhecimento aos quais se relacionam e do agrupamento desses objetos em unidades temáticas) expressam um arranjo possível (dentre outros). Portanto, os agrupamentos propostos não devem ser tomados como modelo obrigatório para o desenho dos currículos. (BRASIL, 2017, p. 439).

Ou seja, a Base é o fio condutor na elaboração dos currículos, porque estabelece o que cada área do conhecimento deve contemplar como aprendizagem, propondo a superação da fragmentação dos conhecimentos, valorizando a igualdade e equidade, buscando uma aprendizagem mais qualitativa.

Ela também sugere algumas ações pontuais, considerando uma implementação coerente com os aspectos teóricos pontuados, o que cabe ressaltar sobre a importância de contextualizar os conteúdos; Decidir sobre formas de organização interdisciplinar; Selecionar e aplicar metodologias; Conceber e pôr em prática situações de aprendizagem; Construir e aplicar procedimentos de avaliação; Selecionar e produzir recursos didáticos; Criar e disponibilizar materiais para orientação de professores; Manter processos contínuo de aprendizagem.

Com relação a estrutura, o documento se organiza em três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), explicitando como as aprendizagens se organizam em cada etapa da Educação Básica, definindo as dez competências gerais que os educandos precisam desenvolver ao longo dessa caminhada numa formação humana integral que vise a construção de uma sociedade justa, democrática e acolhedora.

A primeira etapa da educação básica, que diz respeito a Educação Infantil, está estruturada, de modo transparente os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, explicitado no campo das experiências criado pela BNCC, organizado em três grupos por faixa etária sendo eles: 01= Bebês (zero a 1 ano e 6 meses); 02= crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses) e 03= crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses).

Na educação infantil, são seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento como: conviver; brincar; participar; explorar; expressar e conhecer-se, que garante “[...] as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo [...]” (BRASIL, 2017, p. 35)

No campo das experiências, “[...] que constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida da criança [...]” (BRASIL, 2017, p.38), as crianças podem desenvolver: o eu, o outro e o nós: corpo, gestos e movimentos: traços, sons, cores e formas: escuta, fala, pensamento e imaginação: espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

A Educação infantil, segundo a proposta da base, não pode se desvincular o cuidar do educar, entendendo o cuidar como algo indissociável do processo educativo, e busca propor à escola que desenvolva um universo de experiências, conhecimentos e habilidades das crianças, diversificando e consolidando novas experiências e aprendizagem.

Já o Ensino Fundamental, se estrutura e se organiza por áreas do conhecimento, favorecendo a relação entre os conhecimentos e saberes dos diversos componentes curriculares, esta etapa é responsável, também, por oportunizar aos educandos desenvolver habilidades e competências, a partir dos componentes de Língua Portuguesa, Educação Física, Artes, Língua inglesa, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas (história, geografia) e Ensino Religioso. Assim, de acordo com o documento, cada um dos componentes indica um estágio de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos, que se inicia pela Língua portuguesa, onde se espera que a criança desenvolva o eixo da leitura, interpretação de texto, o eixo da oralidade e da análise linguística. Neste sentido, o professor precisa ter a sensibilidade de trabalhar cada eixo, favorecendo e respeitando a complexidade de cada fase.

Nos anos iniciais, a orientação enfatiza as experiências vivenciadas pelo aluno e seus interesses, por meio das situações lúdicas, enquanto nos anos finais é necessário ampliar os conhecimentos, com desafios de maior complexidade, dando outro significado para as aprendizagens dos anos iniciais e fortalecer a autonomia dos adolescentes.

Nos anos finais, a competência da Língua Portuguesa espera desenvolver no aluno, no eixo da oralidade, a produção de texto e a análise linguística semiótica. Na área da Artes, o objetivo é refletir e promover todas as formas de expressão, por meio das artes visuais, da dança, da música e do teatro. Na educação física, o foco são as práticas esportivas, as brincadeiras e dança, prezando pelo trabalho coletivo e pelo protagonismo. A língua inglesa, tem como eixos a oralidade, os conhecimentos linguísticos e a dimensão intercultural. Na matemática o objetivo é desenvolver no aluno, a capacidade de raciocínio lógico, por meio do conhecimento da álgebra, geometria, probabilidade e estatística, grandezas e medidas, dentre outros.

Nas ciências da natureza, é necessário que os alunos compreendam conceitos fundamentais da área e aprendam a refletir e agir com a autonomia e responsabilidade.

Categorias como o tempo, os direitos humanos, o respeito ao meio ambiente e a análise do mundo, são o foco das Ciências Humanas para desenvolver a cidadania e estimular a participação ativa. No ensino religioso, é preciso trabalhar com as diferentes tradições, para valorizar e respeitar as manifestações religiosas, o cuidado com si mesmo e do outro.

Aos estados e municípios, cabe o papel de elaborar, em regime de colaboração, os currículos a partir dos conteúdos propostos pela Base.

4. Apresentação dos resultados da Pesquisa

A pesquisa foi realizada no período entre setembro e outubro de 2018. No total, foram aplicados 402 questionários, na região de abrangência da Unesco, nos campi de Joaçaba, Capinzal, Campos Novos, Videira, Xanxerê, Chapecó e São Miguel do Oeste.

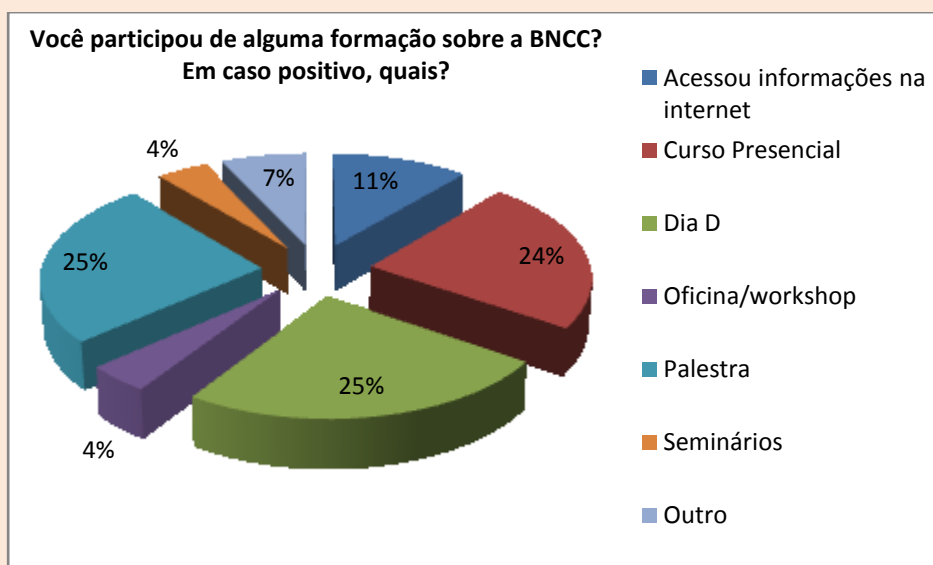
Do total de respondentes, 52% atuam na rede municipal de ensino. Destes, 35% atuam no Ensino Fundamental – Séries Iniciais, seguido dos professores do Ensino Fundamental – Séries Finais, cujo índice foi de 20%. Do grupo pesquisado, 17% atuam na Educação Infantil e 15% exerce a docência no Ensino Médio. Registramos, também, que 7% desenvolvem atividades de supervisor ou orientador pedagógico e 6% estão em cargos de gestão.

Quando questionados se haviam tido contato com o material da Base Nacional comum Curricular – BNCC, relacionado a sua área de formação, 85% respondeu positivamente, enquanto 13% admite que este contato foi superficial e somente 2% alega não ter tido esta oportunidade.

Como a maior parte dos professores que estão em sala de aula, já concluíram o curso de graduação, em geral, este contato se dá via formação continuada, seja ela por iniciativa do próprio profissional, uma vez que “Estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre o percurso e os projectos próprios com vista à construção de uma identidade que é também uma identidade profissional.” (NÓVOA, 1995, p.25), ou proporcionada pelas redes, as quais estão vinculadas.

Neste sentido, era de interesse saber, também, se os professores participaram de formação relacionada à Base e, em caso positivo, solicitamos que nos indicassem quais, dentre a lista apresentada. De acordo com a imagem abaixo (1), o evento Dia D, que foi uma mobilização nacional, de iniciativa do Ministério da Educação com apoio da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e do Conselho Nacional dos Secretários de Estado da Educação (Consed), promovida pelas unidades de ensino públicas e particulares, com o intuito de discutir a implementação da Base e a participação em palestras que versam sobre o tema, foram os maiores registros, ambos figuram com 25% cada. Os cursos presenciais, com 24%, também apareceram como uma opção bem aceita entre os professores e como o 4º mais indicado (11%), o acesso de informações, via internet.

Imagem 1: Formação sobre a BNCC



Fonte: Pesquisadores.

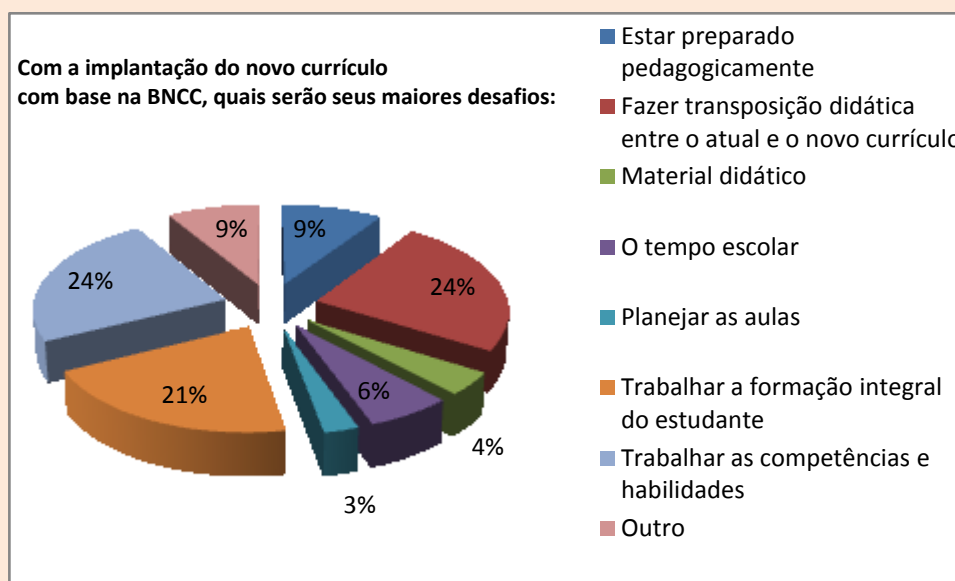
No momento, o aperfeiçoamento, no que diz respeito à Base, é fundamental e foi possível constatar que as redes públicas municipais e estaduais já estão se organizando no que diz respeito a ações com vistas a capacitar os professores, proporcionando espaços de reflexão e interação que colaboram para a qualificação dos processos pedagógicos, já que o currículo é uma construção coletiva e demanda de estudo, conhecimento, dedicação e, principalmente, de contextualização.

Sobre o envolvimento e disposição em oferecer capacitação e reflexão sobre a Base, 71% do grupo pesquisado sinalizou que, os gestores, estão se empenhando, nesta questão.

É função prerrogativa das escolas e sistemas escolares formular seus currículos e o modo como ele serão cumpridos, com orientações complementares, regimentos e projetos pedagógicos que garantam a efetivação dos objetivos formativos de cada etapa escolar. (MENEZES, 2017, p. 11).

Já com relação aos desafios, na implantação do currículo adequado a Base, os professores dividem a mesma preocupação entre: fazer a transposição didática entre o atual e o novo currículo e trabalhar as competências e habilidades (cada um aparece um 24%). Outra dificuldade que ficou em evidência, com 24%, diz respeito a trabalhar a formação integral dos estudantes.

Imagem 2: Maiores Desafios com a BNCC



Fonte: Pesquisadores.

Ainda nessa direção, constata-se como uma forte característica, a preocupação dos professores no que tange a adequação dos currículos, em especial a transposição didática, o que é deveras importante no processo pedagógico, já que aprender é uma dinâmica que, no espaço formal de educação, precede o ato de ensinar e transformar o conhecimento científico em saber escolar não é uma tarefa das mais fáceis no processo.

Registra-se também, que há uma inquietação aparente nas reflexões, que se resumem a falta de esclarecimento de como implementar de fato, as habilidades e competências que a Base apregoa, os professores alegam falta de subsídios o que gera insegurança, e podem prejudicar o desenvolvimento do proposto no documento.

Sobre como conciliar o novo currículo com a Proposta Curricular do Estado de SC, as principais manifestações são na realidade, de preocupação. De modo geral, os professores anseiam por capacitação, não negam a importância de estabelecer esta conexão, mas não se sentem seguros, o suficiente.

Talvez pelo fato da maioria do grupo pesquisado, atuar no ensino público municipal, esta questão fique mais evidente uma vez que a PCSC, tem uma reflexão maior, no ensino público estadual. Tanto que as colaborações registradas, abordam a necessidade de "se adaptar-se, colocar em prática, estudar para compreender o

processo e reformular a proposta municipal”. Outra reflexão possível, acerca das respostas, pode ser o curto espaço de tempo entre a conclusão da Base e o prazo de efetivação na escola. Os professores ainda estão construindo seus conhecimentos acerca dos documentos e isso pode ser um fator que justifica o fato das respostas não apontarem, mais especificamente, a forma de conciliar tais documentos.

Por fim, constata-se um posicionamento comum entre grande parte dos pesquisados, ao sugerirem ações para efetivar a formação continuada em relação à BNCC, elencando o que acham mais relevantes e condizentes com o cotidiano: palestras; cursos; ações periódicas; trabalhos em pequenos grupos; oficinas; parada de estudos; material online; debates; capacitação direcionada por área; cursos voltados para a prática. Para Candau (1996, p. 150):

A formação continuada não pode ser concebida como um processo de acumulação (de cursos, palestras, seminários etc, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim como um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re) construção permanente de uma identidade pessoal e profissional, em interação mútua. E é nessa perspectiva que a renovação da formação continuada vem procurando caminhos novos de desenvolvimento.

As sugestões dos professores, para que haja melhorias, traz como base o estudo teórico e metodológico, numa perspectiva reflexiva. Essas ações são fortalecedoras e auxiliam as ações de formação e atuação dos profissionais e que denotam reflexos positivos no ensino e na aprendizagem dos educandos. A capacitação contribui para qualificar e promover mudanças de postura, frente as práticas pedagógicas cotidianas.

É fundamental manter na rede de ensino e com perspectivas de aperfeiçoamento constante os bons profissionais do magistério [...] A formação continuada dos profissionais da educação pública deverá ser garantida pelas secretarias estaduais e municipais de educação, cuja atuação incluirá a coordenação, o financiamento, e a busca de parcerias com as Universidades e Instituições de Ensino Superior. (BRASIL, 2001, p. 40)

Além disso, a formação continuada dos professores contribuirá para que haja uma melhor compreensão da BNCC e auxiliará na elaboração e formulação dos conteúdos do novo currículo escolar.

O estudo da BNCC pelos profissionais da educação é de suma importância, pois o contato com esse documento possibilita o seu maior entendimento e auxilia os

docentes a organizarem seus conteúdos e objetivos para que ocorra a aprendizagem significativa dos educandos.

5. Encaminhamentos Finais

Os estudos indicam que é necessário um movimento no sentido de compreender que a BNCC, deve ser entendida como uma referência para a construção dos currículos, e não o próprio currículo. O documento indica aonde se quer chegar, permite que as escolas construam seus currículos a partir da autonomia que possuem, por meio da metodologia de ensino, das abordagens pedagógicas e avaliação.

O documento introduz novos aspectos que carecem de reflexão por parte dos atores pedagógicos que atuam nas escolas, como as competências gerais norteadoras do processo cognitivo, a aprendizagem ativa, os campos de experiências e a progressão na aprendizagem.

As mudanças geram inquietação e desafios. Para superá-los, todos, precisam adotar posturas de enfrentamento, como dialogar, refletir, visitar as teorias e ressignificar as práticas, porque para atender o que preconiza a Base, demanda um novo professor em sala de aula, onde sai de cena o detentor único do saber e entra o mediador, que indica caminhos, orienta e auxilia e colabora para que o aluno seja autônomo na construção do conhecimento.

Em suma, o estudo apresentou breves ponderações e argumentos na direção de compreender o contexto educacional brasileiro e que ele exige um esforço conjunto, para que a implementação da Base se cristalice em práticas pedagógicas eficazes para a promoção de uma educação de qualidade.

Já com relação aos acadêmicos que participam do PROESDE é justo afirmar, que de modo geral, ao desenvolver este trabalho, os acadêmicos, tiveram a oportunidade de mobilizar conhecimentos, planejar ações, tomar decisões, analisar contextos e produzir novos conhecimentos. Outro aspecto relevante refere-se à superação de dificuldades, que são naturais neste processo de pesquisa, na operacionalização do planejamento e na interpretação dos dados. São experiências

que enriquecem a formação dos futuros licenciados, que aprofundam a teoria e a prática.

Referências

BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: educação é a base. Brasília, DF, 2017.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Formação Continuada de Professores: Tendências Atuais. IN: MIZUKAMI, Maria da Graça N.; REALI, Aline Maria de M. Rodrigues. Formação de Professores: Tendências Atuais. São Paulo: EDUFSCar e FINEP, 1996.

MENEZES, Luiz Carlos de. BNCC de bolso: como colocar em prática as principais mudanças da Educação Infantil ao Ensino Fundamental. São Paulo: editora do Brasil, 2017.

NÓVOA, A (Coord.) Os professores e a sua formação. 2. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

BRASIL. [Plano Nacional de Educação (PNE)]. Plano Nacional de Educação 2014-2024 [recurso eletrônico] : Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>. Acesso em 30/10/2018.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. Proposta Curricular de Santa Catarina: formação integral na educação Básica/Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação [S.I]: [S.n.], 2014